

André Luís Zanotto

SENHORES E CRIADORES

uma história do combate à Peste Suína Africana em Santa Catarina  
(1978)

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em História como  
requisito parcial para a obtenção do  
grau de Mestre em História.

**Orientador:** Dr. Paulo Pinheiro Machado

Florianópolis

2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zanotto, André Luís

Senhores e criadores [dissertação] : uma história do  
combate à Peste Suína Africana em Santa Catarina (1978) /  
André Luís Zanotto ; orientador, Paulo Pinheiro Machado -  
Florianópolis, SC, 2013.

202 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Criadores. 3. Autoridades Sanitárias. 4.  
Peste Suína Africana. I. Machado, Paulo Pinheiro. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho jamais sairia do papel sem o apoio da minha família. Agradeço do fundo do coração à minha mulher Daniele, aos meus pais Márcia e Dirceu, às minhas irmãs Gabriela e Júlia, e à minha sogra Jacira.

Ele também não sairia do papel sem o apoio dos professores Paulo Pinheiro Machado, João Klug e Eunice Sueli Nodari. Ao Paulo, fica um agradecimento especial pela paciência e orientação.

Também agradeço aos colegas Almir Antônio de Souza, Diego Pacheco e Luiz Alberto de Souza. Sem eles, talvez eu também não teria chegado até aqui.

Da mesma maneira, sou grato aos trabalhadores das instituições que me ajudaram de uma ou outra forma no decorrer da pesquisa.

Fica também um agradecimento especial ao meu concunhado Gustavo Oliveira de Souza pela elaboração dos mapas e à minha irmã Júlia pela elaboração das figuras.



## **RESUMO**

Sem o apoio de policiais militares, as autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura de Santa Catarina dificilmente teriam combatido a peste suína africana em todas as regiões do Estado durante os meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro de 1978. Não imaginava que as autoridades sanitárias tivessem tido tantos problemas na época. Com ou sem o apoio de vizinhos, de sindicatos de trabalhadores rurais, de cooperativas, de padres, de sindicatos rurais, de prefeitos, de parlamentares e de veterinários, os criadores em Santa Catarina resistiram ao sacrifício sanitário dos animais até o último instante. Após as suspeitas da doença, eles jamais acreditaram nas autoridades sanitárias. As fontes oficiais foram importantes para o trabalho, mas, sem a cobertura surpreendente dos jornais catarinenses, especialmente, ficaríamos sem essa parte da história.

Palavras-chave: Criadores. Autoridades Sanitárias. Peste Suína Africana.



## **ABSTRACT**

The authorities hardly would fight the African Swine Fever in the estate of Santa Catarina, Brazil, without the support of the military police over the months of June, July, August, September and October 1978. I never imagined that authorities had so many difficulties to fight disease. The pig breeders resisted the sacrifice of animals until the last moment, with or without the support of neighbors, rural labor unions, cooperatives, priests, rural unions, parliamentarians, mayors and veterinarians. The pig breeders never believed the authorities after suspected disease. The official historical sources were important for research, however, without, especially, some newspapers, we wouldn't have this piece of history about the African Swine Fever combat.

Keywords: Pig Breeders. Authorities. African Swine Fever.





## LISTA DE FIGURAS E MAPAS

### *Figuras*

1	Sacrifício sanitário em Armazém.....	34
2	Sacrifício sanitário em Armazém.....	35
3	Vista parcial da criação e do abatedouro de Adílio Sebastião Corrêa em Armazém.....	37
4	Charge sobre a briga de porcos.....	78
5	Criação de Aquilio Minella em Itajaí.....	129
6	Criação de Manoel Tomaz em Florianópolis.....	133
7	Reunião de criadores em Xanxerê.....	160
8	Reunião de criadores em Xanxerê.....	16
9	Wilmar D' Angelis sendo algemado em Xanxerê.....	162
10	Preparativos para o sacrifício sanitário em Lacerdópolis.....	169
11	A veraneio em Xanxerê.....	174
12	Criação integrada.....	177

### *Mapas*

1	Focos e suspeitas de peste suína africana na região sul de Santa Catarina e na região de Florianópolis.....	22
2	Focos de peste suína africana na região norte de Santa Catarina	124
3	Focos e suspeitas de peste suína africana na região oeste de Santa Catarina.....	141
4	Envolvimento de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de Sindicatos Rurais e de Cooperativas na região oeste de Santa Catarina.....	151



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. OS PRIMEIROS COMBATES.....</b>	<b>23</b>
2.1 As primeiras suspeitas.....	23
2.2 Veterinários e políticos rebeldes.....	50
<b>3. OUTROS COMBATES.....</b>	<b>77</b>
3.1 Uma tempestade num copo de água.....	77
3.2 Pequenas desavenças, grandes negócios.....	97
3.3 Serviços constrangedores.....	125
<b>4. OS ÚLTIMOS COMBATES.....</b>	<b>141</b>
4.1 As últimas esperanças.....	141
4.2 O fim das esperanças.....	156
4.3 Vitórias e derrotas.....	171
<b>5. EPÍLOGO.....</b>	<b>181</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>186</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Na noite do dia 8 de junho de 1981, cerca de 500 pessoas de vários municípios da região oeste do estado de Santa Catarina se reuniram no salão da comunidade da Linha Glória para “dizer o que pensavam sobre a peste africana em solidariedade a Lauro”. Dois dias antes, algumas autoridades sanitárias e alguns policiais militares acabaram indo embora do interior do município de Cunha Porã com as mãos vazias. Elas saíram de Cunha Porã neste dia dizendo que “talvez pudesse chover”. As autoridades sanitárias tinham encontrado naquele sábado, no entanto, aproximadamente 80 vizinhos “nervosos e dispostos a alguma coisa” reunidos na Linha Glória. A intenção das autoridades sanitárias era sacrificar 260 porcos naquele mesmo dia.<sup>1</sup>

Na sexta-feira, Lauro Colisselli havia sido informado pelas mesmas autoridades sanitárias que alguns animais da sua criação tinham morrido no fim de abril por causa da peste suína africana e que por isso ela seria já sacrificada no dia seguinte. Lauro e seus vizinhos, entretanto, não acreditavam nisso. Segundo eles, depois da morte de oito leitões no final daquele mês, os demais animais continuaram “crescendo bonitos e sem problemas de doença” durante o mês de maio e a primeira semana de junho. De acordo com eles, um “veterinário fez um tratamento contra intoxicação e aplicou algumas doses de antibióticos”. Os animais de Lauro, apesar disso, foram “mortos e queimados” longe dali. As autoridades sanitárias não retornaram ao interior de Cunha Porã naquela segunda-feira, mas alguns dias depois levaram os porcos de Lauro Colisselli para o município de São Miguel do Oeste, com a promessa de “fazer um controle e uma pesquisa mais detalhada da peste”. São Miguel do Oeste fica aproximadamente há 60 km a oeste de Cunha Porã.<sup>2</sup>

A resistência de Lauro Colisselli e de seus vizinhos da Linha Glória em Cunha Porã e de seus vizinhos da região oeste de Santa Catarina tinha começado há cerca de três anos. No início da segunda semana de junho de 1978, o governador Antônio Carlos Konder Reis autorizou a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina a tomar todas as providências para a “prevenção de doenças exóticas, particularmente da

---

<sup>1</sup> Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, Ano 3, n 12, maio e junho de 1981, p. 10.

<sup>2</sup> Idem.

peste suína africana, nos rebanhos catarinenses”.<sup>3</sup> O governador tinha sido informado pelo secretário Carlos Antônio Azambuja Loch há poucos dias que a única chance de acabar com “a mais terrível doença que pode acometer um suíno” seria o “isolamento das propriedades, desinfecção e sacrifício sanitário de todos os animais das diferentes espécies, em uma extensão territorial epidemiologicamente segura”. Segundo o secretário da agricultura, não existia vacina nem tratamento contra a peste suína africana. Carlos Antônio Azambuja Loch estava preocupado com o desenvolvimento da suinocultura em Santa Catarina diante da doença com “letalidade de 100%”. Para ele, o prejuízo seria incalculável se a doença chegasse a Santa Catarina:

Existem no Estado mais de 120.000 criadores de suínos e dos quais, de forma indireta, dependem inúmeras famílias. Também, em Santa Catarina, concentra-se a indústria frigorífica específica mais importante do país, no momento altamente preocupada com a ocorrência de Paracambi, uma vez que, pela progressão da doença, poderá ficar sem matéria-prima, tornando-as ociosas e, por conseguinte, determinando desemprego em massa, criando um problema social gravíssimo, tanto pela dispensa de empregados, quanto pela cessação do processo de comercialização de seus produtos e da aquisição de animais provenientes dos estabelecimentos suinícolas do Estado.<sup>4</sup>

Há cerca de duas semanas, o secretário da agricultura de Santa Catarina tinha ficado sabendo de Ubiratan Mendes Serrão, diretor da Divisão de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura em Brasília, sobre o problema em “uma propriedade com população de mil suínos localizada em Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro” por intermédio de Edmundo Otto Bublitz. Edmundo estava à frente da

---

<sup>3</sup> Governo do Estado de Santa Catarina. “Decreto n 5.095”, 9 de junho de 1978.

<sup>4</sup> Secretaria da Agricultura e Abastecimento. “Ofício n 549”, 6 de junho de 1978.

Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina quando ficou sabendo do “diagnóstico inicial negativo para peste suína clássica e ruiva dos porcos, através de exames clínicos, anatômicos e histopatológicos” por meio de José Quevedo Maia. José Quevedo Maia era o chefe do Grupo Executivo de Produção Animal do Ministério da Agricultura em Santa Catarina no momento em que recebeu dois telex de Ubiratan Mendes Serrão sobre o caso no início da última semana de maio e os encaminhou para Edmundo no antepenúltimo dia do mês. As autoridades sanitárias em Santa Catarina também ficaram sabendo no fim de maio de Ubiratan Mendes Serrão que “foram adotadas rigorosas medidas de polícia veterinária, compreendendo sacrifício e incineração de todos os animais existentes na área do referido foco”.<sup>5</sup>

Na segunda sexta-feira de maio, Sérgio Coube Bogado concordou com o diagnóstico preliminar de Carlos Hubinger Tokarnia e de Wilhelm Neitz sobre a doença que acometia a criação de Severino Pereira Filho em Paracambi. Os dois suspeitavam de peste suína africana. Carlos Tokarnia atuava como patologista no Instituto de Biologia Animal do Ministério da Agricultura no município de Seropédica, perto de Paracambi, e o veterinário sul-africano Wilhelm Neitz dava aulas no mesmo município, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. De acordo com Carlos, Wilhelm tinha bastante experiência em peste suína africana. Sérgio Bogado chegou ao Rio de Janeiro nesse dia a pedido de Ubiratan Mendes Serrão. Sérgio também tinha estudado a peste suína africana no início dos anos 60 em Lisboa e Madrid e era funcionário do Ministério da Agricultura.<sup>6</sup>

De acordo com o veterinário do Instituto de Biologia Animal do Ministério da Agricultura, o quadro da doença permaneceu inalterado até aquela sexta-feira. Desde quarta-feira, ele e Wilhelm Neitz só tinham encontrado hemorragias e animais doentes tanto na Fazenda Floresta, como era conhecida a propriedade de Severino Pereira Filho, como nas dependências do Instituto de Biologia Animal do Ministério da

---

<sup>5</sup> Delegacia Federal da Agricultura em Santa Catarina; Grupo Executivo de Produção Animal. “Ofício Circular n 35”, 29 de maio de 1978. O segundo telex oriundo de Brasília de Ubiratan Mendes Serrão, n 2051, também do dia 23 de maio de 1978, acabou não sendo anexado ao relatório oficial das autoridades sanitárias em Santa Catarina.

<sup>6</sup> TOKARNIA, Carlos, et al. “O surto de peste suína africana ocorrido em 1978 no município de Paracambi, Rio de Janeiro”. *Pesquisa Veterinária Brasileira*. nº 4, vol 24, 2004, Rio de Janeiro. p. 224-225.

Agricultura. Carlos Tokarnia trouxe dois animais de Severino Pereira Filho para o laboratório ainda na quarta, após realizar a primeira necropsia nesse mesmo dia assim que fora procurado para o serviço. Um dos animais amanheceria morto na quinta-feira. Carlos Tokarnia também descobriu na quarta-feira que Severino Pereira Filho costumava trazer semanalmente restos de comida do aeroporto do Galeão para engordar os seus animais em Paracambi. Severino aproveitava as sobras duma empresa que fazia todo o serviço de bordo dos voos regulares da companhia TAP e da companhia IBERIA entre o Brasil, Portugal e a Espanha. De acordo com Carlos Tokarnia, Severino também garantiu que o seu rebanho estava protegido contra a peste suína clássica, que se apresentava no Rio de Janeiro com leves hemorragias. Segundo Carlos, os espanhóis e os portugueses conviviam endemicamente com a peste suína africana na época.<sup>7</sup>

Apesar do esforço das autoridades sanitárias em Santa Catarina para conter a doença com barreiras sanitárias na divisa com o Paraná, a peste suína africana estava estampada nos principais jornais do Estado cerca de um mês depois. Em meados de junho, o jornal *O Estado* divulgou a primeira suspeita de peste suína africana em Santa Catarina. As autoridades sanitárias suspeitavam da doença no município de Criciúma, no sul do Estado.<sup>8</sup>

À medida que a peste suína africana era confirmada pelas autoridades sanitárias, empresários e prefeitos quase choraram nas páginas do jornal *O Estado*, do *Jornal de Santa Catarina* e do jornal *Diário Catarinense*<sup>9</sup>, assim como o secretário da agricultura fizera diante do governador na primeira semana de junho. As autoridades sanitárias em Santa Catarina, por sua vez, jamais deixaram de implorar aos criadores, por meio deles, que as ajudassem a salvar a suinocultura catarinense da doença. Segundo as autoridades sanitárias, o combate à peste suína africana foi um sucesso extraordinário. Até o fim de 1978, elas teriam conseguido erradicar a peste suína africana do estado de Santa Catarina através do sacrifício de 9.862 porcos, a partir da

---

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> *O Estado*, Florianópolis, 20 de junho de 1978, p. 5.

<sup>9</sup> Eu não sei até quando circulou pelo estado de Santa Catarina o *Diário Catarinense* da rede Diários Associados. Segundo Moacir Pereira, o título *Diário Catarinense* foi cedido ao grupo RBS em 1986. PEREIRA, Moacir. “Imprensa e poder em Santa Catarina”. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1992.



identificação de 26 focos da doença em todas as regiões do Estado no decorrer daquele ano. Ao todo, 166 criadores perderam todos os seus animais.<sup>10</sup>

Para os criadores de todas as regiões do estado, no entanto, o combate à doença não foi um sucesso em Santa Catarina, desde o início. Eles jamais acreditaram na existência da peste suína africana. Os criadores não só não acreditavam na doença como também resistiram como podiam ao sacrifício dos animais. Alguns criadores resistiram mais, outros menos. Sem a presença da Polícia Militar de Santa Catarina, as autoridades sanitárias não teriam êxito. Descobri isso folhando as páginas dos mesmos jornais até novembro daquele ano. Faz um bom tempo que os historiadores brasileiros perderam o preconceito sobre os jornais como fonte histórica. Eles são produtos parciais, assim como todas as fontes. Foi, no entanto, uma surpresa. O que os jornais, afinal, poderiam fazer sob um regime autoritário?<sup>11</sup>

Era, realmente, difícil imaginar que alguma coisa nesse sentido pudesse sair das páginas do jornal *O Estado*, do jornal *Diário Catarinense* e do *Jornal de Santa Catarina*. Os jornais de todo o país não recebiam mais censura prévia em 1978. Os censores começaram a se debandar aos poucos das sedes dos jornais a partir de 1976. Os jornais e os jornalistas, no entanto, permaneciam cercados pela censura indireta em 1978. A veiculação de fatos e opiniões que pudessem comprometer as autoridades em geral ainda poderia render alguns anos de cadeia para o autor, a perda de edições e o fechamento do jornal para o dono, por meio da Lei de Segurança Nacional de 1969. Não fazia, além disso, tanto tempo que o jornalista Vladimir Herzog havia sido assassinado por integrantes da ditadura.<sup>12</sup> Os donos do jornal *O Estado* e do *Jornal de Santa Catarina*, além do mais, tinham vínculos com o

---

<sup>10</sup> Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis: 1978.

<sup>11</sup> DE LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: \_\_\_\_\_. BACELLAR, Carlos; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). “Fontes Históricas”. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 111-153.

<sup>12</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. “Estado e oposição no Brasil”. Bauru: Edusc, 2005. Vladimir Herzog foi morto em São Paulo no fim de outubro de 1975.

partido que comandava a ditadura desde 1964. Ambos eram partidários da Aliança Renovadora Nacional.<sup>13</sup>

Eu tinha, entretanto, uma série de pistas antes de folhá-los atrás do combate dos criadores à peste suína africana em Santa Catarina na Biblioteca Pública do estado na capital. Os autores que escreverem, direta ou indiretamente, sobre o assunto somente me ajudaram nisso.

Segundo Josélio de Andrade Moura, a imprensa de todo o país contribuiu para a divulgação da importância da Defesa Sanitária Animal para o agronegócio no Brasil através da cobertura do combate à doença em manchetes, em cadernos políticos e econômicos. Até então, de acordo com ele, a sanidade animal só tinha espaço na imprensa brasileira em cadernos especializados em agricultura. Segundo Josélio, por outro lado, a mesma imprensa atrapalhou as autoridades sanitárias ao publicar “todo tipo de contraditório”, “entrevistando todo tipo de público” e “confundindo até mesmo a população” acerca da doença. Para Josélio de Andrade Moura, isso não passou de um anexo. Josélio se preocupou com as fontes produzidas pelas autoridades sanitárias e com os autores especializados no assunto.<sup>14</sup>

Mais pretensioso do que Josélio de Andrade Moura só mesmo Tânia Maria de Paula Lyra. Para Tânia Maria, a repercussão “sem precedentes com notícias diárias nos meios de comunicação” poderia ter sido evitada. Segundo ela, faltou um “programa educativo que preparasse o público para entender as medidas de erradicação” contra a peste suína africana em 1978. Tânia, por sua vez, sequer listou a falta de educação dos criadores em suas referências.<sup>15</sup> Tanto para Josélio de Andrade Moura quanto para Tânia Maria de Paula Lyra, o combate à peste suína africana foi um sucesso das autoridades sanitárias apesar disso. Tânia e Josélio atuavam como veterinários na época e trabalhavam junto ao Ministério da Agricultura.

---

<sup>13</sup> PEREIRA, op. cit.

<sup>14</sup> MOURA, Josélio de Andrade. *A Peste Suína Africana no Brasil: a epidemiologia, os registros históricos, a erradicação da doença e o desenvolvimento da suinocultura nacional pós-ocorrência*. Brasília: 2009. (Dissertação em Ciências Animais). UNB, p. 66.

<sup>15</sup> LYRA, Tânia. “La erradicación de la peste porcina africana en el Brasil, 1978-1984” *Revista Científica y técnica*. nº1, vol 25, 2006, Paris, p. 94.

Os veterinários, entretanto, não são unânimes sobre isso, nem sobre a existência da peste suína africana no país. O veterinário Francisco Cecílio Viana também encontrou uma série de reportagens da época sobre o combate à peste suína africana no país ao longo de 1978. Ao contrário de Josélio e Tânia, Francisco Cecílio Viana não desprezou as dúvidas dos criadores, principalmente em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Francisco encontrou a resistência dos criadores diante das autoridades sanitárias nas páginas do jornal *Estado de Minas*, do jornal *Folha de São Paulo* e do *Jornal do Brasil*, respectivamente.<sup>16</sup> Carlos Hubinger Tokarnia e seus colegas de estudo não disseram nada sobre o papel da imprensa na época, mas provavelmente também não a desprezariam. Os cinco autores do estudo não acreditam que a peste suína africana se disseminou pelo país como alegaram as autoridades sanitárias e como ainda alegam Tânia Maria e Josélio de Andrade Moura. Segundo eles, ela existiu no país, mas ficou circunscrita à criação de Severino Pereira Filho no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro.<sup>17</sup>

Sobre o combate dos criadores em Santa Catarina à peste suína africana em 1978, eu sabia que o jornal *O Estado* havia publicado algumas notícias na época. Elton Batista Rocha achou nas páginas dele a cobertura da resistência dos criadores no município de Xanxerê no oeste do estado, alguns dias antes do sacrifício sanitário. O estudo de Elton, no entanto, acabou ficando restrito aos criadores em Xanxerê.<sup>18</sup> Talvez Elton Batista Rocha não pretendesse ampliar o seu estudo, mas se quisesse talvez enfrentasse dificuldades em meados dos anos 80. De acordo com Dinarte Belato, as agroindústrias no estado impediram em 1978 a publicação dum estudo sobre o processo de integração de criadores de suínos às agroindústrias em Santa Catarina, realizado pela Comissão de Planejamento Agrícola de Santa Catarina e pelo Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. O trabalho dos órgãos estatais teria associado-os à peste suína africana.<sup>19</sup> Mais tarde, Fernanda Ben

---

<sup>16</sup> VIANA, Francisco Cecílio. “História e Memória da Peste Suína Africana no Brasil”: passos e descompassos. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2008.

<sup>17</sup> TOKARNIA, Carlos, et al, op. cit.

<sup>18</sup> ROCHA, Elton Batista. “Organizações rurais de base no oeste catarinense”: os vários movimentos que ocorreram no século XX. Florianópolis: UFSC, 1985. (TCC em História).

<sup>19</sup> BELATO, Dinarte. “Os camponeses integrados”. Campinas: Unicamp, 1986. (Dissertação em História). Achei que pudesse encontrá-lo depois de tanto tempo. Acabei não encontrando nada a respeito.

também encontrou notícias da peste suína africana na região oeste no *Jornal Correio do Sul* do município de Chapecó.<sup>20</sup>

Ao mesmo tempo, descobri que as próprias autoridades sanitárias em Santa Catarina se deram o trabalho de acompanhar a repercussão do combate à doença na imprensa, depois de perambular, sem sorte, por algumas instituições em Florianópolis. Elas anexaram ao *Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para a profilaxia e combate à peste suína africana (PSA)* de 1978 uma série de reportagens xerocadas, de junho a outubro, do jornal *O Estado*, de Florianópolis, do jornal *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau, do jornal *A Notícia*, de Joinville, e de outros periódicos ilegíveis.<sup>21</sup>

Imaginei que encontraria relatórios e outros documentos oficiais no arquivo da Secretaria de Estado da Agricultura, ou no arquivo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, ou no arquivo da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, ou ainda no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Acabei encontrando o único relatório, no entanto, no Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves no município de Concórdia, no oeste do estado. A Secretaria da Agricultura e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, herdeira da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina, têm arquivos, mas só com papéis recentes e oriundos do setor de Recursos Humanos. O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina infelizmente não recebeu nada recente da Secretaria de Estado da Agricultura. O arquivo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, herdeira da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, não registrou documentação sobre os casos de peste suína africana no estado, mas tem um bom acervo organizado de documentos variados e revistas especializadas disponíveis para pesquisas que envolvem a agropecuária. A intenção dum funcionário da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) em trazer de sua casa uma pilha de documentos sobre a peste suína

---

<sup>20</sup> BEN, Fernanda. “Trabalhadores da indústria frigorífica”: trabalho, tradição, política e protesto, Chapecó, 1967-1982. Florianópolis: UFSC, 2005. (Dissertação em História).

<sup>21</sup> *Relatório*, op. cit.

africana no estado não passou de promessa. Ele teria, aliás, participado do combate à doença. Apesar disso, as fontes oficiais foram importantes para o trabalho. A Biblioteca Nacional de Agricultura me enviou de Brasília uma compilação dos atos oficiais, como portarias, decretos e instruções de serviço. O relatório sobre os casos em Santa Catarina também foi importante nesse sentido, já que também contém uma compilação das atitudes oficiais no estado. O relatório, além disso, foi indispensável para se ter uma ideia das características dos focos. O entorno deles, contudo, ainda é desconhecido.

Tive, como qualquer um teria, entretanto, um pouco de sorte. Segundo Celso Martins, alguns jornais catarinenses, principalmente o jornal *O Estado*, contavam desde 1976 com um grupo de repórteres capaz de cobrir protestos apesar da apreensão que ainda rondava as redações dos jornais. Alguns comunistas/emedebistas continuavam atrás das grades em 1978 aguardando o julgamento, após serem sequestrados e torturados pela Operação Barriga Verde em Santa Catarina no início de novembro de 1975.<sup>22</sup> O jornal *O Estado*, por seu turno, vinha se desgastando com o governo do estado de Santa Catarina desde meados de junho, justamente quando apareceria pela primeira vez as suspeitas da doença em Santa Catarina, publicadas pelo jornal. De acordo com Moacir Pereira, o desentendimento culminou com um boicote do governador Antônio Carlos Konder Reis aos anúncios estatais em novembro daquele ano.<sup>23</sup>

Luiz Carlos Espíndola e Orestes Araújo talvez não estivessem colocando o emprego no jornal *O Estado* em perigo, mas estavam arriscando a pele na virada de junho para julho no município de Armazém, no sul de Santa Catarina, assim como Rivaldo de Souza. Os fotógrafos Orestes Araújo e Rivaldo de Souza acabaram não registrando, ou não publicando, a aglomeração da vizinhança na tentativa de evitar o sacrifício dos animais, mas mesmo assim Rivaldo de Souza teve problemas com a sua máquina fotográfica ao registrar o sacrifício dos animais no município no fim da primeira semana do mês de julho. Luiz Carlos Espíndola não se esqueceu da “**CENSURA**” sobre o colega e sobre si mesmo.<sup>24</sup> Pelo menos uma autoridade sanitária não gostou da

---

<sup>22</sup> MARTINS, Celso. “Os quatro cantos do sol”: Operação Barriga Verde. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Boiteux, 2006.

<sup>23</sup> PEREIRA, op. cit.

<sup>24</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 5.

sua presença na região se fosse para publicar versões não oficiais acerca do combate à doença. Luiz Carlos também fez questão de registrar a identificação dos carros que saíram pela região atrás da peste suína africana. No último dia de junho, Luiz anotou as placas “CF-0262 e CF-0264 da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina”. No primeiro dia de julho, anotou:

As placas CF-0262, da Coordenação de Defesa Sanitária Animal, CE-1143 da Secretaria da Agricultura, CT-5839 do comando federal do Ministério da Agricultura, CF-0634 de Florianópolis, TI-2800 de Timbó e OZ-0437 (táxi de Armazém).<sup>25</sup>

Várias coisas, no entanto, ficaram para trás no decorrer da pesquisa. Deveria ir atrás do combate dos criadores nos jornais locais de todas as regiões de Santa Catarina. No sul do estado, as autoridades sanitárias sacrificaram animais nos municípios de São Ludgero, São Martinho e Laguna, além de Armazém. Na região oeste, elas sacrificaram animais nos municípios de Campos Novos, Lacerdópolis, São Lourenço do Oeste, Itapiranga, Seara, Galvão, Palmitos, Saudades e Aguás de Chapecó, além de Xanxerê. Acabei ficando, contudo, com a coleção dos periódicos disponível em Florianópolis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. O jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, também poderia ter sido prolífico nesse sentido. Por um lado, os criadores do Rio Grande do Sul também tiveram que ficar cara a cara com as autoridades sanitárias na segunda metade de 1978 por causa da peste suína africana. Por outro, segundo Moacir Pereira, *O Correio do Povo* circulava na época com mais força do que qualquer jornal catarinense pelo estado, principalmente na região oeste e na região sul.<sup>26</sup> Além disso, encontrei uma ou outra reportagem do *Correio do Povo* xerocada e anexada ao relatório das autoridades sanitárias em Santa Catarina e algumas notícias do Rio Grande do Sul sobre a doença nas páginas dos jornais catarinenses.

---

<sup>25</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de julho de 1978, p. 6; *O Estado*, Florianópolis, 2 de julho de 1978, p. 15.

<sup>26</sup> PEREIRA, Moacir, op. cit.

Como pretendia estudar o combate à peste suína africana do ponto de vista dos criadores, eu também deveria ter ido atrás da memória deles. Maria Ignez Silveira Paulilo encontrou no sul do estado lembranças sobre a peste suína africana em meados dos anos 80<sup>27</sup> e Odilon Poli encontrou lembranças de alguns casos no oeste do estado em meados dos anos 90.<sup>28</sup> Isso também acabou se tornando impossível. Jamais pensei em deixá-la de lado por causa das questões metodológicas que suscita.<sup>29</sup> Acredito que também encontraria lembranças interessantes no Vale do Itajaí, principalmente nos municípios de Brusque e Agrolândia, e no norte do Estado, especialmente nos municípios de Massaranduba e Schroeder. As autoridades sanitárias também tiveram dificuldades para fazer o serviço nesses municípios na segunda metade de 1978.

Da mesma forma, deveria procurar o arquivo da Diocese de Chapecó, já que ela se envolveu no combate à peste suína africana ao lado dos criadores da região, principalmente por meio dos agentes da Comissão Pastoral da Terra.<sup>30</sup> Gostaria de ter ido também ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) em Chapecó. Acabei mais uma vez ficando em Florianópolis, na sede da Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina. Contudo, ali consegui me aproximar do caso de Xanxerê através do documento *Peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?* e acompanhar alguns desdobramentos causados pela peste suína africana na região oeste através do seu jornal *Cheiro de Terra: boletim da Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina* a partir de 1979, quando saiu o seu primeiro número. Acompanhei o jornal da Comissão Pastoral da Terra até meados de 1982. Foi por isso que cheguei até os criadores de Cunha Porã em meados do ano anterior. Eu, na verdade, tinha conhecimento da

---

<sup>27</sup> PAULILO, Maria Ignez Silveira. “A integração no sul do Estado de Santa Catarina”. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987. (Tese em Antropologia Social). A tese da autora, sem o capítulo sobre a avicultura na região, acabou sendo publicada três anos depois pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina com o título “Produtor e agroindústria: consensos e dissensos”.

<sup>28</sup> POLI, Odilon. “Leituras em movimentos sociais”. Chapecó: Editora Argos, 2008. 2 edição revisada.

<sup>29</sup> HALL, Michael. História oral: os riscos da inocência. In: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo/Depto. de Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo. DPH, 1992. p. 157-160.

<sup>30</sup> UCZAI, Pedro. (Org). “Dom José Gomes”: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.

resistência em Xanxerê antes disso. As autoridades sanitárias acabaram confiscando uma cópia daquele documento, elaborado por dois padres e alguns criadores do município. Ela também foi anexada ao relatório oficial.

Apesar dessas lacunas, achei mesmo assim que seria possível contar uma história do combate à peste suína africana do ponto de vista dos criadores em Santa Catarina. O jornal *O Estado* acabou não cobrindo, por exemplo, o desfecho do caso no município de São Martinho, perto de Armazém, cerca de duas semanas depois, mas, apesar da pressão das autoridades sanitárias em Armazém, ele continuou a cobertura de outros casos no estado ao longo do ano. O *Diário Catarinense* e o *Jornal de Santa Catarina* também não cobriram todos os casos, mas cobriram alguns, com ou sem detalhes. Se não fosse por eles, eu também não ficaria sabendo nada das suspeitas que acabaram sendo desmentidas pelas autoridades sanitárias. As autoridades sanitárias registraram apenas que alguns resultados laboratoriais deram negativos para peste suína africana em Santa Catarina. Nada mais. Por meio deles, também fiquei sabendo de alguns casos no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais na segunda metade do ano.

No entanto, isso também não foi possível. Descobri, também por meio do jornal *O Estado*, do jornal *Diário Catarinense* e do *Jornal de Santa Catarina*, que vários sindicatos de trabalhadores rurais também não acreditavam na doença, apesar de seus vínculos com o Estado. O que os trabalhadores pensam e fazem nem sempre corresponde ao pensamento e a ação dos seus representantes.<sup>31</sup> Em Xanxerê, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município tentou evitar o sacrifício negando a existência da peste suína africana no município e assinando manifestações contra o combate à peste suína africana em Santa Catarina, com outros presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais da região. Os criadores de Xanxerê, entretanto, foram quase até o fim. Também descobri por meio dos jornais que várias cooperativas do oeste do estado não acreditavam na doença. Os seus presidentes também se manifestaram contra os sacrifícios. Talvez os seus associados pretendessem, contudo, levar os casos adiante, assim

---

<sup>31</sup> HOBBSAWM, Eric. “Sobre história”. São Paulo: Cia das Letras, 2007. 2 edição/2 reimpressão.



como os criadores em Xanxerê. Deveria estudar cooperativa por cooperativa.<sup>32</sup>

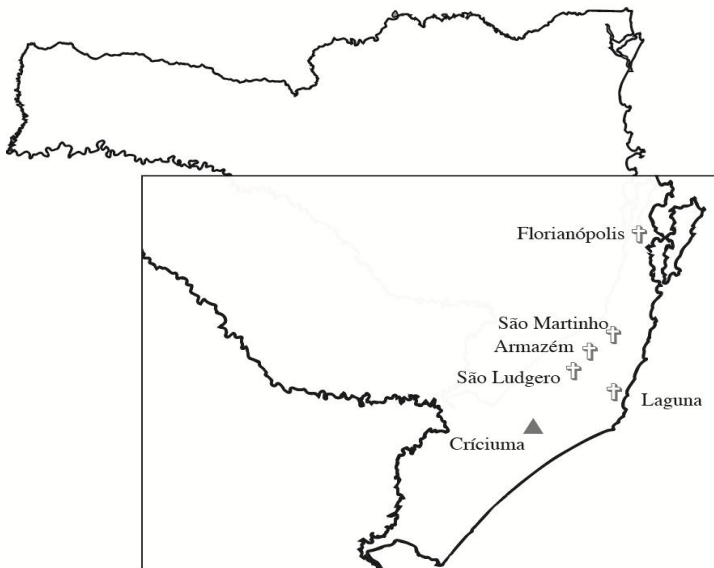
Na realidade, quase ninguém acreditava na doença em Santa Catarina, até mesmo outros senhores. O prefeito de Armazém, por exemplo, criou caso com as autoridades sanitárias no município junto com o dono do matadouro suspeito e seu capataz. O governador Antônio Carlos Konder Reis tentou rever o caso confirmado no município de São Ludgero. Na capital do Estado, pelo menos dois veterinários não acreditavam nela. Em Brasília e em Florianópolis, tanto parlamentares do MDB quanto da ARENA também não acreditavam na peste suína africana. Duvido, por fim, que os veterinários oficiais do Estado acreditassem nela.

Com tudo isso, no entanto, achei que seria possível contar uma história não oficial sobre o combate à peste suína africana em Santa Catarina, pelo menos uma parte dela. Procurei reunir os primeiros combates dos senhores e criadores em Santa Catarina no primeiro capítulo. No segundo capítulo, tentei acompanhar os combates dos senhores e criadores no Vale do Itajaí e no norte do estado, assim como alguns combates no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul. No terceiro e último capítulo, procurei reunir os últimos combates dos senhores e criadores em Santa Catarina e acompanhar as consequências deles em torno dos casos da doença na região oeste do Estado.

---

<sup>32</sup> LOUREIRO, Maria Rita (Org). “Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil”. São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados, 1981.

## MAPA - 1



## Legenda

- ✚ Focos confirmados de peste suína africana
- ▲ Focos suspeitos

Obs: Segundo as autoridades sanitárias, quatro amostras deram resultado negativo na região de Tubarão e duas na região de Florianópolis

## 2. OS PRIMEIROS COMBATES

### 2.1 As primeiras suspeitas

No fim da primeira semana do mês de julho de 1978, Rony Zaniboni pegou o carro pela manhã e se deslocou com toda a família até a sua propriedade rural em Armazém, no sul do Estado de Santa Catarina. Rony tinha um comércio e residência fixa no município de Urussanga. Urussanga fica aproximadamente há 60 km ao sul do município de Armazém, depois dos municípios de Gravatal, Braço do Norte, São Ludgero e Orleans. Rony só largou os negócios às pressas em Urussanga no dia 6 porque teria ficado sabendo da “matança pelo rádio” no dia anterior. Zaniboni pretendia salvar a sua criação recente naquela quinta-feira. Ao chegar ao local, porém, deu de cara com a presença duma retroescavadeira. A máquina da prefeitura de Armazém também estava lá para abrir uma vala para receber os 16 animais de sua criação.<sup>1</sup>

Mesmo assim, Rony não se entregou. Ele “não concordava com a matança”. Argumentou com as autoridades sanitárias que acompanhavam de perto os preparativos para o sacrifício que os seus animais estavam “perfeitos e sadios”. Martinho Guizo Neto, contudo, lamentou o problema. Disse-lhe que “nada podia fazer porque estava cumprindo uma ordem de Brasília”. Martinho representava o Ministério da Agricultura junto à Delegacia Federal da Agricultura no Estado e tinha se dirigido à região no dia anterior para coordenar o sacrifício no município.<sup>2</sup> Na quarta-feira, as autoridades sanitárias tinham recebido na capital do Estado o resultado laboratorial que confirmou a suspeita de peste suína africana em Armazém.<sup>3</sup> Em relação à indenização pelos animais, no entanto, o veterinário do Ministério da Agricultura lhe disse que poderia “entrar com recurso contra o governo para rever os

---

<sup>1</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6.

<sup>2</sup> *Idem*.

<sup>3</sup> Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978, p. 34.

critérios”. Zaniboni também tinha ficado indignado com “o preço para as matrizes”. Segundo ele, as autoridades sanitárias tinham feito o cálculo dela a partir do “preço de porco gordo”.<sup>4</sup> Apesar do pequeno número de animais, Rony Zaniboni tinha motivo para protestar. Ele deve ter desembolsado uma boa quantia para adquiri-los, principalmente se tivesse investido em matrizes de raça. Uma matriz de ponta poderia chegar ao preço dum automóvel Maverick nos anos 70.<sup>5</sup>

Rony não estava a fim de desistir. Ele tentou impedir a entrada das autoridades sanitárias em sua propriedade pelo menos mais uma vez naquele dia. Ele sabia que o problema, na verdade, não tinha começado com os seus animais. Zaniboni quis saber delas por que não estavam “fazendo discriminação de criadores”. Rony ficara sabendo, além disso, que “no Paraná, a subcomissão apenas sacrificou os animais doentes”.<sup>6</sup> Provavelmente, fora por conta disso que ele só apareceu no município de última hora. Rony deve ter imaginado que o sacrifício sanitário em Armazém ficaria restrito aos animais doentes do seu vizinho.

Os animais de Rony, assim como os animais de cinco criadores da redondeza, haviam sido incluídos na agenda de quinta-feira do Ministério da Agricultura por causa dum levantamento na região.<sup>7</sup> No início da tarde da última sexta-feira, quatro funcionários da Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado se dividiram em dois carros e percorreram as cercanias do suposto foco. Segundo a imprensa, Rony tinha “uma pequena granja quase defronte à fazenda de Adílio Corrêa” na localidade de São Cristóvão, há cerca de seis km do centro do município.<sup>8</sup>

Paulo Hoepers também tentou evitar o sacrifício sanitário em Armazém. Paulo se apresentou à imprensa como encarregado ou administrador de Adílio Sebastião Corrêa no último dia de junho. Ele não acreditava que os animais do patrão tivessem contraído peste suína africana. Hoepers argumentou que “os porcos estão, aí, todos passando bem”. Segundo ele, “os que estiveram doentes já estão curados, porque

---

<sup>4</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6.

<sup>5</sup> COMASSETTO, Leandro Ramires. “ACCS - Associação Catarinense de Criadores de Suínos”: 50 anos de história. Chapecó: 2010.

<sup>6</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6.

<sup>7</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 35.

<sup>8</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6.

tomaram umas dez marcas de remédios”. De acordo com ele, os animais também estavam “comendo bem”, bem como estavam “com a cola enroladinha”. Paulo sustentava que “o porco doente fica com o pelo todo arrepiado” e que se estivesse doente a “cola” teria caído. Paulo Hoepers ainda teria presenciado a abertura dum animal morto pelas autoridades sanitárias há cerca de duas semanas para a coleta da amostra.<sup>9</sup> As autoridades sanitárias encaminharam a amostra no dia 18 de junho.<sup>10</sup>

A esperança de Paulo Hoepers acabaria nos próximos dias com a confirmação definitiva da doença em Armazém através dum “segundo exame”. Ao mesmo tempo, as autoridades sanitárias, no entanto, voltaram atrás em Criciúma. Cerca de 80 km separam os dois municípios. Na primeira semana de julho, “um lote de 257 animais que já estavam prontos para o abate num frigorífico” em Criciúma acabou sendo liberado depois de ter sido isolado por cerca de 15 dias por elas e condenado junto com os animais de Adílio Sebastião Corrêa pelos “testes realizados pelo Instituto de Virologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Por volta do dia 20 de junho, alguns veterinários em Criciúma teriam reivindicado novos exames. “Com remédios dados aos suínos”, eles alegaram à Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado que haviam curado os animais de Edema Pulmonar no município.<sup>11</sup>

Assediado por um repórter do jornal *O Estado* no último dia de junho, Romeu Ribeiro Torres disse que “não se pode fugir da realidade, porque é peste suína africana mesmo”. Romeu atuava à frente da equipe da Coordenação de Defesa Sanitária Animal da região de Tubarão e estava lá lavrando os autos de interdição de sete propriedades. O veterinário disse a mesma coisa para uma certa Rita Machado. Segundo ele, “tem aqui mesmo, em Armazém”. Rita provavelmente residia nos arredores da propriedade de Adílio Sebastião Corrêa e da de Rony Zaniboni. Ela acabou sendo proibida de abater “uma porca gorda, com quase 90 kg”, que criara desde pequena por causa das medidas sanitárias

---

<sup>9</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de julho de 1978, p. 6. A cola é o rabo do animal.

<sup>10</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 34.

<sup>11</sup> *O Estado*, Florianópolis, 30 de junho de 1978, p. 5. As autoridades sanitárias não fizeram nenhuma anotação oficial sobre a reviravolta no município de Criciúma, nem sobre as suspeitas não confirmadas no Estado.

na região. Rita Machado tinha lhe perguntado “se em Santa Catarina tem peste africana”.<sup>12</sup> Além de Corrêa, Zaniboni e de Rita, um certo Sebastião de Oliveira foi enquadrado pelas autoridades sanitárias. Provavelmente também morava na vizinhança.<sup>13</sup>

Romeu e seus colegas da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina não faziam nada de ilegal no último dia de junho. Do ponto de vista legal, o sacrifício poderia ter acontecido no sábado mesmo, no primeiro dia de julho. O resultado oficial do exame laboratorial só sairia no meio da semana seguinte, no entanto, desde terça-feira tanto os veterinários federais, estaduais e municipais estavam autorizados a “adotar todas as medidas zoonos sanitárias aconselháveis, tais como interdição de propriedades e de trânsito, sacrifício e cremação dos animais enfermos ou suspeitos de contaminação, por diagnóstico clínico”, em virtude da peste suína africana.<sup>14</sup>

Paulo Hoepers ainda tentou argumentar mais uma vez com Romeu Ribeiro Torres naquela sexta-feira. Segundo ele, “se é a peste é a nossa comum”.<sup>15</sup> O capataz de Adílio Sebastião Corrêa tinha provavelmente na cabeça a Peste Suína Clássica no último dia de junho. Romeu Ribeiro Torres, assim como as demais autoridades sanitárias que apareceram na região durante a segunda metade de junho e a primeira semana de julho, não tinha como não conhecê-la. Romeu decerto sabia que a peste suína clássica recrudescera no ano anterior no país. Segundo as autoridades sanitárias, a doença se manifestou principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1977.<sup>16</sup> Quase duzentos casos de peste suína clássica foram registrados pelas autoridades sanitárias naquele ano. Grande parte do rebanho não se encontrava imunizado contra a doença. Segundo a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, boa parte do rebanho

---

<sup>12</sup> *Estado*, Florianópolis, primeiro de julho de 1978, p. 6.

<sup>13</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 5 de agosto de 1978, p. 4. Talvez Rita Machado e os outros três vizinhos desconhecidos tenham recebido alguma quantia na hora. Na primeira semana de agosto, o Banco do Brasil somente recebeu as ordens de pagamento para Adílio, Rony e Sebastião. Assim como Rita, provavelmente tivessem um ou outro animal.

<sup>14</sup> Ministério da Agricultura. “Portaria n 543”, 27 de junho de 1978.

<sup>15</sup> *Estado*, Florianópolis, primeiro de julho de 1978, p. 6.

<sup>16</sup> Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília: 1979, n especial, p. 6.

continuou desprotegida contra a peste suína clássica em 1978.<sup>17</sup> Romeu, além disso, tinha conhecimento de que os animais de Adílio não haviam sido vacinados contra a peste suína clássica. Romeu, ou algum colega, levou isso em conta ao fazer a notificação da suspeita em meados de junho.<sup>18</sup>

A peste suína clássica era uma velha conhecida das autoridades sanitárias catarinenses. Milton Mota, Udo Jenser, Valdemar Franzeman, Martinho Ribeiro e Jair Marcheti puderam conhecê-la bem de perto no fim dos anos 40. Eles ficaram, respectivamente, responsáveis pela vacinação contra ela nos municípios de Caçador e Videira, Joaçaba, Tangará e Capinzal, Concórdia e Piratuba, Chapecó, e Porto União, todos no oeste do Estado de Santa Catarina. O imunizante era fabricado pela Inspetoria Regional do Ministério da Agricultura nas dependências da sede dela no município de São José, ao lado da capital do Estado. Em 1947, um terrível surto da doença teria assolado a região. Por causa dela e de outras doenças, o Ministério da Agricultura acabou também inaugurando um Posto de Desinfecção de Vagões em Porto União no final de 1949, de onde a carga viva era transportada para o Estado de São Paulo.<sup>19</sup>

Romeu e sua turma, no entanto, resolveram aguardar o resultado oficial do segundo exame laboratorial para o início do sacrifício em Armazém. Esperaram também a chegada de colegas do Ministério da Agricultura no primeiro dia de julho. Antes do próximo final de semana, alguns soldados da Polícia Militar do município de Tubarão acabaram dando início ao trabalho sujo com “tiros de fuzil e golpes de martelo”. Depois de 30 km de estrada, os policiais apareceram no município na quinta-feira.<sup>20</sup> O laudo positivo tinha chegado à capital no dia anterior.

Apesar disso, Bertolino Boing continuava não acreditando que a peste suína africana tivesse atacado à propriedade de Adílio. Bertolino era o prefeito do município e estava desconfiado das ordens oriundas do

---

<sup>17</sup> Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília, 1977, p. 12.

<sup>18</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 31.

<sup>19</sup> RAMOS, Jaime de Arruda. “O Serviço de Defesa Sanitária Animal no Oeste Catarinense”. In: \_\_\_\_\_. PERFEITO DA SILVA, Zedar. (Org). Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1950. p. 72.

<sup>20</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6.

“interior dos escritórios” do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura. Segundo ele, “vieram americanos aí, e pode ser que eles queiram vender porcos”. A desconfiança dele era de que “grupos multinacionais estejam interessados em que os criadores nacionais substituam plantéis por porcos híbridos”. Segundo ele, os “técnicos especializados deveriam acompanhar de perto o estágio da peste africana para depois comprovar realmente sua existência”. Bertolino argumentava, como Hoepers, que “os animais já se recuperaram dos sintomas apresentados”. De acordo com ele, eles estavam “todos saudáveis no criadouro da granja”, assim como os animais nos “quintais dos pequenos produtores”.<sup>21</sup>

Na metade da tarde do último sábado, “embora não tenha sido confirmado, um veículo oficial dirigiu-se à granja interditada, onde foi detectado o foco, com instrumentos para matar e colher material para exame”. Horas antes, diante das autoridades sanitárias e de um representante da Polícia Militar de Santa Catarina, o prefeito tinha sugerido que fosse sacrificado “mais um dos porcos que estavam doentes”. Bertolino não havia sido convencido pelas autoridades sanitárias, nem mesmo por Robert Haichey. Robert pertencia ao Serviço Veterinário dos Estados Unidos.

Eu criei porcos durante 15 anos, dentro da técnica e sei que a peste não tem cura. Há dez dias os açougues e matadouros foram liberados por que disseram que o resultado do exame feito num porco há 15 dias deu negativo. Se antes não era peste africana, porque agora é? E se a peste não tem cura, como é que esses porcos que estiveram doentes agora estão recuperados? Eu respeito o resultado, a opinião dos senhores, da Secretaria, do Ministério e do conselheiro americano, mas pessoalmente, pela minha experiência de criador, não acredito que seja peste africana.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> *O Estado*, Florianópolis, 2 de julho de 1978, p. 15.



Com a ajuda de um tradutor da Secretaria da Agricultura, Robert tinha tentado persuadi-lo no começo da tarde. Bertolino escutara dele em castelhano que os porcos vinham “apresentando melhora” porque era “preciso bastante tempo para o vírus começar a propagação”. No entanto, também ouviu que se tratava de “uma doença totalmente mortal”. De acordo com as autoridades sanitárias, Robert estava de passagem pelo interior do Estado de Santa Catarina por um convênio firmado entre os dois países. Segundo elas, ele trazia “na bagagem a experiência de ter participado de campanhas de erradicação da doença em países da África e Europa”. As autoridades sanitárias brasileiras, por sua vez, lhe disseram que “o exame foi feito em um laboratório de muito respeito”, que “não existe medicação preventiva nem vacinas” e que “essa é a diferença da peste africana”. Romeu estava agora acompanhado de autoridades do Ministério da Agricultura. Todos eles tinham se sentado na primeira hora da tarde na prefeitura no primeiro dia de julho.<sup>23</sup>

Bertolino acabou irritando pelo menos duas autoridades do Ministério da Agricultura naquele dia durante a reunião. A mais exaltada delas lhe disse que “nós estamos preparados para evitar a propagação da doença, mas não conseguiremos enquanto alguém ficar dizendo que não é peste africana”. Logo a seguir, outra autoridade se encostara no repórter do jornal *O Estado* e lhe disse que “é preciso muito tato ao tratar do assunto”. Em seguida, lhe disse que a “imprensa pode prejudicar os trabalhos se divulgar versões que contestem a existência do foco da doença em Armazém”. O prefeito tinha convidado a imprensa para participar da reunião. No fim dela, Bertolino ainda tentaria salvar os animais de Adílio que não tivessem apresentado “febre e diarreia”. A ideia dele era de que a carne fosse distribuída à população do município.<sup>24</sup> Bertolino Boing talvez não soubesse disso, mas ele estava ignorando os pedidos feitos pela Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado. Há cerca de um mês, ela tinha encarecidamente solicitado “máximo empenho e colaboração” das autoridades municipais contra o “tão terrível mal, que poderá dizimar o nosso plantel suinícola e consequentemente abalar a nossa economia”.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Coordenação de Defesa Sanitária Animal; Secretaria da Agricultura e Abastecimento. “Ofício Circular nº 36”, 7 de junho de 1978.

Alguns dias depois, José Willermann disse que “se a peste africana é isso, tá, então já havia a doença”. Willermann afirmou à imprensa antes de sexta-feira que “há um ano e meio que isso vem ocorrendo”. José conversava com um repórter sobre “febre alta e diarreias”. Segundo José, no entanto, os animais tinham melhorado dos sintomas, embora logo depois tivessem tido uma “recaída, permanecendo nesse ciclo de melhora e piora até hoje”.<sup>26</sup> Provavelmente, dissera a mesma coisa para as autoridades sanitárias há poucos dias.

Willermann foi provavelmente surpreendido pelas autoridades sanitárias no primeiro dia de julho. Ele não morava em Armazém, mas muito perto dali. Ele tinha uma criação de 366 porcos em São Martinho, predominantemente de animais mestiços.<sup>27</sup> O município de São Martinho fica aproximadamente há 15 km ao norte de Armazém. As autoridades sanitárias devem ter chegado à propriedade de José logo depois da reunião na prefeitura de Armazém. Na metade daquela tarde, elas se dividiram em seis carros, três oficiais, dois desconhecidos e um táxi de Armazém, e saíram pela região para realizar outro levantamento.<sup>28</sup> A amostra de São Martinho decolaria para o Rio de Janeiro na segunda-feira.<sup>29</sup>

As autoridades sanitárias sabiam que José, ao contrário de Adílio Sebastião Corrêa, tinha vacinado seus animais contra a peste suína clássica. Elas deixaram isso registrado junto com outras informações. Talvez já soubessem disso antes da notificação no início de julho. A criação de Willermann recebia, segundo elas, “assistência técnica com frequência da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina”. Alguns animais dele tinham em julho ainda um mês de proteção contra a peste suína clássica, já que a última dose fora aplicada no terceiro dia de fevereiro. Willermann, no entanto, cuidava de 31 leitõezinhos com até dois meses, dos quais oito acabaram morrendo em função da peste suína africana segundo as autoridades sanitárias.<sup>30</sup> O

---

<sup>26</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 5.

<sup>27</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p, 27 e 29.

<sup>28</sup> *O Estado*, Florianópolis, 2 de julho de 1978, p. 15.

<sup>29</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 34.

<sup>30</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 32, 31e 27. Segundo Raquel Seiffert, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina nasceu na segunda metade dos anos 50 com o intuito de desenvolver a agricultura, a

criador não disse nada publicamente a respeito disso, mas provavelmente alguns dos animais recém-nascidos, senão todos, não estavam imunizados contra ela. Os leitõezinhos deveriam receber a primeira dose da vacina contra a peste suína clássica entre “46 a 50 dias após o nascimento”. A cada 180 dias deveriam receber outra dose dela, após receberem a segunda aos seis meses de idade.<sup>31</sup>

A equipe de reportagem do jornal *O Estado*, que até então passara aproximadamente uma semana pela redondeza, acabou não cobrindo os últimos dias da criação de José Willermann. Mas ela também foi condenada por “peste suína africana” cerca de duas semanas depois da colheita da amostra. Após o dia 20 de julho, as autoridades sanitárias retornaram mais uma vez ao local e incluíram na lista do sacrifício todos os porcos de cinco vizinhos dele. O exame laboratorial confirmou a suspeita nesse dia.<sup>32</sup>

Os animais da vizinhança tiveram os dias contados por causa da determinação da área focal. 109 porcos perderam a vida depois disso por fazerem parte de “granjas de criação de suínos” ou de “propriedades com pelo menos um suíno localizado próximo ao foco”, por receberem “água contaminada procedente de locais contaminados”, ou por se encontrarem “as margens das estradas com trânsito próximo ao foco”, ou ainda em função de outras situações. A partir do dia 5 daquele mês, as autoridades sanitárias deveriam sempre fazer isso depois da identificação dum foco da doença. No dia anterior, a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária tinha aprovado as medidas específicas para o combate à peste suína africana em todo o país. Apesar de ter esperado mais uma vez a comunicação oficial do foco, Romeu, Martinho e seus colegas não cometeriam nenhuma insubordinação se quisessem acabar logo com a suspeita no início da semana seguinte. Antes de se dirigirem

---

partir de acordos entre a Secretaria da Agricultura, a Federação das Associações Rurais de Santa Catarina e os Estados Unidos. De acordo com a autora, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina teve papel importante no desenvolvimento da suinocultura no Estado, através de estímulos de produção e produtividade do milho e de melhoramento genético e manejo do rebanho suíno. SEIFFERT, Raquel Quadros. “Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985)”. Florianópolis: UFSC, 1990. (Dissertação em Sociologia Política).

<sup>31</sup> BITTENCOURT, E. “Elementos de suinocultura: porco tipo-carne”. Brasília: INCRA, 1972, p. 12.

<sup>32</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 35 e 34.

às propriedades suspeitas, eles não deveriam se esquecer de colocar no carro “instrumentos para sacrifício”, junto com botas de borrachas, macacões, termômetros, bisturis, seringas, frascos, sabão, sacos, entre outros materiais. De acordo com o secretário do Ministério da Agricultura, o “único” tratamento era a “eliminação total dos rebanhos afetados”.<sup>33</sup>

Não teriam também nenhum problema legal com o Ministério da Agricultura se tivessem dispensado o resultado do diagnóstico laboratorial para o sacrifício sanitário, embora tivessem que coletar uma amostra para ele. Apenas o diagnóstico clínico, o diagnóstico anatomopatológico ou o diagnóstico epidemiológico era suficiente, desde que estivessem diante duma doença “altamente contagiosa, hiperaguda, febril e septicêmica dos suínos domésticos, que se caracteriza por hemorragias nos órgãos internos, cianose da pele e letalidade aproximada de 100%”. Segundo o Ministério da Agricultura, no entanto, o diagnóstico laboratorial era importante por causa do “diagnóstico diferencial com outras enfermidades, especialmente, com a Peste Suína Clássica”.<sup>34</sup>

Se José Willermann tivesse alguma esperança, ela não deve ter acabado assim que fora comunicado do resultado do exame laboratorial no dia 20 ou no dia seguinte. Ela provavelmente desapareceu de uma vez só quatro dias depois da chegada das autoridades à sua residência em São Martinho. No fim da tarde do dia 6 de julho, Adílio tinha presenciado em sua própria propriedade o sacrifício de 115 porcos. Adílio, no entanto, como o seu empregado e como o prefeito de Armazém, “não percebia doença nos animais”. Ele dizia que estavam “todos fortes e saudáveis”. Segundo ele, “houve apenas sintomas de diarreias em média de 20 porcos”, embora admitisse que “cinco” haviam morrido nos últimos dias. De acordo com ele, isso era “normal para quem tem qualquer tipo de criação”. Adílio também tinha argumentado, assim como eles, que “o resto se recuperou e não apresentou mais nenhum sinal da peste”.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n E/ZOO 006”, 4 de julho de 1978.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6.

Adílio estava, na verdade, preocupado naquela quinta-feira com o futuro do seu frigorífico em Armazém. Segundo ele, também não havia “sintomas nos animais que estão prontos para o abate”. Ele chegou a dizer que “se o governador não tivesse interditado o frigorífico nem exigiria a indenização”. Adílio provavelmente passou a semana toda tentando negociar a situação do frigorífico. Talvez por isso manteve-se calado, longe dos repórteres. Apenas a sua filha apareceu para dizer algo e somente uma única vez. No último domingo, ela disse que “a gente não pode falar muito, pode ser pior”. Contudo, também garantiu que “os porcos estão bem”. Vilma Corrêa argumentava que eles “não parecem doentes” e que “comeram bem”.<sup>36</sup>

Mesmo assim, não houve jeito. Nem o prestígio de Rony e o de Adílio suspenderam a continuação do trabalho sanitário no município no dia seguinte, dia 7. Rony Zaniboni foi vereador uma vez em Urussanga nos anos 60 e há oito anos havia deixado a prefeitura, depois de três anos como prefeito. Adílio foi vereador em Armazém no fim dos anos 60 e no início dos anos 70 e tinha deixado há dois anos a presidência da Cooperativa de Eletrificação Rural de Armazém após três anos de exercício.<sup>37</sup> Os policiais lotados em Tubarão fizeram o que as autoridades sanitárias tinham lhes solicitado também na sexta-feira. No fim do dia, cerca de 270 porcos que estavam na linha de matança do frigorífico também foram mortos, incinerados e enterrados ali mesmo, junto com os animais dos seus vizinhos.

---

<sup>36</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6.

<sup>37</sup> [www.oregionalsul.com.br](http://www.oregionalsul.com.br), “Adílio Sebastião Corrêa será homenageado com o nome da Taça de futebol de campo de Armazém”, 19 de abril de 2012. [www.jvanguardia.com.br](http://www.jvanguardia.com.br), “Ex-prefeito de Urussanga falece aos 76 anos”, 17 de junho de 2010. [www.cooperzem.com.br](http://www.cooperzem.com.br); Bertolino se tornou presidente da mesma cooperativa dez anos depois, permanecendo até 1991.



*O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6. (Rivaldo de Souza)



*O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6. (Rivaldo de Souza)

O destacamento do município de Tubarão, entretanto, não estava lá somente para isso. Um ou dois dias antes de Romeu aparecer no município e levantar a suspeita, Ernesto Geisel autorizou a participação das “Forças Armadas e Auxiliares” para o combate à doença. De acordo com o presidente do país, elas deveriam colaborar desde o começo da segunda metade do mês anterior “inclusive no sentido de impedir ou restringir o trânsito de pessoas, animais ou

veículos nos locais em que sua presença dificulte o processo de erradicação da doença, podendo interditar áreas públicas ou privadas”.<sup>38</sup>

Só pode ter sido por isso que um repórter do jornal *O Estado* registrou que “nenhuma reação foi esboçada contra o abate dos porcos” no primeiro dia do sacrifício, apesar do “clima de tensão na cidade de Armazém”. Alguns trabalhadores de Adílio, aliás, também estavam inquietos com a situação. Com o sacrifício dos animais, não poderiam mais por algum tempo sustentar a família com as “miudezas” dos animais que recebiam em troca do trabalho na empresa. Os parentes de Adílio e os trabalhadores pediam, contudo, “mais 30 ou 40 dias para examinar melhor os animais e comprovar a doença de fato”. Um repórter do jornal *O Estado*, entretanto, acabou sendo “detido durante quarenta minutos e teve seus filmes confiscados”. Segundo as autoridades, ele podia tirar fotografias dos porcos já mortos no interior das valas, mas insistira em registrar o sacrifício a marteladas.<sup>39</sup>

A situação de José Willermann em São Martinho não poderia ser pior. Segundo as autoridades sanitárias, os trabalhadores de Adílio Sebastião Corrêa mantinham os animais confinados “atrás do abatedouro” e “em instalações precárias” até a hora do abate. Elas constataram, além disso, que os animais “sem nenhum padrão racial” vinham sendo “engordados com restos do abatedouro”, depois de passarem por “algum aquecimento” e de serem misturados com “um farinha”. Romeu e seus colegas também investigaram a origem dos animais. De acordo com eles:

Os suínos para engorda eram adquiridos já adultos, com mais ou menos um ano, porém, magros, da vizinhança e da região da Serra (Área de Lages), onde a criação de suínos, na grande maioria, se faz extensivamente, sem nenhum cuidado higiênico, sanitário e de alimentação.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Presidência da República, “Decreto n 81.798”, 15 de junho de 1978.

<sup>39</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6.

<sup>40</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 6.



Depois de atingirem certo peso, os animais eram conduzidos à área de abate e transformados em “banha, mortadela, linguiça defumada e linguiça fresca” por cerca de 30 empregados e 20 diaristas. Adílio conseguia colocar estes produtos no mercado de “toda a Região Sul” de Santa Catarina, no mercado de “Joinville” e nas prateleiras de “uma rede de supermercados em Florianópolis e Blumenau”, segundo as autoridades sanitárias. Entretanto, ele não conseguia disponibilizá-los no mercado de “Criciúma”. De acordo com elas, o município de Criciúma era abastecido por um “frigorífico com Inspeção Federal”. Os trabalhadores de Adílio, por outro lado, costumavam abater a cada dia aproximadamente 40 porcos nas dependências dum “abatedouro de suínos e bovinos sem Inspeção Federal”.<sup>41</sup> As autoridades sanitárias tinham descoberto que José Willermann “fornecia porcos para o frigorífico de Adílio Sebastião Corrêa” em Armazém.<sup>42</sup>



*O Estado*, Florianópolis, 2 de julho de 1978, p. 15. (Orestes de Araújo)

Apesar da perda de “todas as instalações em madeira, inclusive cercas”, parece que Adílio conseguiu salvar as galinhas e os produtos

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 5.

estocados, assim como os bois que também eram criados dentro da propriedade. As benfeitorias foram “arrancadas e queimadas” na quinta-feira, mas, “ao contrário do que havia sido anunciado, não houve confisco dos produtos fabricados de carne de porco” até esse dia. Martinho Guizo Neto garantiu, no mesmo dia, que as aves seriam “poupadas”, a despeito de propagarem a doença. Segundo o veterinário do Ministério da Agricultura, não haveria problemas, desde que fossem “consumidas aqui”. Os trabalhadores de Adílio também cuidavam de um aviário com cerca de 5 mil animais. Nada foi dito sobre os bois e nada mais sobre os produtos pela imprensa.<sup>43</sup> Segundo as autoridades sanitárias, “não houve sacrifício de outras espécies” em nenhum foco no Estado de Santa Catarina.<sup>44</sup> Desde o dia 5 de julho, contudo, “outras espécies de animais domésticos (incluindo cães, gatos, aves, etc)” poderiam legalmente ficar na mira das autoridades sanitárias, assim como “produtos e sub-produtos de origem suína existentes na propriedade”.<sup>45</sup>

Aproximadamente uma semana depois da confirmação da doença na propriedade de José Willermann, o Ministério da Agricultura pediu o apoio de Altair Guidi na “debelação da peste suína africana” na região. Altair era o prefeito de Criciúma. Segundo as autoridades sanitárias:

Trata-se de uma doença contagiosa causada por vírus, que mata os porcos, trazendo grande prejuízo ao criador, e por isso se constitui uma ameaça nacional. Ela não ataca o homem, mas por outro lado, não tem cura, e nem existe vacina capaz de preveni-la. Caso se espalhe pelo país, poderá acabar com o rebanho suíno. Os sintomas são parecidos com os da peste suína comum, consistem em febre alta, paralisia nas patas traseiras, manchas vermelhas ou azuladas nas orelhas e outras partes do corpo, dificuldades respiratórias, tosse, corrimento nos olhos, vômito e diarreia. Esses sintomas facilitam o

<sup>43</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 5.

<sup>44</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op cit, p. 14.

<sup>45</sup> Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, op. cit.

reconhecimento da doença, que se transmite deixando animais doentes junto com os sadios, através de lixo, alimentos e água contaminados, trânsito de animais doentes, de pessoas, de veículos e de animais que saem dos locais contaminados. A carne de porco e seus produtos derivados também poderão atuar como transmissores desse mal, quando contaminados. A população poderá ajudar a combatê-lo, avisando imediatamente ao veterinário de sua localidade qualquer suspeita de doença em seus porcos ou de seus vizinhos e mantendo isolados os animais que mostrarem sintomas da doença.<sup>46</sup>

Guidi não precisou, ao menos publicamente, se meter nisso como Bertolino Boing em Armazém, mas deve ter encaminhado o ofício do Ministério da Agricultura ao secretário de agricultura de Criciúma. Há cerca de um mês, as autoridades sanitárias haviam descoberto que José Willermann não tinha somente negócios com Adílio Sebastião Corrêa. Elas descobriram que ele “também vendia animais para o Frigorífico Sul Catarinense” em Criciúma. Se quisessem preparar uma ceia de natal recheada com carne de porco, Willermann e seus vizinhos mais próximos talvez tivessem que recorrer a outros vizinhos, ou quem sabe a algum mercado de São Martinho. De acordo com as autoridades sanitárias, todas as propriedades da área do foco ficariam ainda interditadas depois do sacrifício por seis meses para a criação de porcos. Os trabalhadores do Frigorífico Sul Catarinense, entretanto, não tiveram que registrar prejuízos no balancete de julho por causa da peste suína africana. Romeu, Martinho e seus colegas não foram atrás do caso. Era, na realidade, a segunda vez que o Frigorífico Sul Catarinense se livrava das autoridades sanitárias em menos de um mês. Nessa altura, o lote de animais suspeito no município de Criciúma talvez já estivesse na boca dos consumidores.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, primeiro de agosto de 1978, p. 17.

<sup>47</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 5.

O Frigorífico Sul Catarinense foi assumido no início dos anos 70 pelo grupo empresarial Eliane. O sonho da Cooperativa Sociedade União Colonial havia desaparecido há alguns anos, após um desentendimento com o Banco do Brasil. Tudo estava pronto no distrito de Forquilha para o início das atividades industriais em meados dos anos 60. A expectativa era promissora para os associados. Com a supervisão da Assistência de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina e com o próprio dinheiro do Banco do Brasil, alguns criadores tinham apostado dois ou três anos antes em criações de porcos de raça, depois de uma série de falências de fábricas de banha na região.<sup>48</sup> São Martinho fica há cerca de 90 km de Criciúma, seja por Tubarão ou por Urussanga.

Adílio Sebastião Corrêa, apesar disso, não era um empreendedor de má fé. Em meados de 1998, o Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado de Santa Catarina, o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado e alguns técnicos do Serviço de Inspeção Estadual de alimentos se levantaram pela última vez contra a regulamentação da Lei Estadual 10.610. No início do ano anterior, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina já tinha dificultado a descentralização dos serviços de inspeção sobre produtos de origem animal e vegetal ao suspender o projeto daquela Lei. Há cerca de três anos, sindicatos de trabalhadores rurais de Santa Catarina, Organizações Não Governamentais, movimentos sociais, técnicos de extensão rural do Estado, com o apoio de alguns deputados estaduais, argumentavam em prol dum ambiente institucional favorável à legalização de pequenos estabelecimentos industriais. Desde 1993, os estabelecimentos industriais em Santa Catarina podiam pleitear o Selo de Inspeção Estadual, no entanto, eles continuaram se deparando com a impregnação das orientações da legislação federal sobre a fiscalização estadual.<sup>49</sup>

O Serviço de Inspeção Federal foi criado no país no final de 1950 e vigora até hoje, com uma ou outra flexibilização adotada no decorrer dos anos. A ideia era garantir a qualidade dos produtos de

---

<sup>48</sup> PAULILO, Maria Ignez Silveira. "A integração no sul do Estado de Santa Catarina". Rio de Janeiro: UFRJ, 1987. (Tese em Antropologia Social). Forquilha tornou-se município em 1989.

<sup>49</sup> PREZOTTO, Leomar Luiz. "A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à Legislação Sanitária". UFSC, 1999. (Dissertação em Agroecossistemas).

origem animal e de alguns produtos de origem vegetal destinados aos consumidores. As exigências da legislação, entretanto, inibem a legalização de estabelecimentos modestos pela raiz. As plantas, as instalações, o registro e os equipamentos pressupõem grandes instalações industriais. A clandestinidade das empresas, nesse sentido, também é fruto da própria legislação sanitária.<sup>50</sup>

A inexistência da fiscalização federal sobre a empresa de Adílio em Armazém também não significava que os consumidores da região sul do Estado, da capital, de Blumenau e de Joinville tivessem se alimentando de produtos de má qualidade. Os fiscais do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura não examinavam a situação dos animais dele antes do abate, não averiguavam o processamento dos produtos, não vistoriavam as condições de acondicionamento, assim como não tinham o controle sobre as condições de transporte até as praças consumidoras. Mesmo se tivessem uma sala reservada para preencherem os laudos e um vestiário próprio para trocar a roupa por macacões, entretanto, eles jamais emitiriam qualquer opinião sobre a qualidade dos alimentos para a promoção da saúde. As condições de produção das matérias-primas não fazem parte do vocabulário das autoridades sanitárias, tampouco os aspectos ecológicos e sociais que envolvem toda a sociedade. Duas ou três canetadas atestariam apenas a ausência de contaminação e a

---

<sup>50</sup> Idem. A Lei Estadual 10.610 acabou sendo sancionada em 1998. Com isso, o registro dos estabelecimentos e as exigências em instalações e equipamentos ficaram mais próximas da realidade de estabelecimentos de pequeno porte. Os estabelecimentos industriais, na verdade, também estavam aptos a se legalizarem desde a Constituição de 1988 por meio do Serviço de Inspeção Municipal. Contudo, a divisão do Serviço de Inspeção Sanitária no país em Serviço de Inspeção Municipal, Serviço de Inspeção Estadual e em Serviço de Inspeção Federal permanece desfavorecendo o sucesso de pequenas e médias empresas, uma vez que uma agroindústria rural de pequeno porte com Selo de Inspeção Municipal não tem condições legais de colocar os seus produtos no município vizinho, assim como outra com Selo de Inspeção Estadual não pode colocá-los no Estado vizinho. Além disso, as disputas entre a Vigilância Sanitária, vinculada às Secretarias da Saúde, e os veterinários dos serviços de inspeção, vinculados às Secretarias de Agricultura, embaraçam o seu funcionamento.

situação legal do Frigorífico Adílio Sebastião Corrêa, conforme prevê a legislação sanitária.<sup>51</sup>

Embora tivesse ignorado as considerações de Paulo Hoepers, de Adílio Sebastião Corrêa e de Bertolino Boing em Armazém e de José Willermann em São Martinho, o veterinário Romeu Ribeiro Torres havia arregaçado as mangas e estava apenas fazendo o seu trabalho à frente da Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina quando se dirigira ao município de Armazém em meados de junho. Três ou quatro dias antes disso, o secretário da agricultura tinha aprovado as “medidas zoonosológicas de emergência” da Coordenação de Defesa Sanitária Animal. Romeu deveria largar tudo o que estivesse fazendo e concentrar as energias da sua equipe na “intensificação das práticas de vigilância sanitária, visando a identificação de propriedades que apresentem doenças em suínos” e na “interdição e tomada de todas as medidas sanitárias para situações focais e perifocais nas propriedades com animais doentes ou suspeitos de peste suína”. Além disso, Romeu, assim como seus colegas que supervisionavam a região da capital, de Joaçaba, de Lages, de Mafra e de Blumenau, deveria “promover e desenvolver vigorosa campanha de vacinação contra a peste suína clássica no Estado”, entre outras providências.<sup>52</sup> Ele e seus colegas da Coordenação de Defesa Sanitária Animal acabaram, no entanto, se esquecendo disso em Armazém. Os animais de Adílio Sebastião Corrêa não foram vacinados contra a peste suína clássica por eles nem antes nem depois do alerta do secretário.<sup>53</sup>

No entanto, Romeu já devia estar organizando a sua equipe desde a semana anterior. No dia 7, decerto, pôde ler um Ofício Circular de Edmundo Otto Bublitz. Bublitz era o chefe da Coordenação de Defesa Sanitária Animal no Estado. Segundo ele:

Em função da autuação do alerta epidemiológico que nos defrontamos em relação ao Foco de Peste Suína Africana no Estado do Rio de Janeiro, solicitamos:

---

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Secretaria da Agricultura e Abastecimento. “Portaria n 19”, 12 de junho de 1978.

<sup>53</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit. 31.

1. Contactar com todas as autoridades constituídas locais, Presidentes de Sindicatos, Cooperativas, Responsáveis por Frigoríficos e Abatedouros (mormente os que não estão sob Inspeção Federal), transportadores de animais, colocando-os a par do que está ocorrendo, os riscos que oferece à suinocultura e consequentemente a economia catarinense, fazendo entrega de ofício circular inerente e enfatizando as recomendações nele contidos.
2. Promover intensa campanha divulgatória, utilizando Rádio, Jornal, Clero, Lideranças Comunitárias, Clubes de Serviços, visando: a) Necessidade de vacinação contra peste suína clássica, para facilitar o diagnóstico diferencial em primeira instância; b) Necessidade de notificação por parte dos criadores ao nosso escritório local, com urgência, sobre qualquer doença que acometa o plantel suinícola; c) Que se dê conhecimento da atual polícia sanitária referente ao trânsito.
3. Realizar palestras.
4. Atender prioritariamente qualquer notificação de doença em suínos na Região.
5. Quando houver suspeita clínica de Peste Suína, isolar e interditar imediatamente a propriedade, realizando desinfecção rigorosa. Os animais mortos deverão ser enterrados em vala profunda (se possível cremar) e cobri-los com cal virgem. Coletar material (fragmentos do baço, gânglios, em glicerina a 50% ou em gelo) vedando o máximo possível o Frasco com o material, bem como o recipiente que o contará. O material deve ser levado pessoalmente à sede

- da Área, colocando o supervisor a par da ocorrência. Fazer acompanhar o material amplo histórico da situação. Proceder investigação com respeito a saída de animais do Foco até 15 dias antes o surgimento do primeiro caso. Constatando-se saída de animais, proceder verificação do estado sanitário nas propriedades de destino.
6. Estabelecer fontes fáceis de comunicação da ocorrência de doenças em suínos, tais como: prefeituras, delegacias, sindicatos, etc, visando a agilização da notificação do criador.
  7. Conscientizar-se da responsabilidade que nossa Organização e mesmo nossa Profissão enfrenta no contexto regional e mesmo nacional.

Saudações.<sup>54</sup>

Antes de chegar a Armazém, Romeu provavelmente se encontrou com Álvaro Walter Bruneti e Luiz Irapuan Campelo Besso. Álvaro e Luiz eram funcionários do Ministério da Agricultura junto à Delegacia Federal da Agricultura em Santa Catarina e deveriam estar no município de Tubarão no dia 13 do mesmo mês para “para colocar os colegas de campo a par da realidade em termos de doença exótica”.<sup>55</sup> Romeu, entretanto, não deve ter sido muito bem recebido no município de Armazém alguns dias depois. “Vizinhos e curiosos” que acompanhavam o desenrolar do sacrifício na quinta-feira disseram que o problema de Adílio tinha sido causado por “precipitação do veterinário Romeu”. Ele não era um desconhecido no município. De acordo com eles, Romeu Ribeiro Torres não possuía “simpatia na cidade”. Se fosse prudente, Romeu ficaria ao menos um bom tempo longe de Armazém e talvez da região sul do Estado depois da primeira sexta-feira de julho,

---

<sup>54</sup> Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Ofício Circular nº 36”, 7 de junho de 1978.

<sup>55</sup> “Ata da reunião realizada no Grupo Executivo de Produção Animal”, 31 de maio de 1978.



quando o trabalho seria encerrado com uma camada de cal sobre uma determinada área na propriedade de Adílio. Já no primeiro dia do sacrifício sanitário, na quinta, os moradores do município queriam que ele fosse transferido da região, se não poderia “sofrer represálias”.<sup>56</sup> Segundo Natasha Rovená da Silva, Romeu Ribeiro Torres logo acabou sendo transferido. De acordo com a veterinária da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina, ele foi ameaçado de morte. Natasha começou a trabalhar dentro do órgão no fim do ano na região na campanha da Agulha Oficial e encontrou resistência por parte dos criadores.<sup>57</sup>

Adílio Sebastião Corrêa provavelmente também o conhecia. Romeu Ribeiro Torres talvez tenha se envolvido numa onda que fechou açougues e matadouros clandestinos pela região entre 1973 e 1976. De acordo com alguns moradores da região, a carne encontrada pelas autoridades sanitárias era inutilizada com creolina. Elas alegaram que os estabelecimentos não estavam submetidos à fiscalização das autoridades sanitárias e que não pagavam impostos.<sup>58</sup> Além disso, os animais de Adílio, segundo as autoridades sanitárias, recebiam “assistência técnica regular da Coordenação de Defesa Sanitária Animal”.<sup>59</sup>

Adílio conseguiu o registro do Frigorífico Adílio Sebastião Corrêa na Junta Comercial do Estado em 1964, depois de cinco anos de atividade. O dia 7 de julho de 1978, contudo, não foi o fim da linha para ele. Alguns anos depois, o Frigorífico Adílio Sebastião Corrêa voltou com tudo. A partir de 1986, os seus produtos poderiam circular por todo o país. Adílio dificilmente teria problemas com as autoridades sanitárias a partir de então. Ele conseguiu o Selo de Inspeção Federal junto ao Ministério da Agricultura nesse ano.<sup>60</sup> Não sei Adílio utilizou a indenização pelos porcos para reinvestir na nova planta industrial a partir de 1980, mas as autoridades sanitárias foram generosas com ele. Adílio, Rony e seus cinco vizinhos receberam, por exemplo, mais do

---

<sup>56</sup> *O Estado*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 6.

<sup>57</sup> Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina. “Uma trajetória de conquistas”: os quarenta anos do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina. Florianópolis: Rettec Artes Gráficas, 2009.

<sup>58</sup> PAULILO, op. cit.

<sup>59</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 32.

<sup>60</sup> [www.oregionalsul.com.br](http://www.oregionalsul.com.br), op. cit.

que o dobro da quantia recebida por José Willermann e seus cinco vizinhos por cada animal e mais do que todo mundo que perderia seus animais por causa da peste suína africana em Santa Catarina.<sup>61</sup>

Apesar dos indícios epidemiológicos, as autoridades sanitárias decidiram não subir a Serra Geral. Elas não passaram de São Martinho. Não foi também por falta de aviso. Um dia depois da fumaça baixar em Armazém, um colunista do jornal *O Planalto* fez uma denúncia informal. Ela não deve ter passado despercebida pelas autoridades sanitárias. Naquela época, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina tinha um espaço garantido nas páginas dele. De acordo com *O Planalto*:

Apesar de sua trágica imagem, a peste suína africana pode, com certa facilidade, ser evitada, já que a verdadeira porca é ela, e a teoria de que o habitat natural dos suínos é a sujeira e a lama e que o seu melhor alimento é a “lavagem” – restos de comida – é inteiramente falsa. Somente em Lages, estima-se que existem cerca de mil animais que são criados pelo princípio artesanal, ou seja, criados em fundo de quintal, na área urbana. Esse tipo de criação é a que oferece maior campo de penetração da peste. Portanto, três requisitos básicos na criação de suínos devem ser mantidos: linhagem (raça), alimentação adequada e limpa e o manejo (higiene).<sup>62</sup>

Na semana seguinte, Plínio Ribeiro Ramos Júnior procurou contribuir com as autoridades sanitárias na região de Lages. Plínio era médico veterinário e, segundo ele, a “Peste Suína Africana”:

É uma das doenças que causa maior mortalidade em suínos, tanto em confinamento como em criações

---

<sup>61</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 35.

<sup>62</sup> *O Planalto*, Lages, 8 de julho de 1978, p. 3.

extensivas. A peste suína, sendo uma doença altamente contagiosa, chegando a alcançar um índice de 100% de mortalidade, tem como agente causador um vírus. O vírus da Peste Suína pode resistir por muito tempo nas paredes das pocilgas, e ele é destruído a temperatura de 60 graus em 10 minutos. Mas é inativo quando submetido a temperatura de 55 graus durante uma hora. No presunto se mantém durante cinco meses e na medula durante 6 meses. Este vírus é eliminado pelos excrementos, pela expectoração e pelo corrimento nasal. As moscas que tiverem contato com as carcaças e com cadáveres infectados podem transmitir a doença. O período de incubação da doença oscila entre 06 e 24 dias, mas a doença experimental dificilmente vai além de 48 horas, levando o animal as vezes a morte sem apresentar sintomas. Ao verificar em alguma propriedade os sintomas abaixo descritos, comuniquem imediatamente ao serviço de defesa sanitária de sua área.

Sintomas: Hipertemia; Tristeza; Inapetência e abatimento; Andar difícil e vacilante; O animal fica em decúbito costal; Mucosas congestionantes; Conjuntiva purulenta; Exantema cutâneo veolácios (manchas na pele) principalmente nas orelhas e ventre; pulsações vão até 120 por minuto; Respiração dificultada; A morte sobrevém entre o terceiro e o sétimo dia, precedida do coma.<sup>63</sup>

Dois criadores de Laguna não tiveram a mesma sorte. As autoridades sanitárias chegaram ao município um dia depois da suspeita em São Martinho. Provavelmente antes do fim do mês, 34 animais

---

<sup>63</sup> *O Planatlo*, Lages, 15 de julho de 1978, p. 6.

foram sacrificados.<sup>64</sup> No dia 20, o secretário da agricultura tinha declarado que o Ministério da Agricultura seria “intransigente na determinação de exterminar os animais”. Carlos Azambuja Loch tinha acabado de revelar na capital os resultados de alguns exames laboratoriais. Entre eles, o secretário da agricultura confirmou a suspeita de peste suína africana no município de Imbituba.<sup>65</sup> A amostra havia sido encaminhada ao Rio de Janeiro no dia 4. O secretário, ou a imprensa, deve ter se confundido. Não ocorreu nenhum foco da doença em Imbituba segundo as autoridades sanitárias. Não encontrei, além disso, nenhuma suspeita no município. Laguna fica ao lado de Imbituba.

O criador suspeito em Laguna estava encrencado com as autoridades sanitárias antes do retorno delas ao município para o sacrifício. Talvez ele nunca tenha ficado sabendo disso. De acordo com elas, ele era um criador “clandestino”. As autoridades sanitárias descobriram que ele mantinha uma “criação para abate caseiro” ao constatarem que os porcos eram “abatidos na Propriedade para venda de carnes e derivados em açougues da região”. Além disso, ele também não havia vacinado os seus animais contra a peste suína clássica, assim como não lhes garantia assistência técnica regular.<sup>66</sup> Apesar disso tudo, outros criadores da vizinhança acabaram se escapando das autoridades sanitárias. Segundo Carlos Azambuja Loch, a doença tinha se disseminado no município em “mais de mil cabeças” de “pequenos criadores” durante a primeira metade do mês de julho.<sup>67</sup> Laguna está há cerca de 50 km de Armazém e de São Martinho.

Apesar da agitação na região, Edésio Oenning provavelmente não foi a Armazém, a São Martinho e nem a Laguna acompanhar os casos de peste suína africana. Não encontrei nada a respeito disso. No entanto, o criador deve ter passado a segunda metade de junho e o mês de julho com os olhos grudados na Granja Canário em Braço do Norte, perto dali. Não foi certamente por causa da distância entre os municípios. Aproximadamente 20 km o separam de Armazém. Há cerca de cinco anos, Oenning tinha participado duma grande exposição de

---

<sup>64</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p, 35.

<sup>65</sup> *O Estado*, Florianópolis, 21 de julho de 1978, p. 14.

<sup>66</sup> Ministério da Agricultura. “Manual de Procedimento para notificação e informação: peste suína africana”. Brasília, 1978, p. 11. *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 29, 31, 32 e 34.

<sup>67</sup> *O Estado*, Florianópolis, 21 de julho de 1978, p. 14.

suínos em Criciúma e se entusiasmado com a suinocultura. Oenning viu de perto uma série de desfiles de animais importados promovida pela Associação Catarinense de Criadores de Suínos no distrito de Forquilha. Depois disso, ele montou a sua granja e começou a organizar um Núcleo da entidade no município.<sup>68</sup> Edésio não deve ter ido nem mesmo ao município mais próximo naqueles dias. São Ludgero fica ali ao lado, depois de mais ou menos 5 km para o sul. As autoridades sanitárias não encontraram nenhuma suspeita no município de Braço do Norte, mas na mesma semana que alcançaram São Martinho e Laguna chegariam também ao município de São Ludgero.

Romeu bateu o pé com Paulo Hoepers e com Rita Machado a respeito da peste suína africana em Armazém, assim como seus colegas com Bertolino, mas no fundo tinham dúvidas sobre ela. De acordo com eles:

Verificou-se uma baixa letalidade, pois dos 110 suínos existentes 31 adoeceram e destes apenas 07 morreram, havendo a recuperação aparente de 24 suínos após tratamento sintomático a base de antibiótico e sulfa. Os sintomas clínicos observados foram incoordenação motora dos membros posteriores, inapetência, diarreia sanguinolenta pouco acentuada e hipertemia bastante elevada atingindo 42 graus Celsius. Os achados de necropsia foram apenas áreas cianóticas no fígado, mucosa do intestino grosso hemorrágica e pequenas áreas hemorrágicas nos glânglios gastro-hepáticos. O suíno necropsiado tinha 5 meses de idade e foi sacrificado. Baseado neste quadro, alguns diagnósticos clínicos foram emitidos: Enterotoxemia, Paratifo, Doença do Edema e de Peste Suína, sendo esta última emitida em decorrência das circunstâncias atuais na época.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> COMASSETTO, Leandro Ramires, op. cit.

<sup>69</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 7.

O combate das autoridades sanitárias e o combate dos criadores tinham só começado.

## 2.2 Veterinários e políticos rebeldes

De acordo com Ermari Zanini, os criadores deveriam “tomar mais cuidado antes de alardear” qualquer suspeita às autoridades sanitárias. Ermari atuava como médico-veterinário autônomo no Estado Santa Catarina e no Estado do Paraná. Segundo ele, o que estava acontecendo em Santa Catarina era uma “grande arbitrariedade” por parte das autoridades sanitárias. Para ele, uma “temperatura de até 40 ou 42 graus” podia indicar “tanto peste suína como também qualquer outra doença”. De acordo com ele, o vômito e a diarreia também poderiam ser indícios de várias doenças, se não fossem apenas sinais dum simples “distúrbio gástrico”. Zanini tinha ficado sabendo que os animais doentes de Adílio Sebastião Corrêa em Armazém tinham conseguido se recuperar “completamente” após receberem algumas doses de antibióticos. Segundo ele, nenhum animal em Santa Catarina tinha morrido “naturalmente, sufocado pela peste suína africana”. Os animais, de acordo com ele, teriam perdido a vida por causa dos “fuzis da Polícia Militar”. Ermari, assim como o encarregado de Adílio, suspeitava que os animais pudessem estar acometidos pela “peste suína clássica”, já que ele e seus colegas de profissão estavam encontrando dificuldades para conseguir vacinas contra a doença.<sup>70</sup>

Zanini tinha perdido o respeito em Florianópolis no início da terceira semana de julho. As autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura no Estado e da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina estavam contando com a “participação de todos os médicos veterinários” para o combate a peste suína africana desde os primeiros dias de junho, “independente do vínculo profissional” deles. José Quevedo Maia, Martinho Guizzo Neto, Hamilton Ricardo Farias, Luiz Irapuan Campelo Besso, Edmundo Otto Bublitz, Oldemar Olsen, Juari do Nascimento Pimentel, Álvaro Walter Bruneti e Antônio José de Oliveira Rosa tinham decidido isso no último dia do mês de maio na Delegacia Federal da Agricultura na capital quando se reuniram pela

---

<sup>70</sup> *O Estado*, Florianópolis, 23 de julho de 1978, p. 11.

primeira vez para tratar da questão. Ermari e seus colegas de profissão da região de Florianópolis deveriam se encontrar já na semana seguinte com os “Drs. Álvaro e Irapuan” e com o supervisor da Coordenação de Defesa Sanitária Animal da região de Florianópolis para debater o assunto na capital do Estado.<sup>71</sup>

Ermari talvez não soubesse disso, mas estava se arriscando demais na frente do repórter do jornal *O Estado*. As autoridades sanitárias esperavam contar com “o fiel cumprimento das solicitações” a partir do dia 13 de junho. Os veterinários não tinham se entusiasmado com o combate à peste suína africana. No dia anterior, Edmundo Otto Bublitz lembrou-lhes da “matéria contida no Ofício Circular n 35/78 de 06 de junho de 1978, sobre a necessidade de atendimento em grau de prioridade a toda e qualquer notificação de doenças em suínos da região” através duma “Ordem de Serviço” endereçada a todos. Edmundo era o coordenador da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina. O chefe da defesa sanitária animal do Estado precisou, desta vez, alertá-los sobre as “responsabilidades” em caso de “qualquer omissão neste sentido”.<sup>72</sup> No mesmo dia, Ermari e seus colegas de profissão receberiam mais quatro páginas de Edmundo sobre o combate à peste suína africana.<sup>73</sup> Zanini também ignorava Ernesto Geisel. Segundo o presidente do país, todas as “autoridades federais, estaduais e municipais, bem como quaisquer pessoas que tenham conhecimento da existência de doença em suínos”, deveriam “comunicar o fato imediatamente ao Ministério da Agricultura” desde meados de junho.<sup>74</sup>

Ermari Zanini, além disso, não poupou seus colegas. Segundo ele, a “Associação dos Médicos Veterinários” não tinha convocado a “classe para também participar da solução do problema” da peste. Zanini não acreditava nas observações clínicas, nem nos exames laboratoriais. De acordo com ele, dois influentes técnicos americanos eram os “donos da palavra” dentro do Instituto de Virologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele ficara sabendo, por outro lado, que “outro especialista, de Santa Catarina, e trabalhando em um

---

<sup>71</sup> Ata, op. cit, 31 de maio de 1978, p. 1.

<sup>72</sup> Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Ofício Circular n 39”, 12 de junho de 1978.

<sup>73</sup> Secretaria da Agricultura e Abastecimento. “Portaria n 19”, op. cit.

<sup>73</sup> Ministério da Agricultura. “Decreto n 81.798”, op cit.

<sup>74</sup> Idem.

órgão do governo no município de São José” estava “proibido de falar”. Para Ermari, “nenhum suíno seria morto em Armazém se os técnicos e veterinários comprometidos com o governo tivessem estudado perfeitamente o quadro clínico”. Segundo Ermari, os porcos com a doença “que mata” entre “24 até 48 horas” apresentam “febre alta, paralisia nas patas traseiras, manchas vermelhas ou azuladas nas orelhas, no rabo, no focinho e nos flancos, dificuldade de respiração, fezes com sangue, dificuldade de andar, tosse, corrimento no nariz e olhos e vômito e diarreia”. No entanto, segundo ele, isso ocorre “de 05 a 09 dias” após a contaminação.<sup>75</sup> Ermari Zanini estava se referindo ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina ou à Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária. O Conselho Regional no Estado foi criado em meados de 1969 junto com outros conselhos regionais e a Sociedade em 1961. O Sindicato dos Médicos Veterinários foi organizado em 1979.<sup>76</sup>

O fulano que trabalhava no município de São José talvez já não estivesse mais em Santa Catarina por volta do dia 20 de julho. José, Martinho, Hamilton, Luiz, Edmundo, Oldemar, Juari, Álvaro e Antônio também decidiram no último dia de maio na Delegacia Federal da Agricultura na capital que os “médicos veterinários Dra. Dilma e Dr. Moisés” passassem por um “treinamento em Diagnóstico de Peste Suína Clássica”. A ideia dos veterinários era mandá-los para Belo Horizonte ou para Porto Alegre. Os dois trabalhavam no Laboratório Regional de Saúde Animal do Ministério da Agricultura em São José, ao lado da capital do Estado.<sup>77</sup>

Mesmo se o cicrano ou a beltrana tivesse ficado em São José trabalhando com o bico calado, eles não poderiam fazer nada oficialmente, a não ser que saíssem do laboratório e fossem ao campo levantar alguma suspeita ou atender alguma notificação. Nenhum veterinário que não fizesse parte da Equipe de Laboratório do Rio de Janeiro estava apto a dar opinião sobre os casos de peste suína africana. A equipe indicada por José Alberto da Silva Lira montou residência fixa na cidade do Rio de Janeiro e ficou por lá até o fim do ano seguinte. Cláudio de Moraes Andrade ficou responsável pelas análises de 20

---

<sup>75</sup> *O Estado*, Florianópolis, 23 de julho de 1978, p. 11.

<sup>76</sup> Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina, op. cit.

<sup>77</sup> *Ata*, op cit, 31 de maio de 1978.



profissionais, desde que Ubiratan Mendes Serrão ficasse sabendo do andamento dos trabalhos.

Ubiratan era sub-secretário de Defesa Sanitária Animal e diretor da Divisão de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura e havia sido designado pelo Secretário Nacional de Defesa Sanitária Animal para coordenar a Comissão Executiva Central para Erradicação da Peste Suína Africana a partir de meados de junho. Ubiratan, por sua vez, ficou encarregado de prestar contas a José Alberto da Silva Lira. José também liderava a “Comissão Central de Coordenação para erradicação da Peste Suína Africana”, formada por ele, Secretário Nacional de Defesa Sanitária Animal, pelo secretário Nacional de Abastecimento, pelo Secretário Nacional de Produção Agropecuária e pelo secretário Nacional de Planejamento Agrícola. Sérgio Coube Bogado e um certo Fúlvio José Alice logo se integraram à comissão para colaborar como “dois técnicos de comprovada experiência e de notórios conhecimentos em controle de doença infecciosas”.<sup>78</sup>

Zanini estava bem informado. Dez consultores estrangeiros acabaram participando do combate. Robert Page, Robert Reichard, Keith Sherman e William Hess representaram os Estados Unidos. D. J. Skinner e P. Brisson representaram o Canadá. Angel Ordaz Alvarez a Espanha, Ramon Carnero Cabrera a França e Franz J. Peritz e Patrícia Chain a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. Alguns deles, ou todos, passaram pelos corredores da Universidade Federal do Rio de Janeiro também em nome do Centro Panamericano de Febre Aftosa, da Oficina Sanitária Panamericana e da Organização Internacional de Doenças Animais.<sup>79</sup>

Cláudio Lowenthal, no entanto, teria afirmado em meados de julho à revista *Veja* que a peste suína africana talvez não existisse no

---

<sup>78</sup> Ministério da Agricultura. “Brasil, Livre da Peste Suína Africana”. Brasília, 1984, p. 58 e 59. Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n 003”, 18 de junho de 1978. Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n 488”, 16 de junho de 1978. Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n 004”, 19 de junho de 1978.

<sup>79</sup> Ministério da Agricultura, “Brasil, Livre da Peste Suína Africana”, op. cit, p. 58 e 59.

país.<sup>80</sup> Cláudio também era veterinário e fez parte dos Consultores Nacionais no Rio de Janeiro para o combate à peste suína africana.<sup>81</sup> Essa dúvida também pode ter passado pela cabeça dos colegas de profissão de Cláudio, de Ermari e do desconhecido em São José. Cerca de trinta anos depois, mais de trezentos veterinários deixaram Francisco Cecílio Viana na mão. Por uma razão ou outra, grande parte deles não lhe respondeu. Outros veterinários se esquivaram dos seus questionários. Francisco Cecílio Viana foi atrás de veterinários que atuavam na época. Francisco poderia ter tido mais sorte na empreitada. Ele é médico-veterinário.<sup>82</sup>

A viagem de estudos de Sérgio Coube Bogado acabou sendo em vão. Em 1964, Sérgio sugeriu, entre outras coisas, que os laboratórios ligados a Defesa Sanitária Animal mantivessem “pelo menos, constantemente, uns quatro suínos hiperimunizados, a fim de que, em caso de necessidade, seja possível a aplicação de teste biológico”. Segundo ele, o país teria assim “um dos elementos de grande valor para o estabelecimento do diagnóstico”. De acordo com Sérgio, “os suínos imunizados e hiperimunizados contra a Peste Suína Clássica não ficam protegidos contra o vírus africano”. Sérgio coordenava o Laboratório de Produção de Vacinas de Castro no Estado do Paraná. Ele tinha recém retornado da Europa. No ano anterior, Sérgio passou aproximadamente uma semana em Madrid e outra em Lisboa “observando a complexidade de tão séria enfermidade, que vem causando prejuízos de elevada monta aos criadores e ao governo de Portugal e Espanha”. Segundo ele, “a Peste Suína Africana, pelas suas características de penetração, propagação e contagiosidade, apresenta-se muito mais violenta, com consequências muito mais danosas e de controle muito mais difícil” do que a “Peste Suína Clássica”.<sup>83</sup>

Ermari tinha um motivo próprio para se rebelar contra as autoridades sanitárias em meados de julho. Ele estava ao lado de Antônio Luiz Fletcher. Luiz era “proprietário de um rebanho suíno de

---

<sup>80</sup> VIANA, Francisco Cecílio. “História e Memória da Peste Suína Africana no Brasil”: passos e descompassos. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2008.

<sup>81</sup> Ministério da Agricultura. “Brasil, Livre da Peste Suína Africana”, op. cit, p. 59.

<sup>82</sup> VIANA, Francisco Cecílio, op. cit.

<sup>83</sup> Ministério da Agricultura. “Peste suína africana”. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1964, p. 25 e 26.

mil e 600 animais” na Grande Florianópolis.<sup>84</sup> Os animais de Futcher poderiam ser os próximos a entrar na agenda do Ministério da Agricultura. A equipe do laboratório no Rio de Janeiro estava analisando desde o dia 6 daquele mês uma amostra oriunda dum plantel de Florianópolis com a “finalidade de reprodução” com “assistência técnica regular da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina”. Depois da penúltima semana do mês seguinte, cento e noventa e cinco animais de seis proprietários da capital foram sacrificados após a confirmação da suspeita. O resultado chegou dia 22 de agosto. Os animais do foco tinham sido vacinados contra a peste suína clássica segundo as autoridades sanitárias, no entanto, isso ocorreu cinco dias antes delas colherem o material.<sup>85</sup>

Ermari Zanini e Luiz Futcher também sabiam no início da última semana de julho do problema da família Warmling. Segundo eles, o Ministério da Agricultura estava prestes “a matar dois mil animais no município de São Ludgero, porque apenas um exame, feito por um único laboratório, deu positivo”. De acordo com eles, no entanto, “nenhum suíno morreu” entre a suspeita e a confirmação da doença.<sup>86</sup> O resultado da amostra saiu dia 20 daquele mês, depois de aproximadamente duas semanas de testes no Rio de Janeiro.<sup>87</sup>

Praticamente dois meses depois do resultado laboratorial, Wilson Warmling continuava inconformado com as autoridades sanitárias. Ele não colocava fé nem mesmo nos papéis oficiais que foram apresentados por elas a sua família no início de setembro. De acordo com ele:

O papel, sem timbre ou autenticação e apenas com uma assinatura ilegível, foi sendo apresentado como sendo o laudo pericial do resultado dos exames feitos no único animal que morreu na granja. O documento, uma fotocópia, é inteiramente datilografado e diz o seguinte:

---

<sup>84</sup> *O Estado*, Florianópolis, 23 de julho de 1978, p. 11.

<sup>85</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op, cit, p. 32, 34, 29 e 31.

<sup>86</sup> *O Estado*, Florianópolis, 23 de julho de 1978, p. 11.

<sup>87</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op, cit, p. 34.

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Microbiologia – Departamento de Urologia – Laboratório de Peste Suína Africana. Resultado do Exame: número de origem 0208. Proprietário: Alberto Warmling. Município de São Ludgero, Santa Catarina. Resultado positivo para Peste Suína Africana. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1978.<sup>88</sup>

Os papéis, além disso, teriam chegado a São Ludgero depois que “os agrônomos visitaram a sua propriedade, três vezes”, segundo ele. Wilson era filho de Alberto Warmling, e seu pai estaria até então se recusando a consentir o sacrifício dos animais. A família tinha acabado de perder todos os seus porcos. Cerca de trinta soldados do Batalhão da Polícia Militar de Tubarão foram mobilizados para sacrificar cerca de mais de dois mil animais no município no fim da primeira semana de setembro.<sup>89</sup>

Wilson e Alberto, no entanto, só foram derrotados depois de aproximadamente dois meses. Há mais ou menos um mês e meio, a família estava na expectativa de receber “três técnicos de Brasília”. Segundo Alberto dos Santos, eles iriam ao município de São Ludgero na virada para o mês de agosto “fazer um balanço da situação”. Alberto dos Santos tinha se deslocado a Santa Catarina para tentar resolver de uma vez por todas a questão. O representante do Ministério da Agricultura, no entanto, retornou à capital do Estado com as mãos abanando no fim de julho:

“Estive pessoalmente na fazenda o qual me recebeu muito bem e não fechou questão quanto ao extermínio, cuja amostra lá colhida comprovou a ocorrência da peste suína. Ele apenas colocou em dúvida o resultado do exame que foi positivo. É um direito que lhe assiste,

---

<sup>88</sup> *O Estado*, Florianópolis, 17 de setembro de 1978, p. 4.

<sup>89</sup> *Idem*.

ponderou, acrescentando, no entanto, que há uma lei vigorando que determina o abate sanitário nas áreas contaminadas pela Peste Suína Africana”. Lembrou ainda que a delegacia do Ministério da Agricultura evita lançar mão dos poderes da força que lhe confere a lei para praticar abate sanitário de suínos, preferindo antes o diálogo e o convencimento de que a medida ditada pelo governo que é imprescindível para evitar o mal.<sup>90</sup>

A família Warmling estava mais confiante do que nunca quando recebeu em sua residência Alberto dos Santos no fim de julho. Alguns dias antes, segundo consta:

Um delegado do Ministério da Agricultura foi a São Ludgero e suspendeu o extermínio programado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento de dois mil porcos na Granja de Alberto, depois de verificar a situação e as condições de funcionamento da granja.<sup>91</sup>

O Ministério da Agricultura estava dando meia volta a pesar de ter em mãos o resultado laboratorial. A Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina e a Delegacia Federal da Agricultura no Estado tinham recebido o laudo do Rio de Janeiro três ou quatro dias antes. Após 16 dias da remessa do material, os trabalhos de sacrifício poderiam começar após o dia 20 de julho. O delegado teria chegado, contudo, à conclusão por volta do dia 24 de que “é peste suína crônica o problema da granja de Warmling”. Ele devia estar com a peste suína clássica na cabeça. De acordo com ele, a doença que estaria acometendo os animais em São Ludgero “mata o animal num período de seis dias a oito meses”. Alberto Warmling pode tê-lo ajudado a se convencer disso:

---

<sup>90</sup> *O Estado*, Florianópolis, 28 de julho de 1978, p. 13.

<sup>91</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 25 de julho de 1978, p. 4.

O proprietário disse que não se trata de Peste Suína Africana, mas se for a peste afirmou que há muitos anos se convive com ela. Segundo ele, a morte de um animal há 28 dias foi causada por hemorragia, mas a Secretaria da Agricultura e Abastecimento colheu o material. Depois disso, afirma que nenhum outro animal morreu e que a morte de um animal por dia entre dois mil é normal. Propôs a Secretaria da Agricultura e Abastecimento que o material colhido fosse levado aos Estados Unidos ou à França ou a outro país por sua conta e disse que não entende a razão da matança dos porcos se a carne não é prejudicial ao homem.<sup>92</sup>

As autoridades sanitárias, no entanto, não se acertavam sobre o caso em São Ludgero. Praticamente um mês depois, Antônio Carlos Konder Reis teria recebido em “mãos um pedido para que seja tomada uma solução acerca da Peste Suína Africana em São Ludgero”. Wilson Warmling teria percorrido cerca de 40 km até o município de Tubarão e pedido ao governador do Estado em meados de agosto a “liberação ou sacrifício dos animais”. O filho de Alberto se queixava de “três meses de intranquilidade, com porcos nascendo dia a dia, e os mangueirões lotados”. A família teria deixado de lucrar, desde o mês de julho, com a venda de cerca de 500 animais. Wilson vinha contabilizando em torno de 250 porcos a cada mês na planilha de seu pai.<sup>93</sup>

Martinho Guizzo Netto, por sua vez, batia o pé sobre o problema em São Ludgero. Aproximadamente uma semana depois de Wilson ter recorrido diretamente ao governador, o veterinário do Ministério da Agricultura continuava argumentando a favor do sacrifício. Nos primeiros dias setembro:

Disse que o problema mais sério é a água, que passa por todas as baías: uma vez um

---

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 23 de agosto de 1978, p. 4.

animal portador da Peste Suína Africana, todos serão portadores. Lamentou também a situação: a granja de Warmling é uma das mais bem organizadas do Sul do Estado, possuindo um dos melhores plantéis de abate.<sup>94</sup>

Wilson Warmling ainda tentou resolver a situação com as próprias mãos. Antes ou depois disso, ele teria ido à Florianópolis. Foi provavelmente nas dependências da Secretaria da Agricultura ou da Delegacia Federal da Agricultura que ele teria visto “muitos laudos e todos com timbre”.<sup>95</sup> Romeu Ribeiro Torres decerto também conhecia a criação dos Warmling em São Ludgero. Wilson e seu pai combateram a peste suína africana num rebanho destinado ao abate industrial, com “assistência técnica regular da Coordenação de Defesa Sanitária Animal” e com vacinação recente contra a peste suína clássica.<sup>96</sup>

Não houve jeito. No final das contas, o prestígio dos Warmling junto ao governador não deu certo, assim como a presença de aproximadamente 500 pessoas diante das autoridades sanitárias no dia em que a retroescavadeira começaria a preparar a cova. O pai de Wilson, segundo consta, era o “presidente do Diretório Local da Aliança Renovadora Nacional” e “falava-se com insistência que o governador Konder Reis tentou interceder junto ao Ministro da Agricultura para que não houvesse o sacrifício dos animais”.<sup>97</sup> Entre a primeira e segunda semana de setembro, as autoridades sanitárias ordenaram também o sacrifício de cerca de 150 porcos de um certo André Weder, Mário Buss, Santo Ramiro Vicente, Nateus Schillickmann e Bernardete Rudolf. Todos eram vizinhos da família Warmling em São Ludgero e seus animais foram contados dentro da área do foco. Alguns dias antes, contudo, um deles teria salvado alguns animais, trocando-os com outros animais que vieram de Bom Retiro. O município de Bom Retiro fica em cima da Serra rumo ao norte. Sob a vista grossa dum funcionário da

---

<sup>94</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 3 e 4 de setembro de 1978, p.04. (Reportagem de Alcindo Ziemann).

<sup>95</sup> *O Estado*, 17 de setembro de 1978, p. 4.

<sup>96</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 29, 32 e 31.

<sup>97</sup> *O Estado*, 17 de setembro de 1978, p. 4.

prefeitura, outro teria furado a barreira sanitária e feito negócio com alguns porcos.<sup>98</sup>

A reputação do laboratório jamais foi revertida. A imagem negativa dele estava se alastrando por toda parte. Praticamente 30 anos depois, vários sujeitos envolvidos duma forma ou de outra no combate à peste suína africana se lembram da falta de credibilidade do diagnóstico do laboratório montado no município do Rio de Janeiro.<sup>99</sup> Em meados de julho, em algum lugar do Sul do país, um certo Luis Alberto Linch desafiou as autoridades sanitárias, questionando a qualidade do laboratório. Ele teria colocado espontaneamente a disposição do Ministério da Agricultura cerca de 50 animais da raça landrace para que elas inoculassem neles materiais suspeitos da doença, desde que os exames laboratoriais não fossem realizados pelo Instituto de Virologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Alberto Linch estava disposto a correr o risco somente se as amostras fossem apuradas por laboratórios internacionais consagrados.<sup>100</sup> Depois da amostra de Paracambi, o pessoal do laboratório do Plum Island Disease Center pôde seguir a sua rotina sem qualquer imprevisto vindo do Brasil. Nenhum frasco fez uma viagem tão longa depois disso.

Nem as rixas políticas em Santa Catarina tiveram força para conter o ímpeto das autoridades sanitárias no município de São Ludgero. Cada um teve que se virar como podia diante delas. Poucos dias depois do sacrifício sanitário em São Ludgero, o deputado Martinho Herculano Guizzo teria ocupado o espaço de um “programa de rádio ouvido na cidade onde fez um apelo aos eleitores”. Não sei o grau de parentesco de Herculano Guizzo com o austero combatente do Ministério da Agricultura e nada sobre a mobilização do deputado estadual, no entanto, Herculano achou indispensável tentar deixar claro na região que não tinha “culpa nenhuma da matança”. Um proprietário de uma casa comercial local teria dito que no primeiro dia do sacrifício houve um último protesto por parte dos criadores e de “curiosos” e que “o Alberto agora pode largar tudo”. A multidão, segundo ele, estaria cogitando “votar na peste suína” em pleno reduto do partido do governo. Além disso, o vigário do município estaria dizendo que a “Arena foi enterrada junto com os porcos”. Segundo o proprietário do comércio Casa

---

<sup>98</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, dia primeiro de setembro de 1978, p. 3.

<sup>99</sup> VIANA, Francisco, op. cit.

<sup>100</sup> Idem.



Philippi, José Pereira Kunz demonstrava, aliás, simpatias arenistas durante os trabalhos religiosos desde longa data. Martinho Herculano tinha a pretensão de se reeleger daqui a dois meses novamente pelo lado da Aliança Renovadora Nacional.<sup>101</sup>

Martinho Herculano Guizzo estava se defendendo das acusações do Movimento Democrático Brasileiro. Segundo Donilo Della Giustina, alguns dias depois da retirada das autoridades sanitárias, “a oposição pegou no pé” ali perto. De acordo com o prefeito de São Ludgero, “em Braço do Norte, domingo passado, o MDB promoveu um comício, onde estava o ex-líder petebista Doutel de Andrade, e os discursos foram contra a matança dos porcos”. O prefeito do município vizinho, contudo, procurava minimizar o assunto:

Mas eles não têm outro argumento. Nos dias do abate, o MDB não saiu das propriedades, mas não teve coragem de defender os criadores. No final, teremos uma eleição tranquila. Até lá a gente mata a cobra, falou o prefeito. Dentro do seu gabinete, porém, um assessor admitiu que muitos eleitores arenistas de São Ludgero poderão votar em branco em novembro: o pessoal diz que não vota na Arena. Mas não podem votar também no MDB, porque eles não fizeram nada. O que pode acontecer é alguns votarem em branco ou nulo.<sup>102</sup>

A oposição partidária não tinha deixado escapar aquela oportunidade à medida que as eleições para a Assembléia Estadual, para a Câmara Federal e para o Senado se aproximavam. Segundo Casildo Maldaner, “quem diz que tem aqui ou acolá peste suína são dois técnicos americanos”. Dois dias antes do sacrifício sanitário em Armazém no início do mês de julho, Maldaner também levantou uma “suspeita de protecionismo aos frigoríficos de Santa Catarina”. De acordo com ele, “trazer suínos do Oeste para Blumenau é permitido,

---

<sup>101</sup> *O Estado*, 17 de setembro de 1978, p. 04. Martinho conseguiu se reeleger no fim do ano.

<sup>102</sup> *Idem*.

porém vender para os vizinhos do outro Estado é proibido, apenas por uma questão de fronteira”. Maldaner ocupava uma poltrona na Assembléia de Santa Catarina pelo Movimento Democrático Brasileiro desde 1975 e tentaria, como Martinho Herculano Guizzo, permanecer nela mais quatro anos em Florianópolis em meados de novembro de 1978.<sup>103</sup>

Embora o cargo de governador permanecesse intacto para as pessoas comuns pela última vez desde 1961, as perspectivas das eleições para o partido de oposição eram promissoras naquele momento. Na década de 70, o Movimento Democrático Brasileiro em Santa Catarina cresceu principalmente entre 1970 e 1974. Ele conseguiu, ao mesmo tempo, multiplicar por quatro a maioria nas câmaras municipais em 1972 e administrar 41 prefeituras até 1976. Além disso, em 1974, o MDB ficou com a vaga das eleições para o Senado e compôs com mais gente a Câmara e a Assembléia em relação à disputa no início da década.<sup>104</sup>

Não sei se Walter Luís Buzatto concorreu novamente ao cargo depois de dois mandatos consecutivos, mas, no fim de junho, ele gastara bastante saliva para falar sobre a “propalada existência da peste suína africana”. Era dia 25 de junho e Luís Buzatto era colega de casa e de partido de Casildo. De acordo com ele:

Ninguém sabe se existe ou se é mais um golpe sorrateiro, visando o aniquilamento mais rápido da laboriosa classe agrícola. Pode ser que eu esteja errado, mas não posso acreditar na existência dessa peste, tão misteriosa, que apareceu no Rio de Janeiro, pulou para Armazém, numa extensão de mais de mil quilômetros. Dizem que ela existe, porém creio se tratar de uma farsa, envolvendo interesses por certo de alguma empresa

---

<sup>103</sup> *O Estado*, Florianópolis, 4 de julho de 1978, p. 5. Maldaner acabou se reelegendo no fim do ano.

<sup>104</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza. “Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945-1979”. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

multinacional, ansiosa em monopolizar o mercado suíno, em prejuízo do criador brasileiro. É estranhável o que vem acontecendo. Em Ibaiti, no Paraná, onde os técnicos confirmaram a peste, os porcos continuam vivos. Que peste é essa que ninguém vê e que até agora não matou sequer um animal, sabendo-se que é capaz de exterminar um suíno em apenas 48 horas? Assim dizem os técnicos do governo. Não é a mesma peste? E porque o governo dispensa tratamentos diferentes. O governo tem grande responsabilidade no episódio da peste suína. Deve urgentemente esclarecer à nação brasileira a realidade dos fatos. E providências enérgicas deverão ser tomadas para tranquilizar os suinocultores de Santa Catarina, enquanto é tempo. Será vergonhoso caso fique comprovada a inexistência da peste suína africana e, em vista disso, o ridículo acontecerá mais uma vez e ficará patente o que sempre dissemos a respeito da espoliação e das jogadas sujas e subreptícias desenvolvidas por certos grupos que atuam na nação, como as mais nefastas fortalezas econômicas atentando contra nossos interesses sociais. Tudo isso acontece às vistas do governo que ao se omitir ajuda tais grupos a desgraçarem ainda mais, principalmente, o pequeno produtor.<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup> *O Estado*, Florianópolis, 26 de junho de 1978, p. 13.

Um dia depois, Dejandir Dalpasquale teria destacado que “em Campos Novos nenhum animal apresentou sintomas após a morte de dois leitões há dois meses”. De acordo com ele, os porcos dos vizinhos mais próximos também “deveriam estar então contaminados”, uma vez que as autoridades sanitárias teriam constatado que a água dos bebedouros do proprietário dos animais acusado era repartida com outros quatro criadores. Dalpasquale era mais um da bancada do Movimento Democrático Brasileiro na capital do Estado e estava também de olho bem aberto nas eleições. Ele tinha em mente o senado.<sup>106</sup>

Segundo o jornal *O Estado*, após as férias parlamentares, “o tema dominante na reabertura da casa foi a Peste Suína Africana e não as reformas políticas, nem a frente pela Redemocratização, candidaturas presidenciais ou a emenda Montoro”. Dia primeiro de agosto, Manoel Carlos de Souza lembrou o caso dos Warmiling:

Levantou o assunto afirmando que os suinocultores de Braço do Norte e São Ludgero também não acreditam que exista peste suína em seus rebanhos. Ouvi, disse, que se trata de uma peste comum, o que não tem justificado o abate de rebanhos determinado pelas autoridades, uma vez que os laudos comprobatórios da doença nem sequer são mostrados às pessoas interessadas. Após tais observações, apresentou requerimento que solicita aos ministros da Fazenda e Agricultura e ao presidente do Banco do Brasil a abertura de crédito especial para os suinocultores catarinenses, que sofrem abates em razão da prevenção da peste. Além do grande desalento e apreensão, os criadores de suínos não recebem pagamento imediato

---

<sup>106</sup> *O Estado*, Florianópolis, 27 de junho de 1978, p. 13. Dejandir ficou como primeiro suplente de Jaison Barreto no Senado entre 1979 e 1986. Ele havia sido duas vezes prefeito do município de Campos Novos, entre 1958 e 1962 e 1966 e 1970, pelo Partido Trabalhista Brasileiro antes de se sentar na Assembleia por dois mandatos seguidos a partir de então.

nem preço justo relativo à indenização, concluiu.<sup>107</sup>

Manoel era suplente, mas tentaria melhor sorte na casa pelo Movimento Democrático Brasileiro em novembro. Murilo Sampaio Canto, que também almejava a reeleição pelo MDB, também pediu a palavra naquela sessão:

Colocou dúvidas sobre a existência da peste no país, lembrando que a peste mata os animais num prazo de 72 horas, segundo os técnicos, quando aqui no Brasil espera-se até 30 dias para que se decida que medidas adotar. Temos aqui uma peste burocrática e não peste suína.<sup>108</sup>

Roland Harold Dornbusch também subiu ao palanque do plenário no início do mês e teria reclamado das “providências determinadas pelo Ministério da Agricultura em exterminar alguns animais em Schroeder”. Schroeder é um município que fica perto de Joinville, no norte do Estado. Segundo ele, as autoridades sanitárias envolvidas no combate passaram, ao mesmo tempo, por cima do “veterinário José Alcides Menezes, de Joinville”, que “negava a existência da Peste Suína Africana”, e do “criador”, que “não aceita a hipótese de contaminação porque vacinou algumas cabeças e elas resistiram ao mal, que invariavelmente, causa morte”. Desconheço as pretensões políticas dele, mas Dornbusch também era filiado ao MDB.<sup>109</sup>

Nos primeiros dias de agosto, Francisco Orestes Libardoni teria cogitado “a instalação de uma sub-comissão ou de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a incidência de peste suína no Brasil”. César Nascimento apoiava Orestes Libardoni na capital federal.

---

<sup>107</sup> *O Estado*, Florianópolis, 2 de agosto de 1978, p. 3. Ele conseguiu o que almejava.

<sup>108</sup> Idem. Canto também teve sucesso na disputa.

<sup>109</sup> *O Estado*, Florianópolis, 3 de agosto de 1978, p. 3.

Nascimento teria “muitas dúvidas quanto à incidência de peste suína no Brasil e mais especialmente em Santa Catarina”:

A morte em apenas 72 horas não está sendo confirmada, muitos veterinários não estão confirmando a existência da doença e produtores acham que a doença é corriqueira e que os animais podem se recuperar.

Libardoni tentaria ficar em Brasília por mais quatro anos como deputado federal. Segundo ele:

Diante das informações dos jornais, nós ficamos em dúvida se realmente todos os focos são de peste africana, ou se seriam apenas de peste comum, disse. Disse que o assunto deve ser esclarecido à população para que a verdade venha à tona. Acha necessária a imediata concessão de crédito aos produtores, como está sendo anunciada a criação de uma linha especial de crédito aos frigoríficos e o estabelecimento do preço mínimo de Cr\$ 15,00 por quilo, já que os minifundiários de Santa Catarina poderão acabar com a suinocultura, sendo que muitos deles estão vendendo suas matrizes e reprodutores, desesperados com a queda do preço do animal que chega a 50%.<sup>110</sup>

Uma semana de depois, Evelásio Vieira também demonstrou seu ceticismo a respeito da doença, engrossando a união dos seus colegas de partido em Santa Catarina em Brasília. Desde 1975, Vieira vinha dividindo a ala do Estado no Senado, representando o partido de oposição, com Antônio Carlos Konder Reis, Celso Ramos, Leonir

---

<sup>110</sup> *O Estado*, Florianópolis, 3 de agosto de 1978, p. 3. Orestes Libardoni também conseguiu.

Vargas e Otair Becker da Aliança Renovadora Nacional. Na segunda semana de agosto:

Disse que o povo ainda espera uma palavra oficial que esclareça as verdadeiras causas da proliferação da Peste Suína Africana no país. Ele indagou sobre as origens da doença e quais as relações entre os focos localizados em diversos pontos do país e salientou que o mercado de carne suína deve ser fortalecido. Disse também que seria uma insensatez a defesa da venda de animais doentes para o consumo e condenou o monopólio dos frigoríficos em relação aos produtores de carne suína: agora a indiferença oficial manifesta é no sentido de dar livre campo aos grandes frigoríficos. Projeta uma situação ainda pior para os produtores de suínos que ficarão ou continuarão expostos ao poder arbitrário dos frigoríficos na fixação dos preços da carne. Para ele, as medidas de emergência são insuficientes: o alarde em torno da Peste Suína Africana causa sérios prejuízos aos produtores, já que segundo o Ministério da Agricultura a suspensão das exportações acarretará um déficit. Assim, as indústrias colocaram-se contra o financiamento de 90 dias para a estocagem da carne suína, já que não há perspectiva de normalização do consumo a curto prazo. Disse que o apoio à agricultura deve partir do próprio governo, colocando em dúvida certos interesses multinacionais.<sup>111</sup>

Enquanto isso, alguns parlamentares da situação tomavam para si as dores dos governantes e das autoridades sanitárias. No meio da primeira semana de agosto, Horst Otto Domning teria apresentado “um relatório sobre as providências tomadas pelo governo para amenizar os

---

<sup>111</sup> *O Estado*, Florianópolis, 11 de agosto de 1978, p. 5.

efeitos da crise”.<sup>112</sup> Como Otto Domning não era do MDB só podia ser deputado pela Aliança Renovadora Nacional. Mais tarde, ele também tentaria melhor sorte para a sua suplência. Em Brasília, Otair Becker rasgava elogios às autoridades sanitárias há cerca de quinze dias:

Disse que o Brasil está diante de uma calamidade e por isso são justificadas as decisões do presidente, após reunir o Conselho de Desenvolvimento Econômico para tratar do assunto. E é preciso que a elas se aliem todos os produtores. Segundo o senador, há um grau de inquietação e de insegurança em Santa Catarina, já que a suinocultura é uma das principais atividades econômicas e onde se registraram focos em Quilombo, Criciúma, Chapecó e Armazém. Também elogiou os esforços do ministro da agricultura e a tese do secretário de defesa agropecuária, José Alberto Lira, para quem a erradicação do mal é indispensável e o Brasil não pode adotar uma política de convivência com a peste, que pode comprometer todas as exportações de produtos de origem animal e vegetal. No mais, Becker apelou a todos os brasileiros, sobretudo aos suinocultores, para que colaborem com as autoridades, comunicando toda e qualquer suspeita da doença, inclusive aos órgãos de divulgação para que evitem notícias alarmantes ou exageradas, com o intuito de não gerar pânico.<sup>113</sup>

Outros parlamentares governistas, no entanto, ficaram encima do muro. Dia primeiro de agosto, João Correa Bittencourt teria, surpreendentemente, sugerido a “criação de um corredor sanitário na região Sul do Estado, lembrando tanto o matadouro de Adílio Correa em Armazém e o frigorífico de Criciúma”.<sup>114</sup> Já Gentil Bellani dizia que os

---

<sup>112</sup> *O Estado*, Florianópolis, 4 de agosto de 1978, p. 3. Deu certo.

<sup>113</sup> *O Estado*, Florianópolis, 22 de junho de 1978, p. 5.

<sup>114</sup> *O Estado*, Florianópolis, 2 de agosto de 1978, p. 3.



“suinocultores não entendem a razão de não poderem vender seus suínos sadios e em condições de abate”. Bellani se queixava do fechamento das fronteiras de Santa Catarina. Todavia:

Diante da denúncia de Francisco Küster de que a peste suína está sendo dirigida por multinacionais, Bellani ainda negou que o governo pudesse estar participando disso, tendo em vista o prejuízo para o erário público, mas admitiu que pudesse ser uma imposição das multinacionais.<sup>115</sup>

Na semana seguinte, Milton Carlos de Oliveira concordaria com Casildo Maldaner e com outros colegas sobre a comercialização de suínos para fora do Estado. Entretanto, fez questão de dizer que “discorda em toda linha de suspeitas levantadas”. Ambos estavam com outros políticos reunidos no Tribunal de Contas de Santa Catarina no dia 10 de agosto. Ao sair dele, Maldaner teria dito à imprensa que “continuava não acreditando que existisse Peste Suína Africana no país” e que a “maioria da mesa era composta por estrangeiros”. Segundo ele:

Fomos ali na esperança de levar algo otimista para as nossas bases, mas não chegamos a nenhuma solução concreta. Os técnicos se ativeram em ler laudos técnicos e relatórios. Eu me pergunto: a Cobal vai receber os excedentes suínos? Nada foi dito sobre os estoques. E o corredor de transportes? Apenas prometeram que o assunto seria estudado. Foi dito que o Oeste foi contaminado pela peste suína, mas a verdade é que nunca morreu tão pouco porco como agora. Foi levantada, também, a falta de veracidade dos fatos: analisamos os laudos, juntamente com o deputado Pichetti, alguns deles praticamente assinados em branco e até mesmo preenchidos a lápis, a posteriori. Aliás, a maioria destes laudos foi assinada com as datas de 19 a 30 de junho e

---

<sup>115</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 2 de agosto de 1978, p. 4.

perguntamos por que somente nesse espaço de tempo os laudos foram lavrados? Por que não se levaram amostras para a França?<sup>116</sup>

Carlos de Oliveira, por sua vez, saiu da reunião dizendo que “era necessário que se acreditasse no governo e na ciência”. Segundo ele:

Havia opiniões de técnicos contra técnicos, e leigos como nós, a dar opiniões sobre um problema de natureza científica que não conhecemos. Pois o técnico americano, reconhecido internacionalmente, já esteve examinando o problema da peste suína na Espanha, no México, em Cuba e em países da África, onde a sua autoridade é incontestada: ousou dizer, portanto, que os técnicos que estão a contestar os laudos nada sabem sobre Peste Suína Africana e que é preciso acreditar na ciência.<sup>117</sup>

Ao contrário do prefeito de Armazém, Donilo Della Giustina ficou intimidado diante da imprensa que acompanhava o desfecho do caso que envolvia a família Warmling. O prefeito de São Ludgero preferiu se preservar dentro do partido no Estado e parece não ter movido sequer uma palha pelos seus conterrâneos. Segundo ele, “o Jorge, (Jorge Konder Bornhausen, futuro governador do Estado) já me pediu para não me manifestar sobre os porcos”. Duvido que o prefeito de São Ludgero acreditasse na peste suína africana.<sup>118</sup>

Membros do partido do governador, no entanto, não pouparam as autoridades sanitárias. Sobrou inclusive para o governador. Em Brasília, João Cândido Linhares teria apoiado os pedidos do partido de

---

<sup>116</sup> *O Estado*, Florianópolis, 11 de agosto de 1978, p. 5.

<sup>117</sup> *Idem*.

<sup>118</sup> *O Estado*, Florianópolis, 17 de setembro de 1978, p. 4.

oposição ao solicitar também “uma Comissão Parlamentar de Inquérito” em agosto. Segundo ele, ela deveria:

Investigar as circunstâncias em que surgiu no Brasil o surto de peste suína, as medidas usadas para combatê-la e as dúvidas quanto ao comprometimento de autoridades do Ministério da Agricultura com empresas multinacionais para prejudicar a suinocultura nacional”.<sup>119</sup>

Linhares tinha se manifestado há aproximadamente 15 dias sobre a “bomba atômica”:

Ele tem mantido contato permanente com as autoridades do oeste. Para ele, é sensacionalista o tratamento que a imprensa vem dando ao assunto, causando mais prejuízos que a própria doença. A imprensa, segundo ele, tem apresentado a criação de suínos brasileira como completamente atrasada e sem nenhum cuidado, quando na realidade é diferente, especialmente no sul e mais ainda em Santa Catarina, onde os padrões se igualam aos da Dinamarca, e lamenta que os jornais e emissoras de televisão têm mostrado fotos de criações do Rio de Janeiro, onde os animais comem restos de comida e lixo, sem nenhum cuidado. Se ela chegar ao Estado, comenta que os efeitos serão incomensuráveis, já que todos os animais serão abatidos. Os matadouros frigoríficos seriam fechados. Temos 12 frigoríficos no Oeste Catarinense, abrangendo 50 cidades.<sup>120</sup>

---

<sup>119</sup> *O Estado*, Florianópolis, 4 de agosto de 1978, p. 3.

<sup>120</sup> *O Estado*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5 e 6.

Na mesma época, Antônio Pichetti “disse que a presença estranha de dois técnicos americanos, responsáveis pela fiscalização dos exames de laboratório é altamente questionável e comprometedora para os interesses brasileiros”. De acordo com o jornal *O Estado*:

Ele criticou também a grande fragilidade do ministro da agricultura e a visível insensibilidade do governador Konder Reis, atualmente mais preocupado em inaugurar escolinhas do que com a grande tensão social e econômica de 900 mil catarinenses do Oeste.<sup>121</sup>

O deputado estadual teria sido preterido pelo governador alguns dias antes ao tentar “manter uma audiência”. Segundo ele:

Prefeitos e criadores de 70 municípios repudiam decisões do Ministério da Agricultura e do governo do Estado que proibiram o trânsito de animais para outros estados, enquanto o transporte flui livremente em Santa Catarina, de regiões afetadas para regiões ainda livres. Se a peste é tão arrasadora, porque então o governo autoriza a importação de animais, quando no país e em Santa Catarina está implantada uma tecnologia compatível e que detêm os maiores produtores do mundo?<sup>122</sup>

Dia 21 de julho, o deputado Antônio Pichetti ainda “lamentou que o governador espera tudo do gabinete, no momento que a população do Oeste mais precisa da sua ação, de seu diálogo com Brasília sobre a peste suína”.<sup>123</sup> Não sei se Pichetti tinha a intenção de ficar na capital do Estado por mais alguns anos, mas João Linhares desejava permanecer em Brasília nos próximos quatro anos.

---

<sup>121</sup> *O Estado*, Florianópolis, 22 de julho de 1978, p. 13.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Idem.

No início da última semana do mês de julho, Antônio Augusto da Silva Aquini, Hamilton Ricardo Farias e Paulo Roberto Garcia, saíram em defesa do secretário da agricultura e de Antônio Carlos Konder Reis. Aquini, Farias e Garcia eram, respectivamente, os presidentes da Associação de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina e da Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária. Por volta do dia 20 de julho, eles “manifestaram irrestrito apoio às medidas de controle adotadas para conter a extensão da Peste Suína Africana no nosso Estado”. De acordo com eles:

Estamos cientes de que toda ação de vossa excelência foi orientada para proteger nossa suinocultura que hoje ocupa cento e sessenta mil estabelecimentos agrícolas, envolvendo contingente de 900.000 pessoas, além de representar mais de dez por cento da renda interna do Estado. O episódio ocorrido no município de São João Batista revela desconhecimento da gravidade do problema.<sup>124</sup>

---

<sup>124</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 23 de julho de 1978, p. 2. Ermari Zanini dificilmente conseguiria alguma coisa do Conselho Regional de Medicina Veterinária ou da Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária contra o combate a peste suína africana no Estado. O mandato de Hamilton Ricardo Farias à frente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina chegaria ao fim no início de setembro, depois de três anos. Quando foi eleito em 1975 para o cargo, Hamilton executara em Santa Catarina o Programa de Controle e Erradicação da Febre Aftosa como funcionário do Ministério da Agricultura. Além disso, as duas entidades andavam junto com o poder estadual. O coordenador da Defesa Sanitária Animal do Estado na época fazia parte da turma de conselheiros efetivos do Conselho. As duas entidades participaram ativamente da implantação do primeiro curso de Medicina Veterinária no Estado em 1973 na Universidade do Estado de Santa Catarina em Lages, reconhecido pelo governo federal no ano anterior ao combate à peste suína africana. Dois ou três anos antes, a Sociedade recebeu do Estado um terreno na capital, onde mais tarde se alojariam as instituições. In: \_\_\_\_\_. Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina, op. cit.

Cinco ou seis dias antes, em plena segunda-feira, Carlos Azambuja Loch teria sido considerado “persona non grata” pela Câmara de Vereadores do município, perto da capital. O prefeito tinha ficado inconformado com secretário da agricultura: “Ora, peste suína em bovino eu nunca vi, afirmou o prefeito. Além do mais em nossa cidade, quando muito existem no máximo uns seis porcos”. No dia seguinte, ele e alguns partidários ainda consideravam a decisão dele “impensada”. Segundo eles, a “a situação da Arena ficará difícil em São João Batista”. O secretário da agricultura tinha acabado com o fim de semana do prefeito e de seus assessores:

No sábado pela manhã, quando o prefeito Wilde Carlos Gomes e outras autoridades se preparavam para inaugurar um laboratório de análises clínicas e duas salas de aula, onde os alunos já estavam todos perfilados e o prefeito se preparava para cortar a tira inaugural, eis, que de improviso, um carro com 12 policiais e um sargento da Polícia Militar, armados com metralhadoras, irrompem no local.<sup>125</sup>

Segundo o prefeito de São João Batista, depois disso, o comboio teria ido a uma propriedade, “onde vários soldados se postaram nos dois portões de entrada, fortemente armados, impedindo a entrada de qualquer pessoa”. Gomes, no entanto, fazia drama demais. No fim do dia anterior, ele teria recebido “nova ordem da Secretaria da Agricultura”. Ela, agora, “proibia a realização dos festejos”, conforme sua própria Portaria que já vigorava há um mês:

Artigo 1 – Suspender a realização, no Estado de Santa Catarina, até posterior decisão, de todas as Feiras, Certames e Exposições de Animais e seus produtos derivados.

Artigo 2 – A Coordenação de Defesa Sanitária Animal, a Coordenação de Operações Técnicas e os demais órgãos da

---

<sup>125</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 18 de julho de 1978, p. 4.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento, cuidarão do integral cumprimento do disposto na presente Portaria, para o que solicitarão a cooperação das autoridades municipais.<sup>126</sup>

A alegria do prefeito não durou um dia, e as autoridades sanitárias tinham mudado de opinião em menos de 12 horas. Segundo consta:

Na sexta-feira pela manhã, um telefonema da Secretaria da Agricultura, afirmava que os festejos poderiam ser realizados e inclusive o rodeio, que contava com 90% de animais da Granja Carolina, de propriedade de Carlos Bartolomeu, que cedeu graciosamente seus animais para o rodeio.<sup>127</sup>

Wilde Carlos Gomes estava até então entusiasmado com a realização dos “festejos de aniversário de emancipação política da cidade”. Segundo ele, “como convidado especial viria o futuro governador do Estado, Jorge Konder Bornhausen, que seria homenageado pelas autoridades e pelo povo local”. Mesmo assim, Gomes, Sinésio Otaviano Dadan e Valmari Coutinho fizeram uma última tentativa. Na tarde daquele sábado, o prefeito, o presidente da Câmara e o assessor jurídico da prefeitura se deslocaram cerca de 70 km até a capital:

Nos reunimos em comissão e fomos a Florianópolis tentar, junto ao secretário da agricultura, uma solução para pudéssemos realizar os festejos. Inclusive, o prefeito de Florianópolis, Esperidião Amim Helou Filho,

---

<sup>126</sup> Secretaria da Agricultura e Abastecimento. “Portaria n 021”, 16 de junho de 1978.

<sup>127</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 18 de julho de 1978, p. 4.

candidato a deputado federal, pediu para o secretário para que o rodeio pudesse ser efetuado e posteriormente isolasse o gado e deixasse em quarentena. Mas de nada valeram os pedidos de Helou Filho, que numa última tentativa afirmou que se responsabilizaria pelo que ocorresse. Mesmo assim, não houve um gesto de complacência do secretário para com o povo, que aquela altura se aglomerava em grande número na Granja Carolina, à espera de uma definição que acabou por não vir.

<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 18 de julho de 1978, p. 4.



### 3. OUTROS COMBATES

#### 3.1 Uma tempestade num copo de água

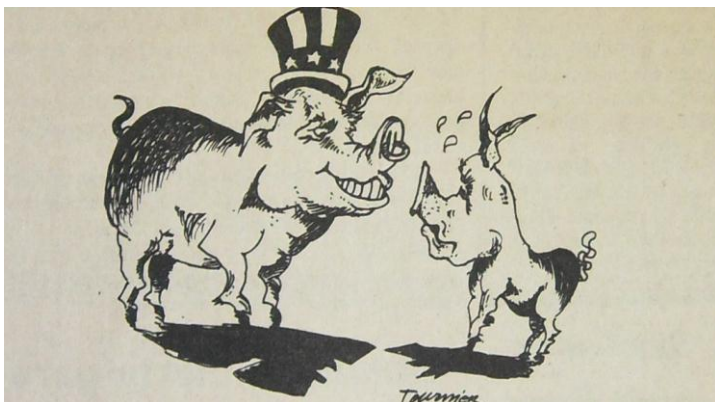
Na segunda semana de julho de 1978, Renato Costa Lima foi de certo modo obrigado a vir a público. Os boatos que rondavam o surto de peste suína africana no país só cresciam. Em São Paulo, Costa Lima não fez cerimônia e admitiu que os Rockfeller estivessem de olho na movimentação dos seus negócios, mas jurou de pé junto que “não há o mínimo fundamento na informação de que o grupo Rockefeller deseje se aproveitar da peste suína para entrar no mercado”. Segundo Costa Lima, os olhos de Nelson Rockefeller vinham brilhando há um bom tempo com as perspectivas do milho no Brasil, que formaria, por sua vez, um ótimo prato para a alimentação animal. Dia 10 ou 11 de julho, Renato teria declarado que a maldade contra os Rockefeller no fundo não passava duma “inverdade”. Ele estava na ocasião tentando desmentir as insinuações que cercavam a empresa Agrocere. Renato Costa Lima, segundo consta, era o representante do grupo Rockefeller no país e presidente do Instituto Brasileiro do Café. Por fim, Costa Lima disse que de qualquer modo “chegou o momento de se produzir, no Brasil, porcos com mais carne do que gordura”.<sup>1</sup> Antes disso, ele não durou 12 meses à frente do Ministério da Agricultura do governo João Goulart em 1962.

Renato não tinha gastado as suas energias dando explicações aos criadores de porcos, mas estava com a memória esgotada. Quando Costa Lima saiu em defesa dos Rockfeller, fazia mais ou menos duas semanas que a Associação Brasileira de Criadores de Suínos condenara publicamente uma importação encabeçada pelo grupo. Formada na época por representantes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e de Minas Gerais, o presidente da entidade lançou uma nota em Porto Alegre dizendo que a iniciativa, ao mesmo tempo, colocava em risco o “patrimônio genético suíno brasileiro, desmerecendo o trabalho em suínos feito há mais de vinte anos” e deixava o rebanho do país em “grave situação sanitária”. Hêlio Miguel de Rose alegava dia 28 de junho que a mercadoria não tinha passado por uma consulta aos “órgãos competentes para apreciação zootécnica”, que pudesse atestar a qualidade do investimento, e que os animais não

---

<sup>1</sup> *O Estado*, Florianópolis, 12 de julho de 1978, p. 5.

tinham sido submetidos à “legislação sanitária”, uma vez que os suínos eram oriundos de um país que tinha registros de doenças exóticas nos últimos anos. Ela reivindicava “sua posição de direito, através de todas as providências cabíveis, na defesa do suinocultor brasileiro” e anunciava que não estava disposta a desistir disso tão cedo, “prometendo se manifestar sobre o assunto novamente em julho” se fosse necessário.<sup>2</sup>



*O Estado*, Florianópolis, 20 de julho de 1978, p. 14.

O Ministério da Agricultura não estava, surpreendentemente, se importando com o caso. Nem a confirmação oficial da peste suína africana no fim do mês de maio, nem o barulho feito pelas três entidades da Associação Brasileira de Criadores de Suínos do sul do país tinham sido suficientes para comovê-lo. A Associação Paranaense de Suinocultores, a Associação Catarinense de Criadores de Suínos e a Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul tinham tentado algumas vezes, antes do fim de junho, embargar a transação. De acordo com as três entidades, um lote com cerca de 500 animais tinha desembarcado em Brasília dia 7 ou 8 de junho e mais 2.500 reprodutores de suínos estariam prestes a chegar dentro de outros lotes nos próximos meses. Segundo elas, todos os animais estariam seguindo para o

---

<sup>2</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de julho de 1978, p. 6.

município de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, há cerca de 400 km de Belo Horizonte. De acordo com as associações, lá estaria localizada a sede da “Agroceres, uma das empresas do grupo norte-americano Rockefeller que opera no Brasil”.<sup>3</sup>

Em meados de junho, as associações recorreram diretamente ao ministro da agricultura contra a importação. Elas pediam providências urgentes a Alysson Paulinelli:

Sabedores da chegada em Brasília do primeiro lote da importação de reprodutores suínos pela AGROCERES, desejamos manifestar a Vossa Excelência a estranheza pelo não cumprimento de normas consagradas pelo próprio Ministério da Agricultura e exigidas nas importações de animais:

1. Não acompanhamento de quarentena no desembarque por veterinário do Ministério da Agricultura, o que é agravado pelos seguintes aspectos: a) Os leitões a serem importados vieram de um país, que por ter tido focos de doença exótica, não está liberado pelas leis sanitárias brasileiras para exportar suínos para o Brasil. b) Os leitões a serem importados virão com pouca idade, quando o desenvolvimento fisiológico ainda não permite a formação de anticorpos a níveis desejáveis, em função das vacinas obrigatórias.

---

<sup>3</sup> *O Estado*, Florianópolis, 16 de junho de 1978, p. 5.

2. Não existência de parecer zootécnico da Associação Brasileira de Criadores de Suínos e da repartição competente do Ministério da Agricultura, que tem a finalidade de atestar a validade do dispêndio de divisas em função de uma qualidade zootécnica, em razão de não terem sido recebidas quaisquer documentação pertinentes à importação.

A autorização dada para a exportação, sem o cumprimento das normas vigentes poderá propiciar a entrada no país de mais uma doença exótica, levando a uma situação caótica o rebanho suíno brasileiro, já seriamente ameaçado em sua integridade sanitária pela eclosão de foco de peste suína africana, situação que se agrava quando sabemos da falta de estrutura laboratorial para diagnóstico diferenciado de doenças exóticas.

Nem ao menos, Senhor Ministro, o alto risco que estará sendo corrido pode ser justificado pela alegação de importação de material genético de qualidade, quando esta não foi caracterizada.

Pensando na defesa de um rebanho suíno de 35 milhões de cabeças, do qual depende significativamente a economia nacional e em mais de 6 milhões de brasileiros envolvidos, direta e indiretamente na atividade suinícola, apelamos à consciência

técnica e ao espírito de patriotismo de Vossa Excelência para recomendação de matéria.<sup>4</sup>

Sem uma resposta favorável, o presidente da Associação Paranaense de Suinocultores teria entrado em contato no fim do mês de junho com o senador Paulo Brossard na expectativa de que fosse instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para “investigar a importação, considerada irregular, de suínos ingleses pela Agrocere”. Segundo o suinocultor do Paraná, a enfermidade que poderia comprometer o rebanho do país, com a chegada daquele leva, era a Doença Vesicular dos Suínos, diagnosticada na Inglaterra a menos de um ano. Brossard foi eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro em 1974, era o vice-presidente do partido e viria a ser o candidato à vice-presidente no colégio eleitoral daquele ano.<sup>5</sup>

Dois meses depois, a mesma entidade promoveria uma reunião no início de setembro em Curitiba para discutir a “defesa do rebanho suíno brasileiro”. Na oportunidade, suinocultores e técnicos decidiram insistir na questão e pedir mais uma vez a revisão da importação dos próximos lotes, bem como a aplicação rigorosa da legislação existente sobre a importação de reprodutores de suínos.<sup>6</sup>

Da mesma forma que em Santa Catarina, a inquietação sobre a peste suína africana estava, enquanto isso, se disseminando por todo o interior do Estado do Paraná. Segundo as notícias que chegavam de Curitiba, os criadores paranaenses estavam, no início de julho, colocando em dúvida a “veracidade da existência efetiva da peste africana no Estado”. A Associação Paranaense de Suinocultores nada dissera a respeito, mas garantia que por volta do dia 10 de julho inúmeros suinocultores no Estado já estavam “dispostos a soltar seus porcos” nas principais ruas e avenidas da capital. De acordo com ela, Jayme Canet Júnior teria que abrir as portas do Palácio Iguaçu em meados de julho para “pelo menos 200 suinocultores do Oeste e Sudoeste, onde se concentra a maior parte do rebanho paranaense”. Eles estariam se mobilizando para pedir auxílio ao setor ao governador do

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 de junho de 1978, p. 3.

<sup>6</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 3 e 4 de setembro de 1978, p. 8.

Estado nos próximos dias. Segundo a Associação Paranaense de Suinocultores, eles protestavam, acima de tudo, contra as medidas preventivas adotadas pelas autoridades sanitárias.<sup>7</sup>

As fronteiras estaduais tinham temporariamente sido fechadas para a entrada e saída de suínos. Por causa disso, um suinocultor do município de Laranjeiras do Sul, próximo ao município de Guarapuava no Oeste do Estado em direção ao Paraguai, teria ameaçado há poucos dias “largar seus animais” na porta da agência local do Banco do Brasil. Segundo as informações da região, ele se deparava com dificuldades para amortizar mais uma parcela do financiamento bancário contraído para modernizar o seu plantel. Um certo João Daros e Júlio Matsuda, por outro lado, dividiam a mesma opinião sobre a doença com os suinocultores. Na mesma época, ambos vinham afirmando que “não existe peste africana no Paraná”. Os dois estavam distantes, mas contestavam a suspeita levantada em Umuarama, quase na fronteira com o recém criado Estado do Mato Grosso do Sul. Segundo eles, a Secretaria da Agricultura tinha realizado no município uma “troca de material”, antes de remetê-lo ao Rio de Janeiro para os devidos exames laboratoriais. Daros e Matsuda, segundo consta, eram médicos veterinários no município de Ponta Grossa, cerca de 100 km da capital.<sup>8</sup>

Aproximadamente uma semana depois, Antônio Luiz Prado Simões teria dito que “o Sr. Ministro da Agricultura já cumpriu a ameaça de mandar inocular a peste africana em rebanho de criador que insistir em falar de interferência multinacional no problema”. Prado Simões estava indignado, dia 18 ou 19 de julho, com aquela importação. De acordo com o jornal *O Estado*:

O criador acusou o ministro Alysson Paulinelli de já ter promovido a inoculação ao permitir que no dia 08 de junho desembarcasse em suas barbas, em Brasília, 500 cabeças de porcos vindos da França — país atacado pela peste — importados pela Agrocere, Pig Improvements Co. e Swift Armour. Foram seis lotes de suínos embarcados de Beametable (Lemans) em avião especial,

---

<sup>7</sup> *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1978, p. 5.

<sup>8</sup> Idem.

segundo ele. Eu acredito que esses animais vieram com problemas e, inclusive, atropelando recomendação internacional de não transportar suínos de países afetados pela peste para países não afetados, disse.

Antônio, segundo consta, possuía ao todo cerca de 700 cabeças de suínos em Santo Antônio da Platina. Além disso, ele administraria em torno de 500 cabeças de gado leiteiro e de corte e uma plantação de milho, distribuídas dentro de uma área de aproximadamente 190 alqueires. Não sei se o suinocultor era membro da Associação Paranaense de Criadores de Suínos, no entanto, contava no município com um investimento promissor de 80 matrizes e oito reprodutores das “raças Duroc, Landrace, Large White, Wessex e Hampshire”. Segundo as informações que teriam vindo do município de Londrina, há cerca de 150 km da criação, Prado Simões não perdeu a oportunidade em meados de julho e:

Acrescentou que a irregularidade desta importação faz parte das evidências e provas que está reunindo para enviar ao Governo Federal, pretendendo com isto “desmarcar a farsa em curso”. Até o momento, o criador paranaense reuniu 60 minutos de informações gravadas, respaldadas, segundo ele, em documentos e declarações de técnicos.<sup>9</sup>

Ele já tinha perdido a paciência com a história pelo menos há alguns dias. No início da segunda semana do mês, Antonio teria dito que “a peste é apenas um embuste, previamente planejado para prejudicar o setor” e que já havia encaminhado “um memorial ao futuro governador do Paraná, Sr. Ney Braga, pedindo providências”.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> *O Estado*, Florianópolis, 20 de julho de 1978, p. 14.

<sup>10</sup> *O Estado*, Florianópolis, 10 de julho de 1978, p. 5.

No fim daquela semana, pediu ainda a criação imediata de um corredor sanitário para o escoamento da produção, mas antes não esquecera, mais uma vez, de dizer que “ela foi forçada para propiciar a introdução de novas matrizes e tecnologia estrangeiras para o domínio do mercado nacional”. Tudo indica que Simões Prado mantinha mesmo residência fixa no município de Londrina e que Hélio Duque fora um dos especialistas que teria se juntado ao suinocultor naqueles dias.

Por volta do dia 10, Duque teria dito que “a tática da multinacional é incrementar a impressão de uma grave ocorrência da peste africana justamente para promover um abate do maior número possível de cabeças”. Segundo consta, Hélio era economista e dava aulas no campus da Universidade Estadual de Londrina. Duque atacava “a associação de três empresas estrangeiras: Pig Improvements Company, Swift Armour e o Grupo Rockefeller”.<sup>11</sup> Santo Antônio da Platina fica distante cerca de 20 km do município de Jacarezinho, na divisa com o Estado de São Paulo. A Comissão Regional de combate à peste suína africana do Estado do Paraná providenciava um sacrifício na região naqueles dias. Jorge Avelino Burda Vicente, Sálvio Proença Hilst, Wollaston Nei Graça Vianna e Sidnei Laureano Leme, juntos com Braz de Freitas Fernandes e Carlos Enrique Montanha Viana, haviam recém confirmado dois focos. Montanha era do quadro do Instituto Biológico de Produtos Terapêuticos do Paraná, Fernandes da Universidade Federal do Paraná e as duas duplas faziam parte respectivamente do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura do Paraná.<sup>12</sup>

No início do mês, o núcleo de Concórdia da Associação Catarinense de Criadores de Suínos também insistira no problema e acirrou as críticas àquela importação de reprodutores de suínos. Antônio Anselmo Hess estava acusando, dia 6 ou 7 de julho, Wagner Machesi de ser o “representante principal das multinacionais do porco”. De acordo com ele, o criador paulista tinha “interesses visíveis nisso” e estaria “usando a representação em benefício próprio, prejudicando toda a suinocultura nacional”. O presidente da filial do município de Concórdia estaria indignado com as contínuas investidas de Wagner em desmoralizar a suinocultura do Paraná, do Rio Grande do Sul e

---

<sup>11</sup> *O Estado*, Florianópolis, 11 de julho de 1978, p. 5.

<sup>12</sup> Comissão Executiva Central para Erradicação da Peste Suína Africana. “Portaria 002”, 19 de junho de 1978.



principalmente de Santa Catarina. O presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos teria declarado que a doença havia começado na região.<sup>13</sup> Juntamente com o presidente da Associação dos Suinocultores de Minas Gerais, Marchese talvez tenha subscrito a contragosto a nota emitida pela Associação Brasileira de Criadores de Suínos a cerca de 10 dias. A entidade mineira tinha sido fundada há seis anos justamente no município de Patos de Minas. Segundo consta, Wagner Marchese contava na época:

Com um rebanho de 15 mil porcos confinados, avaliados em Cr\$ 75 milhões, a Humus desenvolve dois programas de suínos híbridos: o nacional, composto por cerca de 1 mil fêmeas da raça “Large White”, “Duroc”, “Wessex” e Landrace” e outro com porcos importados da Bélgica e que no Brasil recebeu o nome comercial de Humus Shigers, já com 1 mil e 200 fêmeas em produção. A criação é dividida em três seções e emprega 70 funcionários e uma equipe técnica formada por 04 veterinários, 02 agrônomos, um bacteriologista e três técnicos agrícolas.<sup>14</sup>

A Associação Catarinense de Criadores de Suínos tinha perdido a primeira batalha, mas não estava a fim de perder a guerra dos porcos. Dois meses depois do início do problema, ela ainda mantinha acesa a esperança de embargar a realização do negócio. Segundo Paulo Tramontini:

Por trás de grandes manchetes sobre a peste suína africana, estamos importando novas doenças. De nada adianta erradicarmos o surto da peste atual se, por trás dessa mesma erradicação, estão pousando no Brasil aviões carregados de matrizes híbridas, que, provavelmente, trarão para o território nacional doenças talvez ainda piores, além de vir em

---

<sup>13</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 8 de julho de 1978, p. 15.

<sup>14</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 2 e 3 de julho de 1978, p. 6.

detrimento do material genético existente no País. Poderá acontecer com a suinocultura o mesmo que acontece com a avicultura, em que dependendo totalmente da tecnologia de outros países, vamos buscar um pacote feito e criar seria dependência como já vem acontecendo com aves de corte e de postura. São programas feitos multinacionais que querem liquidar com pequenos produtores.<sup>15</sup>

Tramontini era o presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos e confirmava que ainda estavam para chegar ao país mais cinco desembarques daquele montante. De acordo com ele:

No projeto estão envolvidas socialmente as empresas Agroceres, a Pig Improvement Company (PIC) e a Swift Armour, formando a empresa “Agroceres Pic. Mlehoramentos de Suínos Limitada”. O conjunto das empresas tem, sem dúvida nenhuma, todas as condições de abafar o mercado brasileiro de reprodutores, pois a Agroceres tem amplo conhecimento e experiência no mercado brasileiro; a PIC entra com a experiência mundial em genética e desenvolvimento de suínos híbridos e, para completar, a Swift-Armour entra com a experiência na industrialização e comercialização de carnes.<sup>16</sup>

Paulo Tramontini estava se queixando em meados de setembro que a Associação Catarinense de Criadores de Suínos e o Núcleo de Criadores de Concórdia não tinham sido atendidos, depois de terem encaminhados juntas “mais de 100 telegramas” ao Ministério da

---

<sup>15</sup> *O Estado*, Florianópolis, 17 de setembro de 1978, p. 3. Reportagem de Marcos Bedin.

<sup>16</sup> Idem.

Agricultura, às secretarias estaduais da agricultura e a outros órgãos de governo. Tramontini contava com o apoio de Nelson Saldanha Pessoa, Jack Elizeu Crispim e de outros agrônomos de Santa Catarina “contra a importação de suínos híbridos”. Pessoa coordenava projetos agropecuários da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina e Jack dirigia o núcleo da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina da região oeste do Estado.<sup>17</sup>

O presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos estava novamente defendendo os interesses de um dos principais epicentros de material genético de suínos no país dia 15 ou 16 de setembro. A associação catarinense reunia, até então, somente suinocultores que investiam na reprodução de reprodutores de suínos. Ainda segundo a memória da entidade, estes suinocultores desfrutavam a década de ouro da suinocultura brasileira. Aproximadamente 400 associados, organizados em núcleos municipais por todos os pontos do Estado, vendiam reprodutores de suínos de várias raças para todo o país em meados dos anos 70. Todos estariam sendo estimulados pela crescente demanda dos frigoríficos espalhados pelo Brasil.<sup>18</sup>

A Associação Catarinense de Criadores de Suínos foi fundada em julho de 1959 no município de Concórdia, no interior do Estado, quatro anos depois da criação da Associação Brasileira de Criadores de Suínos no município de Estrela, no Rio Grande do Sul. Ela teria sido fruto da iniciativa de empresários rurais e representantes da empresa Sadia. A ideia deles era incrementar a atividade. No ano seguinte, ao lado da prefeitura, a entidade organizou a sua primeira exposição de animais importados. Quatro anos depois, preparou mais um evento no município e desde então tomou a iniciativa de repeti-los, ano após ano, em vários municípios de Santa Catarina. Os Duroc, Duroc-Jersey, Landrace e Large White tornaram-se os animais de raça mais agraciados nas exposições, à medida que o piau, o caruncho e o porco preto, por exemplo, caíam em desgraça nas mãos dos organizadores.

As matrizes eram adquiridas da mesma forma que Wagner Marchesi arrematava as suas. Eram primeiramente comercializadas do exterior. Armindo Augustin, Mário Fontana, Silvio Ferraz de Araújo, Zoé Silveira D’Ávila e Paulo Tramontini, respectivamente, não teriam

---

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> COMASSETTO, Leandro, op. cit.

medido esforços à frente da associação nesse sentido até 1978. Desde então, só se falaria em manejo, nutrição e sanidade no interior da associação desde que se tivesse em mente porcos tipo carne. Em parceria com a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, a entidade recebeu o mérito do trabalho de erradicação da brucelose suína em 1971.

Também via convênio com a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, os trabalhadores da entidade passaram a registrar a árvore genealógica dos animais das granjas, tarefa antes concentrada na Associação Brasileira de Criadores de Suínos, depois de algum tempo ocupar os funcionários do Ministério da Agricultura. Os Duroc, Duroc-Jersey, Landrace e Large White tornaram-se, no fim das contas, tão valorizados, que só eles, devidamente registrados, puderam estrelar nas feiras e exposições e ter direito a isenção de impostos se fizessem uma viagem interestadual com o passar dos anos. Segundo a Associação Catarinense de Criadores de Suínos, ter a mãe e o pai famoso também garantiria com mais facilidade uma vaga na sala de espera dos grandes frigoríficos no Estado.<sup>19</sup>

A informação sobre aquela importação havia, na verdade, vazado a algum tempo do Ministério da Agricultura. A Associação Catarinense de Criadores de Suínos tentou criar problemas com ela pelo menos um mês antes do primeiro contato oficial de Brasília com a Delegacia Federal da Agricultura em Santa Catarina sobre a suspeita de peste suína africana no Estado do Rio de Janeiro. Os criadores de reprodutores de suínos de Santa Catarina haviam reclamado mais de uma vez dela durante o mês de abril:

Os suinocultores catarinenses, reunidos em Assembléia, aprovaram por unanimidade o envio de veemente protesto contra recente autorização de importação de programas de suínos híbridos pela Agrocere - Grupo Rockefeller – Pig Improvement, num flagrante desestímulo e desrespeito aos legítimos interesses dos criadores, técnicos e da própria suinocultura nacional e pedem imediata suspensão para maiores estudos.

---

<sup>19</sup> COMASSETTO, Leandro, op. cit.

Paulo Tramontini, Presidente da  
Associação Catarinense de Criadores de  
Suínos – Concórdia – SC.<sup>20</sup>

Os associados tinham se encontrado no município de Concórdia em meados de abril e estavam no fim do mês pedindo oficialmente apoio aos deputados federais e senadores do Estado, ao ministro da agricultura e da fazenda, ao governador e ao secretário da agricultura de Santa Catarina. Segundo a reportagem, associações de veterinários, de agrônomos, de empregadores e de trabalhadores rurais, bem como as autoridades sanitárias, também estavam prestes a receber o mais breve possível esse telegrama. Enquanto isso, Antônio Anselmo Hess tentava convencer outra vez a opinião pública sobre a importância da demanda. Segundo ele:

E aqui está a grande questão do momento da suinocultura brasileira. Temos duas opções:

1. Vamos investir em pesquisas, em técnicos, em estações de avaliação, inspeção, controle, identificação de raças, de linhagens, em sanidade, em melhoramento genético, em inseminação artificial, em registro, em assistência técnica, em introdução de novas raças e linhagens, enfim, em melhoramento genético do nosso rebanho, na nossa suinocultura e com isto, não de imediato, mas rapidamente, podemos chegar a nosso ou nossos suínos híbridos nacionais, a exemplo do que se vem fazendo na Alemanha. E aproveitando tudo aquilo que temos, que temos investido até agora em suinocultura. Ou então:
2. Importar os suínos híbridos ou cruzados e mesmo importar “avós” ou “bisavós”, os ditos “puros” e apenas fazer aqui os cruzamentos já cruzados

---

<sup>20</sup> *O Estado*, Florianópolis, 25 de abril de 1978, p. 10.

do Exterior, ou seja, importar os “programas híbridos”.

Isto a altos custos, pagando caro, ficando na permanente dependência do Exterior, para tecnologia, pesquisa e investimentos feitos no Exterior. Se optarmos por este segundo esquema, vai acontecer o mesmo que já ocorreu com a avicultura nacional, onde hoje dependemos totalmente do exterior e se paga muito caro por isto. E o “segredo do negócio está lá fora”, e o controle e preços também. Será que vale mesmo a pena nós ficarmos pagando os técnicos, a pesquisa e os investimentos do Exterior, sem nenhuma vantagem comprovada, quando poderíamos estar fazendo isto aqui, com menos custos e empregando técnicos, pesquisas e pessoal brasileiros? <sup>21</sup>

O presidente do Núcleo de Concórdia da Associação Catarinense de Criadores de Suínos reiterava dia 25 de abril exatamente o que já tinha feito há alguns dias atrás nas páginas do mesmo jornal. Um mês depois, a Associação de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina acabou manifestando oficialmente o apoio à contenda. Dia 23 de maio, ela teria acabado de “divulgar exposição de motivos considerando maléfica e inoportuna ao Programa Estadual e Nacional de Suinocultura a importação do porco híbrido”. A decisão tinha sido tomada há poucos dias, quando a entidade acabava de renovar a sua diretoria para os próximos dois anos na capital do Estado. <sup>22</sup>

Nesse sentido, Bertolino Boing, Rony Zaniboni, Paulo Hoepers, Rita Machado e a família Correa, dentre outros vizinhos, não estavam cometendo nenhum pecado no fim do mês seguinte e no decorrer da primeira semana de julho no município de Armazém, assim como a

---

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> *O Estado*, Florianópolis, 24 de maio de 1978, p. 8. *O Estado*, Florianópolis, 21 de maio de 1978, p. 12.

família Warmling e seus vizinhos durante mais ou menos dois meses em São Ludgero, até os primeiros dias do mês de setembro, e José Willermann e seus vizinhos em São Martinho na primeira metade de julho. Zanini desacataria as autoridades sanitárias na capital do Estado em meados de julho, mas também não fez mais do que o prefeito de Armazém, o vizinho de frente da família Correa, o capataz dela, a outra vizinha, o dono do matadouro e a sua filha, como também faria o dono da criação e seu filho em São Ludgero e o criador e seus vizinhos em São Martinho. Pode-se dizer o mesmo sobre os parlamentares da oposição e da situação que se envolveram no combate à peste suína africana no Estado. Antônio Carlos Konder Reis deve ter, inclusive, perdoado os seus colegas de partido pelas críticas. Edésio Oenning tinha tudo para ter ido representar a Associação Catarinense de Criadores de Suínos contra o sacrifício sanitário em Armazém, São Martinho e São Ludgero.

Ao suspeitar, direta ou indiretamente, dos interesses dos porcos estrangeiros por trás dos casos de peste suína africana em Santa Catarina, todos eles não estavam fazendo nada mais do que disseminar a insinuação já em curso da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, principalmente do Núcleo da entidade do município de Concórdia. As autoridades sanitárias de prontidão em Santa Catarina não tinham como não saber disso. Provavelmente soubessem dela há muito mais tempo do que os criadores. Sendo assim, elas não devem ter se espantado com a antipatia encontrada em todos os focos levantados e tampouco se surpreendido com essa versão.

Não fora por outra razão que as notícias da peste suína africana, oriundas de todo o país, não deixariam de estampar com frequência as páginas dos principais jornais catarinenses entre os meses de junho e outubro, quando praticamente cessariam as suspeitas da doença pelo Estado. Além de administrar notícias e queixas na íntegra, alguns editores decidiram repor as lenhas daquela fogueira. Nesse sentido, os jornais do Estado de Santa Catarina também acabaram, surpreendentemente, não contribuindo com as autoridades sanitárias. Enquanto os porcos estavam prestes a virarem pó no município de Armazém, o jornal *O Estado* publicava *Os enigmas da peste* dia 4 de julho. Por exemplo, segundo ele:

(...) Aconteceu um fato meio esquisito aqui em Santa Catarina, sob o comando do

Secretário da Agricultura e Abastecimento e do Delegado do Ministério da Agricultura – barreiras sanitárias funcionando 24 horas por dia, orientação aos criadores, esclarecimento à população urbana para não restringir o consumo de carne suína (o vírus não afeta à espécie humana nem a outros animais domésticos) e outras medidas preventivas de emergência – o laboratório de virologia do Rio de Janeiro, sob a orientação de técnicos dos Estados Unidos, confirmou um foco da peste africana no município de Armazém, no sul do Estado. Acontece que entre a remessa do material para o laboratório e os resultados dos exames transcorreram duas semanas. Nesse período, os outros animais aparentemente acometidos do mesmo mal – que segundo especialistas deveria dizimar 98% do rebanho afetado em menos de 48 horas – foram tratados e sobreviveram à “peste” – sem apresentarem nenhuma sequela aparente.

Não acreditamos que - por obra do acaso – “tenha-se descoberto a cura” desta doença exótica e tão temida por sua virulência. Não seria o caso de questionar – existe mesmo peste suína africana no Brasil?

As autoridades federais deveriam levar adiante esta indagação – a França, por exemplo, conseguiu erradicar a **verdadeira** peste suína africana de seu território em apenas oito semanas – consultando especialistas de outros países (alguns cientistas brasileiros têm discordado do método usado pelo Instituto de Virologia da Universidade do Rio de Janeiro, onde estão lotados os dois técnicos norte-americanos).<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> *O Estado*, Florianópolis, 4 de julho de 1978, p. 4.



Antes disso, o editorial fez questão de lembrar todo mundo da “Humus Agrícola, subsidiária da multinacional **Humus – Seagers**”. Praticamente dois meses depois, quando a situação das autoridades sanitárias era praticamente insustentável, o jornal *O Estado* publicaria *A peste e a contradição*. De acordo com ela:

Desde a eclosão do primeiro foco de peste suína africana no Rio de Janeiro e o consequente abate sanitário dos animais concentrados na área, permanece ainda a dúvida, quer por parte de criadores e até mesmo de alguns técnicos, a cerca da moléstia. Essa dúvida, levantada por muitos veterinários da mais alta idoneidade, tem por base a literatura internacional, segundo a qual, se caracteriza por uma mortandade muito grande de suínos nos locais dos focos.

A partir de um determinado tempo de evolução da moléstia, ela se torna fulminante, com a morte de 80 a 100 por cento dos animais atingidos.

Na verdade, o que vem ocorrendo no Brasil, com exceção do Rio de Janeiro, onde houve a morte de animais em larga escala, não apresenta tais características. O Exemplo disso acontece em nosso Estado, onde o primeiro foco registrado, no município de São Martinho, desde a análise do material no Instituto de Virologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, até o dia do abate sanitário, não ocorreu a morte de nenhum outro animal, não caracterizando-se, daí, a mortandade, sintomatologia apontada pelos mais renomados especialistas sobre o assunto.

(...)

Sente-se que o problema é de considerável gravidade, requerendo, portanto, os

esclarecimentos devidos pelo Ministério da Agricultura. Primeiro para dissipar todas as dúvidas que assaltam os criadores e, segundo, para conscientizá-los, de modo a criar condições possíveis para erradicar o mal, se é que sua confirmação é pacífica.

(...) <sup>24</sup>

A Associação Catarinense de Criadores de Suínos tinha realmente do que se queixar, e os jornais catarinenses, por sua vez, o que apoiar em meados de 1978. As perspectivas com a suinocultura eram, na época, mais promissoras do que nunca em Santa Catarina. Há poucos anos, mais uma vez em parceria com a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, a entidade tinha começado a implantar outro projeto para disseminar novamente reprodutores de suínos. Há cerca de um ano e meio, diversos entusiastas com a atividade puderam também comemorar a inauguração da primeira Estação de Teste de Reprodutores Suínos no Estado no município de Concórdia. Em seguida, outras estações ganhariam respeito do setor por avaliar o ganho diário de peso, a conversão alimentar e a proporção de gordura e carne dos animais. O otimismo com a suinocultura na região chegaria logo aos empreendedores dos municípios próximos de Chapecó e Xanxerê, do município de Videira e de São Miguel do Oeste e dos municípios vizinhos de Urussanga e Braço do Norte no sul do Estado. Desta vez, os reprodutores viriam dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental, do Canadá e da Holanda.

As iniciativas não pararam por aí no fim dos anos 70 na região oeste de Santa Catarina. Novamente por meio dum convênio, com a participação do Ministério da Agricultura e do governo ocidental alemão, a Associação Catarinense de Criadores de Suínos instalou no município de Concórdia em 1976 uma central genética na Linha Tamanduá. No ano seguinte, a central genética começaria a ganhar a companhia das instalações do Centro Nacional de Suínos, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Ali perto, uma Estação de Testes de Concentrados e uma Central de Inseminação Artificial no distrito de Fragosos complementariam os esforços da Associação Catarinenses de

---

<sup>24</sup> *O Estado*, Florianópolis, 26 de agosto de 1978, p. 6.

Criadores de Suínos, das agroindústrias da região e da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina.

A Associação Catarinense de Criadores de Suínos herdou no início dos anos 60 as iniciativas patrocinadas pela família Fontana e por outras no município. Aproximadamente dez anos antes, elas não teriam medido esforços para organizar a Associação Rural de Concórdia. No decorrer dos anos, os agricultores da região teriam a disposição postos de atendimento espalhados pelas localidades no interior do município. Em Ipumirim, Seara, Itá, Xavantina, Arabutã, Rancho Grande, Alto Bela Vista, Engenho Velho, Planalto, Rancho Grande e Alto Alegre, funcionários vinculados à Associação Rural prestavam-lhes orientações técnicas sobre o manejo de animais e financiamentos bancários. Dispostos a envolverem-se na empreitada, eles encontrariam na sede da entidade vacinas, sementes, adubos e toda a sorte de produtos agropecuárias da época. Durante os sábados, este aprendizado era repetido periodicamente na cidade, em reuniões promovidas pela associação e ao longo do mês veterinários e agrônomos checavam o andamento das atividades, passando pelas criações. Por outro lado, a Secretaria da Agricultura estimulava a atividade nos anos 50 com um posto de monta no distrito de Fragosos.<sup>25</sup>

A família Fontana estava à frente da Sociedade Anônima Concórdia, fundada em meados dos anos 40 a partir de um moinho no município. Desde cedo, Atilio Fontana se preocupou com a renovação das criações e, junto com um certo Roberto Nogueira, viabilizou uma série de importações de reprodutores suínos. Nogueira era funcionário do Ministério da Agricultura. Depois de trazer para a região porcos Duroc, o presidente da empresa investiu na aquisição de porcos Large White e Landrace nos anos 60. Ao mesmo tempo, a Sadia, como ficou conhecida a sua empresa, passou a organizar um Departamento de Fomento. O intuito era selecionar criadores para incrementar a suinocultura na região através da renovação periódica do plantel. Desde então, os investimentos só tenderiam a aumentar.

Em 1976, a Sadia cria a Empresa Agropastoril Catarinense no município de Faxinal dos Guedes, a cerca de 70 km de Concórdia e a menos de 15 km do município de Xanxerê. Especializada em matrizes, a

---

<sup>25</sup> COMASSETTO, Leandro. op. cit. Victor Fontana foi o primeiro presidente da entidade.

firma desenvolveu no ano seguinte o Hyper Sadia. A partir do cruzamento e da seleção de reprodutores Landrace, Large White e Duroc, ele teria se tornado o primeiro suíno híbrido nacional.

Perto dali, a família Brandalise e outras tinham resolvido fazer o mesmo. No município de Videira, a empresa Perdigão instala uma granja especializada em reprodução de porcos nos anos 50. Da mesma forma que a Sadia, assim como Marchese em São Paulo, ela aposta na importação de suínos. A região conheceria os Duroc-Jersey, os Landrace, os Berkshire, os Wessex, os SadBlack e os Hampshire. Nos anos 70, monta a sua granja de genética em Videira e, ao longo dos anos, fecha acordos de melhoramento genético com a Associação Catarinense de Criadores de Suínos e com a Associação Brasileira de Criadores de Suínos. Na segunda metade da década, curiosamente, a Perdigão teria acabado apertando a mão da Agroceres nesse sentido.<sup>26</sup>

Anselmo Hess e Paulo Tromontini, por outro lado, não perderam a oportunidade para falar disso tudo entre abril e setembro. Duma forma ou de outra, destacavam os números alcançados pela suinocultura brasileira, especialmente pela suinocultura catarinense. O presidente do Núcleo de Concórdia, por exemplo, comparou o desempenho de algumas criações do Estado com os “melhores índices do Mundo”, depois de se lembrar, sem saudades, de que a “suinocultura se fazia de forma empírica, com a utilização de raças comuns, sem alimentação, manejo e instalações evoluídas” em abril.<sup>27</sup>

Apesar de todo o barulho da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, os criadores de Armazém, São Ludgero e São Martinho esperam até hoje o apoio dos seus representantes para tentar salvar os seus rebanhos. O Núcleo de Braço do Norte ficava entre os municípios, há menos de 10 km de São Ludgero e em torno de 20 de Armazém. A entidade não só não se levantou contra as autoridades sanitárias, mas quis se juntar a elas para combater a peste suína africana.

---

<sup>26</sup> ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999. ESPÍNDOLA, Carlos José. “As agroindústrias de carne do sul do Brasil”. São Paulo: USP, 2002. (Tese em Geografia Humana).

<sup>27</sup> *O Estado*, Florianópolis, 25 de abril de 1978, p. 8.

### 3.2 Pequenas desavenças, grandes negócios

Na primeira semana de junho de 1978, um certo Antônio teria dito a um repórter no interior do Estado do Rio de Janeiro que não sabia o “motivo da condenação dos porcos feita pelos veterinários do Ministério da Agricultura”, mas que de qualquer maneira tinha se adiantado e reduzido a quantidade da ração dos animais. Segundo ele, “os animais vão ser mortos e não há razão para se ter mais prejuízos”. Antônio, segundo consta, ganhava a vida tratando os animais em o “*Chiqueirão*, como a conhecem na região”, no município de Barra do Piraí. Há três ou quatro dias, as autoridades sanitárias envolvidas no Estado do Rio de Janeiro teriam se dirigido ao local e, sem titubear, condenaram de forma surpreendente a criação da Fazenda Roberto.<sup>28</sup>

Otávio Marques Lisboa estava prestes a perder um investimento que tinha lhe rendido até aquele momento “506 porcos de raças europeias finas, como Landrace e Large White”. Caso as autoridades sanitárias cumprissem o que tinham prometido, Otávio, além disso, não teria tempo para contemplar a chegada de novos lucros. Cerca de 20 leitões começariam a amamentar aproximadamente 250 leitõezinhos ainda naquele mês, segundo as perspectivas otimistas do encarregado da criação. De acordo com a reportagem, a criação era “uma das mais modernas da América do Sul, com bebedouros automáticos, berçário para filhotes de até 40 dias e luzes de raios infra-vermelhos”. O empregado de Marques Lisboa dizia que não entendia a razão do sacrifício porque os animais “estão muito bem, sem nenhum sintoma de qualquer doença, e são mais bem tratados que muita gente por aí”.<sup>29</sup>

Otávio tinha tudo para perder a sua próspera criação no decorrer daquela semana. Até aproximadamente o fim do mês, estaria em vigor uma série de medidas emergenciais adotadas no Estado do Rio de Janeiro por causa do problema apresentado pela criação de Severino Pereira Filho no município de Paracambi. José Alberto Silva Lira achara melhor não aguardar o parecer do laboratório dos Estados Unidos sobre a enfermidade da Fazenda Floresta. Desde o dia 23 de maio, as autoridades sanitárias estavam cheias de serviço no Estado,

---

<sup>28</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 7 de junho de 1978, p. 4.

<sup>29</sup> *Idem*.

principalmente em torno do suposto foco de peste suína africana em Paracambi. O secretário nacional de defesa agropecuária só ficaria sabendo oficialmente do resultado dia primeiro de junho. As autoridades sanitárias foram encarregadas de fazer de tudo para “proibir o trânsito de animais de todas as espécies”, “proceder a inspeção sanitária das propriedades rurais existentes” e “realizar o sacrifício de todos os suínos existentes e a desinfecção das propriedades” dentro da Área do Foco até o dia 4 de julho.<sup>30</sup>

O prejuízo de Otávio poderia, na verdade, ser muito maior. Se encontrassem casos de doenças em suínos numa área imaginária no entorno da propriedade de Severino, as autoridades sanitárias ainda teriam pela frente um serviço redobrado. Elas não deveriam deixar em branco:

- a) O sacrifício de todos os animais das diversas espécies existentes.
- b) A interdição e a desinfecção das propriedades.
- c) O revolvimento dos terrenos onde os suínos tiveram acesso, com aplicação de hipoclorito de cálcio na proporção de 2 kg por m<sup>2</sup>.
- d) A incineração de madeiras e outros materiais de construção que não permitam desinfecção total.
- e) A repetição das medidas de desinfecção, com intervalos de 30 dias.<sup>31</sup>

Pelas coordenadas da Secretaria Nacional de Defesa Sanitária, a criação de Otávio Marques Lisboa não ficava exatamente dentro da Área de Foco traçada pelas autoridades sanitárias, mas se localizava nas proximidades dela, principalmente se estivesse na região sul do município. As autoridades sanitárias tinham montado um cordão sanitário sobre a Área de Foco entre “a entrada da sede do município de Paracambi”, o “Trevo Viúva da Garça, Rodovia Presidente Dutra, próximo ao Belvedere, no município de Itaguaí”, em direção ao sul do

---

<sup>30</sup> Ministério da Agricultura. “Portaria n 412”, 23 de maio de 1978, p. 1 e 2.

<sup>31</sup> Idem.

Estado no atual município de Seropédica, e a “Estrada Rio-São Paulo, na altura do entrocamento das rodovias que conduzem à localidade de São Joaquim e à sede do município de Pirai”, na direção do município de Volta Redonda.<sup>32</sup>

Se Antônio não recebera as autoridades sanitárias por causa disso dia 2 de junho, de qualquer maneira ele foi provavelmente forçado a abrir a porteira da propriedade do patrão no fim daquele dia em função das medidas de emergência sobre a “área perifocal”. As autoridades sanitárias tinham também se responsabilizado pela atuação em todo o Estado desde a última semana de maio, de norte a sul e de leste a oeste. Contudo, elas priorizaram os esforços sobre a área perifocal “num raio de 50 km do foco inicial”. Barra do Pirai fica a cerca de 40 km ao norte do município de Paracambi. Dentro de toda esta área, as autoridades sanitárias não poderiam se esquecer de:

2.2.1. Intensificar a prática das medidas de vigilância, efetuando o rastreamento epidemiológico, visando a identificação de propriedades que apresentem qualquer doença em suínos.

2.2.2. Interditar as propriedades identificadas com doença em suínos, até que se comprove clinicamente ou laboratorialmente a doença incidente.

2.2.3. Adotar todas as medidas preconizadas para atuação em Área de Foco, constante no item 1.2.4, em se tratando de peste suína.

2.2.4. Identificar e suspender o funcionamento dos estabelecimentos que abatam, industrializem e armazenem produtos derivados de suínos, pelo prazo de 60 dias e proceder a eliminação por incineração de todo o estoque existente de matéria-prima e produto acabado que não hajam sido processados pelo calor.

---

<sup>32</sup> Idem, p. 2 e 3.

2.2.5. Aos entrepostos frigoríficos e as casas atacadistas que, comprovadamente operem exclusivamente com carcaças e produtos de suínos de outros Estados, não se aplicará o disposto no item 2.2.4.

2.2.6. Decorrido o prazo de 60 dias, os estabelecimentos sob inspeção federal poderão funcionar utilizando apenas carcaças de suínos provenientes de outras Unidades da Federação. <sup>33</sup>

Apesar disso tudo, Antônio talvez tenha ficado com o emprego e cuidado do nascimento dos porquinhos do patrão em Barra do Piraí. O problema da propriedade de Otávio Marques Lisboa não apareceu outra vez na imprensa do Estado de Santa Catarina até o mês de outubro. Vários vizinhos seus, no entanto, não escaparam das mãos de Erci Gomes Conteiro logo depois daquele fim de semana. Quando chegaram à criação de Otávio na sexta-feira em Barra do Piraí, as autoridades sanitárias já tinham condições de se concentrar sobre a área perifocal. Eu não sei se elas levaram ao pé da letra o sacrifício emergencial predeterminado para toda a Área do Foco, mas com certeza estavam de saída da Fazenda Floresta em Paracambi no fim de maio. Na virada do mês, sob a vigilância de quatro policiais, Antônio Chicarine dizia que “hoje isso tá mais parecido com um cemitério”. Chicarine era o responsável pela criação de Severino Pereira Filho em Paracambi e estava de luto pelo sacrifício de “780 porcos, 500 galinhas, 23 bois e 05 cachorros”. Segundo as autoridades sanitárias, os policiais do Batalhão de Duque de Caxias acompanhariam Chicarine dia a dia até novembro, quando alguns animais seriam introduzidos na propriedade para “ver se o vírus pega de novo”. <sup>34</sup>

As autoridades tinham se empolgado à medida que o fim de semana se aproximava. Elas resolveram estender as medidas emergenciais da Área de Foco sobre a área perifocal. Na terça-feira, dia 6 de junho, elas teriam começado a “matar todos os porcos dos Municípios de Paracambi, Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguai,

---

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 7 de junho de 1978, p. 4.



Mendes, parte de Nova Iguaçu e de Vassouras, todos dentro do raio de 16 km da Fazenda Floresta, foco principal da peste suína africana”.<sup>35</sup> Na quarta-feira da semana anterior, Ubiratan Mendes Serrão aceitou o desafio de “adequar uma nova estratégia compatível com a progressão da situação de EMERGÊNCIA SANITÁRIA no Estado do Rio de Janeiro”. O diretor da Divisão de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura estava “autorizado a proceder composição técnica e de apoio necessários à consubstanciação dos trabalhos” a partir do dia 31 de maio.<sup>36</sup> A criação de Otávio deve ter escapado por pouco. As autoridades chegaram novamente bem perto da Fazenda Roberto no início da semana seguinte. Segundo a reportagem, na terça mesmo:

Uma equipe do Ministério da Agricultura, comandada pelo veterinário Erci Gomes Conteiro, visitou 12 sítios e chácaras da estrada que liga Pirai à Barra do Pirai, sacrificando 30 porcos de pequenos criadores, e levando-os para serem queimados no km 47 da antiga Rodovia Rio – São Paulo. Os animais morreram a golpes de marreta. Os animais foram incinerados nas valas com fogo alimentado por madeira, óleo e pneus.<sup>37</sup>

Enquanto isso, outras autoridades sanitárias coordenavam os trabalhos duma “campanha de vacinação e revacinação contra a peste suína clássica”. Segundo elas, o esforço abrangia a região norte do Estado e a região de Paracambi e tinha o objetivo de “diferenciar e facilitar o diagnóstico da febre africana”.<sup>38</sup> Outros criadores, contudo, também não tiveram esta sorte. Duas semanas depois, funcionários do Ministério da Agricultura teriam conseguido “localizar e apreender 52 cabeças” na manhã do dia 20 em Nova Brasília, dando continuidade “as buscas de crimes de porcos na favela”. O Morro do Alemão, da Grota e

---

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n 001”, 31 de maio de 1978.

<sup>37</sup> *Diários Catarinense*, Florianópolis, 7 de junho de 1978, p. 4.

<sup>38</sup> Idem.

do Mineiro, também na cidade do Rio de Janeiro, teriam ficado na agenda dos próximos dias.<sup>39</sup>

Na semana anterior, José Alberto Silva Lira havia se trancado numa sala com Alysson Paulinelli na capital do Estado. Dia 14, os dois teriam resolvido “sacrificar todos os porcos das favelas cariocas, doentes ou sãos” e “proibir a criação de suínos nos centros urbanos”.<sup>40</sup> O município do Rio de Janeiro está a cerca de 80 km de Paracambi, no entanto, um morador do bairro do Bonsucesso teria adquirido, segundo as autoridades sanitárias, um ou mais animais de Severino Pereira Filho há poucos dias do início da suspeita na Fazenda Floresta no fim do mês de abril. A Favela Nova Brasília é uma daquele bairro.<sup>41</sup> Marinita Santos Pereira talvez tenha também perdido a sua criação depois disso, assim como seus vizinhos no município de São João de Meriti. A suspeita no município levantada na primeira semana do mês pela imprensa carioca teria ficado para outra hora. De acordo com a reportagem, Marinita ainda contava dia 6 de junho com alguns animais com “tremores, agrupados, temperaturas altas e engasgados, sintomas da doença”. Antes disso, ela teria tido “sete porcos de sua criação mortos repentinamente”.<sup>42</sup> São João de Meriti fica ao lado do município do Rio de Janeiro.

Se dependesse da vontade da Associação dos Industriais da Carne do Rio de Janeiro e da Associação de Criadores de Suínos no Estado, nem Otávio Marques Lisboa teria como se livrar das autoridades sanitárias a partir de meados de junho. As duas entidades se consideravam “os maiores prejudicados com a peste” e por volta do dia 20 estavam criticando “a indecisão do Ministério da Agricultura em tomar medidas drásticas contra a peste suína no Estado do Rio”. Elas eram, segundo consta, favoráveis ao “extermínio e cremação de todo rebanho”.<sup>43</sup> O ministro da agricultura e o secretário nacional de defesa agropecuária, na verdade, teriam decidido já naquele encontro no Rio de Janeiro “eliminar o rebanho fluminense”. Eles tinham, entretanto, uma dúvida. Segundo Alberto Silva Lira:

---

<sup>39</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5.

<sup>40</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 17 de junho de 1978, p. 3.

<sup>41</sup> VIANA, op. cit.

<sup>42</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 7 de junho de 1978, p. 4.

<sup>43</sup> *O Estado*, Florianópolis, 17 de junho de 1978, p. 5.

A Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária ainda não definiu os gastos necessários para a operação de extermínio do rebanho do Rio de Janeiro. Antes, a Secretaria espera concluir o levantamento sobre as vantagens e desvantagens de se adotar o extermínio com cremação de todos os animais ou o extermínio com cremação parcial. No segundo caso, os suínos que não tiveram sido ainda atingidos pela doença poderão ter sua carne comercializada no mercado.<sup>44</sup>

O secretário da agricultura do Estado de São Paulo e os representantes estaduais da defesa agropecuária de Minas Gerais, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assim como o de São Paulo, não criaram nenhum empecilho a respeito do sacrifício de cerca de 200 mil animais. Esta era a estimativa do rebanho do Estado do Rio de Janeiro, e todos eles teriam se reunido dois ou três dias depois com Alysson Paulinelli em São Paulo para debater a “peste”. Agripino Abranches Viana também não criou caso com isso por volta do dia 16. Ao contrário, o secretário da agricultura de Minas Gerais estava de acordo e pedia que ele fosse providenciado “depressa”. Segundo ele, quanto mais isso demorasse, maiores seriam as “dificuldades na negociação de produtos de origem animal no exterior”. Viana não via nenhum problema. Segundo ele:

A matança dos porcos não provocará alteração significativa na economia. O rebanho fluminense, inferior a 200 mil cabeças, é bastante inexpressivo diante da produção nacional estimada em 50 milhões.<sup>45</sup>

O sossego de Abranches Viana, no entanto, acabou em dois ou três dias. Dia 19, ele teria dito que “acredita que não se trata de outro

---

<sup>44</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 17 de junho de 1978, p. 3.

<sup>45</sup> *Idem*.

foco da peste suína”. O secretário da agricultura de Minas Gerais teria se informado sobre as “características da morte dos animais” no fim de semana, mas mesmo assim teria encaminhado alguns frascos com amostras de uma suspeita em Ponte Nova para o laboratório no Rio de Janeiro. Diante da imprensa naquela segunda-feira, Viana estava dizendo que “morreram sete animais por razões desconhecidas” na localidade de Santa Cruz do Escalvado, no norte do município.<sup>46</sup> Não sei se Abranches Viana conseguiu salvar no final das contas a criação suspeita em Ponte Nova, mas ele teria pela frente outros problemas para resolver a partir daquela semana.

Naquele mesmo fim de semana, a Secretaria da Agricultura do Estado teria interditado uma ou mais propriedades e começado a abrir uma ou mais valas para uma “matança de suínos no município de Volta Grande, onde se descobriu um foco”, e na segunda-feira Ari Guimarães falava que “há suspeitas de outro foco em Uberaba”. O secretário parece não ter se importado com o caso em Volta Grande, na divisa do Estado com o Rio de Janeiro, no entanto, ele teria reafirmado na terça-feira a opinião sobre a questão em Ponte Nova e desmentido a suspeita em Uberaba, assim como outra em Manhuaçu e Manhamirim nas redondezas de Ponte Nova. No município de Uberaba, um “sindicato local” vinha resistindo à preocupação de Ari Guimarães, presidente da Associação Mineira de Suinocultores.<sup>47</sup>

Abranches Viana prometeu ainda naquela segunda-feira que tudo estava certo para uma chuva de aproximadamente meio milhão de folhetos sobre a fronteira com o Rio de Janeiro. Naquele mesmo dia, um avião lançaria os pedidos da Secretaria da Agricultura. De acordo com ela:

O folheto solicita à população a imediata comunicação de aparecimento de qualquer doença estranha nos porcos, desaconselha o transporte de suínos e seus derivados para outros Estados e a utilização de restos

---

<sup>46</sup> *O Estado*, Florianópolis, 20 de junho de 1978, p. 6.

<sup>47</sup> Idem. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 21 de junho de 1978, p. 5. *O Estado*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5 e 6. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 de junho de 1978, p. 3.

de comida, lixo ou lavagem para alimentação dos animais.<sup>48</sup>

O secretário da agricultura, no entanto, economizou nas palavras no decorrer dos próximos dias. Segundo Auricídes Alves Moreira, alguns policiais militares de Minas Gerais teriam mais trabalho na primeira semana do mês seguinte. O delegado federal do Ministério da Agricultura em Minas Gerais garantia dia primeiro de julho que “todos os porcos criados na área focal, num raio de 16 km quilômetros a partir da fazenda infectada, deverão estar abatidos”. Na última semana de junho, os policiais teriam sacrificado “a tiros de fuzil cerca de mil porcos da Fazenda Tacilândia, em Igarapé”, na região metropolitana de Belo Horizonte.<sup>49</sup> Abranches Viana ficou em silêncio a respeito do caso. No último dia do mês, teria dito apenas que os “municípios da Zona da Mata terão suspensas suas exposições de pecuária e feiras de animais em razão da existência de focos de febre suína africana” e que estava “otimista em relação à erradicação do mal em Minas Gerais”. O secretário fez questão de frisar, entretanto, que “as restrições atingirão as cidades mais próximas do Rio de Janeiro, ou onde o intercâmbio é mais intenso” e que foi identificado só “um foco em Volta Grande”. Segundo ele:

O abate de todo o rebanho suíno do Rio de Janeiro não vai apresentar ressonância negativa em termos de abastecimento, porque o rebanho daquele Estado é pequeno em comparação com os totais nacionais. Enquanto o Rio de Janeiro tem 250 mil cabeças, Minas Gerais possui perto de 4,5 milhões de animais. Uma epidemia de febre desse tipo, em Minas Gerais, sim, causaria consequências desastrosas.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> *O Estado*, Florianópolis, 20 de junho de 1978, p. 6.

<sup>49</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 2 e 3 de julho de 1978, p. 6.

<sup>50</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, primeiro de julho de 1978, p. 4.

Eu não sei se o secretário tinha, além disso, em mente os negócios que estavam acontecendo no município de Patos de Minas, mas Agripino Abranches Viana estava se desentendendo com José Alves de Castro sobre o combate à peste suína africana no Estado, pelo menos desde meados de junho. Há cerca de dez dias, o presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais teria feito uma advertência sobre o “grave perigo da peste suína”. Tudo indica que era uma indireta. José também quis convencê-lo. Depois de destacar o esforço dos extensionistas rurais “na tentativa de conscientizar o produtor mineiro” a respeito disso, José Alves de Castro teria dito dia 20 que “que se o Sr. Alysson Paulinelli vier a propor o estado de emergência ou qualquer outra medida mais drástica, é preciso que os demais responsáveis pelo governo o apoiem”.<sup>51</sup>

O delegado federal da agricultura, por sua vez, garantia na virada do mês que o problema em Minas Gerais estava restrito ao caso de Igarapé. Após retornar de Brasília, Auricides anunciou que as “análises laboratoriais de amostras coletadas em áreas onde se suspeitava da ocorrência da peste africana deram resultados negativos”.<sup>52</sup> Talvez fosse tarde demais para os criadores em Manhauçu, Manhamirim e quem sabe para os criadores em Uberaba. Falava-se uma semana antes que estava ocorrendo no Estado um “abate indiscriminado de porcos”. Se um dia chegasse o laudo da suspeita em Igarapé, certamente já seria tarde, ao menos para o criador do foco suspeito. Poucos dias antes do delegado ter prometido o retorno final ao município, as autoridades locais teriam declarado que “somente um foco, o de Volta Grande, foi confirmado”. De acordo com elas, 40 animais acabaram sendo sacrificados até o fim de junho no município.<sup>53</sup>

Otávio Marques Lisboa talvez escapasse das autoridades sanitárias no Rio de Janeiro se dependesse do ímpeto de algumas autoridades paranaenses, mas Marinita Santos Pereira e seus vizinhos provavelmente não teriam para onde fugir. Roulien Basaglia e Clóvis Manoel Pena não eram tão radicais quanto Agripino Abranches Viana, todavia, apoiavam a ideia em meados de junho. Dia 13, o delegado do Ministério da Agricultura no Estado do Paraná e o diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura do Paraná,

---

<sup>51</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5.

<sup>52</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 2 e 3 de julho de 1978, p. 6.

<sup>53</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 de junho de 1978, p.3.

respectivamente, “defenderam a ideia de se sacrificar quase que a totalidade do rebanho suíno do Rio de Janeiro”. De acordo com os dois, “o argumento para o sacrifício é a insignificância deste rebanho, com cerca de 200 mil cabeças”. Ambos estavam preocupados com o rebanho paranaense. Para eles, a “sua contaminação seria catastrófica”, já que o plantel no Estado contaria com quatro milhões e 300 mil animais.<sup>54</sup>

Basaglia e Clóvis Pena, entretanto, enfrentariam o problema de perto a partir da semana seguinte. Francisco Albuquerque também admitiu que a primeira suspeita em território paranaense pudesse ser um engano, assim como tinha feito o secretário da agricultura de Minas Gerais sobre a segunda suspeita em território mineiro. Albuquerque dizia dia 19 de junho que os criadores da região estavam “na expectativa de que a doença registrada na área seja a peste suína “clássica”, a exemplo do que ocorreu em Ourinhos, há três semanas”. Francisco era o coordenador do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura do Paraná da região de Jacarezinho e havia se encarregado, como os outros coordenadores regionais, de organizar uma comissão local para atuar no combate à peste suína africana. Um dia antes, o secretário da agricultura e o delegado do Ministério teriam atendido uma ligação de Alysso Paulinelli. Francisco Albuquerque e seus colegas em todo o Estado deveriam ficar permanentemente em contato com a Comissão Regional do Paraná, criada oficialmente no mesmo dia. O município de Jacarezinho divide o Paraná com o Estado de São Paulo e fica a cerca de 20 km do município de Ourinhos, já em São Paulo.<sup>55</sup>

Há alguns dias, o núcleo da secretaria da agricultura daquela região teria encaminhado uma remessa com “várias amostras de suínos dizimados por uma doença com as mesmas características da peste suína africana” para o laboratório no Rio de Janeiro. De acordo com Albuquerque, aproximadamente 100 suínos teriam morrido “com os mesmos sintomas nesta região, onde existem 330 mil animais”. Francisco Albuquerque e seus colegas em Jacarezinho, porém, tinham as suas dúvidas a respeito da doença. Em meados de junho, as autoridades locais teriam dito “ainda não terem certeza de que realmente o que está matando os animais seja a peste suína africana”.<sup>56</sup> No fim dos anos 40,

---

<sup>54</sup> *O Estado*, Florianópolis, 14 de junho de 1978, p. 5.

<sup>55</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 20 de junho de 1978, p. 3. Comissão Executiva Central, op. cit, 1978.

<sup>56</sup> Idem.

segundo as autoridades sanitárias, grave surtos de “peste suína clássica” teriam atingindo a fronteira dos Estados na altura de Ourinhos e Jacarezinho.<sup>57</sup>

Duas semanas depois, a Comissão Regional do Paraná autorizou, mesmo assim, o início dos trabalhos sanitários em Jacarezinho. Eles não tomariam tempo das autoridades sanitárias. Não sei se Jorge Avelino Burda Vicente, Sálvio Proença Hilst, Braz de Freitas Fernandes, Wollaston Nei Graça Vianna, Sidnei Laureano Leme e Carlos Henrique Montanha Viana tiveram paciência para aguardar o resultado dos laudos do Rio de Janeiro, mas eles acabaram aprovando no primeiro fim de semana de julho o sacrifício de “23 animais em Jacarezinho”. Eles faziam parte da Comissão Regional para o combate à peste suína africana no Estado. Segundo eles, havia “dois focos constatados da doença” no município. Consentiram também, no primeiro ou segundo dia do mês, o sacrifício de “oito” animais no município de Wenceslau Braz, a cerca de 100 km ao sul de Jacarezinho, e de mais “seis” animais no município de Umuarama<sup>58</sup>, bem distante dali, quase no Estado do Mato Grosso do Sul.

As autoridades no Paraná estavam, surpreendentemente, sendo flexíveis no início daquele mês. Depois de espernearem diante da indecisão do Ministério da Agricultura sobre o sacrifício no Estado do Rio de Janeiro no mês passado, elas decidiram “eliminar os animais apenas ao nível de propriedade afetada, e não no raio de 16 quilômetros conforme rezam normas internacionais”.<sup>59</sup> Se não mudassem de ideia na última hora, alguém em Jacarezinho escaparia por um fio. Antônio Simões Lopes e outros criadores da região também tiveram sorte e, por um triz, não perderam suas criações para as autoridades sanitárias no início de julho. Francisco Albuquerque teria declarado há cerca de 10 ou 15 dias que “os três focos registrados em Jacarezinho atingiram animais criados em fundo de quintal, que consomem lavagem ou até lixo” e que “esses animais não tem qualquer tipo de vacinação”. Enquanto aguardava o veredicto do Rio de Janeiro, o coordenador da Secretaria da Agricultura da região também deu a palavra que “nas propriedades de maior porte, onde os suinocultores utilizam as técnicas de criação,

---

<sup>57</sup> Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília: 1979, n especial, p. 3.

<sup>58</sup> *O Estado*, Florianópolis, 3 de julho de 1978, p. 4.

<sup>59</sup> Idem.



inclusive com vacinação, não ocorreu nenhuma morte, e talvez não seja nem mesmo peste suína clássica”.<sup>60</sup>

Apesar disso, a agitação de Simões Lopes nas duas semanas seguintes tinha sentido. Dois dias depois do anúncio do grande sacrifício em Jacarezinho, em Wenceslau Braz e em Umuarama, José Alberto Silva Lira aprovaria as Instruções Técnicas e de Serviço para o combate à peste suína africana no país. De acordo com o presidente da Comissão Central de Coordenação para Erradicação da Peste Suína Africana, as autoridades deveriam atuar também legalmente sobre as “áreas perifocais” desde o dia 4. Segundo o secretário nacional de defesa agropecuária:

Estas áreas serão caracterizadas considerando-se os limites político-administrativos (municípios, estados), ou administrativos-técnicos e programáticos (subárea ou área) e incluirão todas aquelas unidades anteriormente definidas vizinhas à área focal e que com ela mantenham relações estreitas de caráter comerciais, culturais e administrativos. Em termos gerais, a área perifocal incluirá pelo menos todos os municípios vizinhos ao município onde se encontra situado o foco ou os limites da área focal.<sup>61</sup>

Eu não sei se Simões Lopes sabia disso, mas Santo Antônio da Platina fica a cerca de 20 km ao sul do município de Jacarezinho. Eu também não sei se o seu empreendimento se situava no norte do município, perto de Jacarezinho, ou no sul dele, em direção ao município de Siqueira Campos. Wenceslau Braz fica logo depois de Siqueira Campos, há aproximadamente 80 km de Santo Antônio da Platina.

Era, na realidade, a segunda vez que Simões Lopes e outros criadores da região estavam escapando das autoridades paranaenses. Há

---

<sup>60</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 20 de junho de 1978, p. 3.

<sup>61</sup> Comissão Central de Coordenação para Erradicação da Peste Suína Africana. “Portaria n 006”, 4 de julho de 1978, p. 6.

cerca de 10 dias, o delegado do Ministério da Agricultura tinha garantido que “não poderemos iniciar qualquer matança antes de termos em mãos as análises que estão sendo feitas no Rio de Janeiro”. Roulien Basaglia estaria em Curitiba e prestava esclarecimentos à imprensa sobre o problema em Jacarezinho. O delegado ainda voltaria a afirmar alguns dias depois que “há apenas suspeitas” no Estado. Segundo a reportagem, ele estava “contrariando assim opiniões anteriores de autoridades como o próprio governador Jayme Canet Júnior”.<sup>62</sup> Paulo Carneiro provavelmente não vinha se entendendo com eles. Por volta do dia 20 de junho, o secretário da agricultura do Estado teria cogitado o sacrifício de cerca de 30 mil animais no Paraná na altura de Ourinhos em São Paulo ao comentar a doença de “efeito fulminante” que leva “o animal à morte num período entre 24 a 48 horas”. Antes de se deslocar para a região naquela semana, Paulo Carneiro achava necessária a “eliminação de possíveis focos” em Barra do Jacaré, Cambará, Jacarezinho e em “outras cidades” da redondeza.<sup>63</sup>

De acordo com o delegado federal da agricultura em Santa Catarina, o coordenador da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina e o secretário da agricultura de Santa Catarina, aí começava, de verdade, o perigo da doença. De acordo com eles:

Na noite de 15 de junho (quinta-feira passada), “estourou” um foco no município de Ourinhos, a 13 km da divisa com o Paraná, onde a densidade da população suína e o nível de tecnologia (raças melhoradas, nível de alimentação e manejo e etc) refletem uma dimensão muito mais grave da doença. Ainda mais quando – a partir de Ourinhos – a doença poderá se espalhar para os 03 Estados do Sul, onde existem 15 milhões de cabeças, quase a metade do rebanho suíno nacional, e onde se localizam as maiores indústrias especializadas em suínos.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 21 de junho de 1978, p. 5. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 de junho de 1978, p. 03.

<sup>63</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p.5.

<sup>64</sup> *O Estado*, Florianópolis, 18 de junho de 1978, p. 10.

Segundo Alberto dos Santos, Edmundo Otto Bublitz e Carlos Azambuja Loch, tudo estava sob controle até então no “quartel general” em Florianópolis:

De Paracambi, a doença se espalhou para a favela Nova Brasília (no Rio de Janeiro), Alcântara, Teresópolis e Campos, todos em território fluminense, onde a suinocultura, além de seu baixo nível tecnológico (porcos criados junto a lixeiras, por exemplo), tem pouca expressão na economia do Estado e na própria suinocultura brasileira.<sup>65</sup>

Os criadores da região de Umuarama também estavam escapando pela segunda vez das autoridades sanitárias no início de julho. No fim da terceira semana de junho, Roulien Basaglia desmentiu uma suspeita em Pérola, garantindo que “o exame feito não constatou a doença”. Aproximadamente 40 km separam as duas sedes municipais, no extremo-oeste do Estado.<sup>66</sup> Seria, no entanto, a última vez para alguns criadores na região.

Cerca de um mês e meio depois da suspeita levantada em Pérola, o delegado do ministério da agricultura anunciou na capital a descoberta de um foco em Cruzeiro do Oeste e de mais um em Umuarama. Não tenho ideia do ânimo das autoridades sobre a região focal e perifocal naquela altura, mas, de acordo com Basaglia, as autoridades sanitárias da região teriam a tarefa de acompanhar, depois do dia 10 de agosto, o sacrifício de “250 animais” em algum lugar em Cruzeiro do Oeste e de “33 animais” em algum lugar de Umuarama. O município de Cruzeiro do Oeste fica a menos de 30 km a leste de Umuarama. Roulien Basaglia confirmou ainda no início da segunda semana de agosto um foco no município de Loanda, “numa propriedade com 50 animais”, há cerca de 120 km de Umuarama em direção ao norte.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5.

<sup>67</sup> *O Estado*, Florianópolis, 9 de agosto de 1978, p. 13.

Um pouco antes disso, o delegado tinha revelado a descoberta de mais um foco no Paraná. No fim de julho, ele teria informado que “apenas o município de Verê, no Sudoeste do Estado, foi isolado devido à confirmação de foco da peste na cidade”.<sup>68</sup> Não fiquei sabendo de mais nada sobre o problema em Verê, no entanto, a situação de vários criadores da região havia ficado preta. Há cerca de um mês, Tarcísio Herkert teria saído dum encontro dizendo que “não acredita que as medidas preventivas adotadas pela Secretaria da Agricultura sejam suficientes para impedir a proliferação da peste africana na região”. Ele reivindicava “menos reuniões e mais ações por parte do governo”. Herkert estava pessimista no início da última semana de junho por causa da “falta de consciência do próprio suinocultor”. Segundo Tarcísio, ele “nem vacina seus animais contra a Peste Clássica”. Junto com Antônio Dionísio Bosquirolli, ele teria acabado de participar duma reunião promovida pelo Núcleo da Secretaria da Agricultura em Cascavel naquela semana. Bosquirolli era o vice-presidente da Associação Paranaense de Suinocultores, e o município de Cascavel fica a aproximadamente 40 km de Toledo. No município de Toledo, Tarcísio Herkert teria se tornado “um dos maiores criadores do Estado, possuindo mil e 500 cabeças” na Granja Calixto.<sup>69</sup>

Um mês depois, o deputado Álvaro Fernandes Dias teria desafiado “qualquer um a provar a existência da peste suína africana nesta cidade”. Álvaro argumentava que “a causa da morte foi intoxicação, por terem ingerido farelo de soja em excesso”. Lembrou, além disso, que “desde então não ocorreram novas mortes”. Segundo ele, isso “deveria ter acontecido caso fossem portadores da peste suína africana”. De acordo com as autoridades sanitárias, cerca de 30 animais teriam morrido “apresentando sintomas semelhantes aos da peste” na primeira semana do mês. Álvaro estava em Maringá no fim do mês de julho tentando salvar o investimento do seu irmão. No último fim de semana do mês, ele perdeu a paciência no município e acabou afirmando que “um grupo ligado ao ministro da agricultura prepara-se para vender aos produtores brasileiros matrizes importadas da Europa”.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> *O Estado*, Florianópolis, 30 de julho de 1978, p. 5.

<sup>69</sup> *O Estado*, Florianópolis, 22 de junho de 1978, p. 5. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 de junho de 1978, p. 3.

<sup>70</sup> *O Estado*, Florianópolis, 30 de julho de 1978, p. 5.

Álvaro Dias estava nos últimos meses do seu mandato pelo Movimento Democrático Brasileiro na Câmara Federal e tinha provavelmente em mente a empresa Agrocere. Na sexta-feira, o seu irmão teria enfim autorizado o sacrifício depois de alguma confusão. Alguns jornalistas por pouco não tiveram seus materiais apreendidos, antes de serem colocados para o lado de fora da propriedade. Se nenhum imprevisto surgisse, Osmar Fernandes Dias perderia em seguida aproximadamente 200 animais para as autoridades sanitárias. Álvaro Dias ainda tentou convencê-las do engano dizendo que logo ele seria “comprovado com o resultado do material coletado na ocasião”. Talvez Álvaro e Osmar, no entanto, jamais conseguiram obtê-lo. Segundo a Comissão Regional de Erradicação da Peste Suína Africana do Estado do Paraná, o Conselho de Desenvolvimento Econômico teria decidido naquela mesma semana que a partir de então deveriam “ser abatidos todos os animais dos rebanhos suspeitos” no Estado. O problema de Osmar tinha, na verdade, começado ao lado. De acordo com as autoridades sanitárias, um vizinho dele havia perdido a poucos dias mais de 500 porcos para as medidas sanitárias.<sup>71</sup>

A agitação de Antônio Simões Lopes e de Hélio Duque no mês de julho em Londrina não impediu o anúncio de um sacrifício na redondeza, com ou sem o resultado do laboratório do Rio de Janeiro. Junto com o anúncio do segundo caso em Umuarama, do caso em Loanda e em Cruzeiro do Oeste, o delegado confirmou no início da segunda semana de agosto a existência de um foco com “50 animais” no município de Sertanópolis, há menos de 40 km de Londrina. Um certo Evaldo Graciotto e Antônio Osmar Cavichiolo talvez também não tenham visto a cor dos laudos do Rio de Janeiro. Dia 8 do mesmo mês, Roulien Basaglia informou que Graciotto recebeu em Curitiba um cheque do Ministério da Agricultura, a título de indenização, por 111 porcos e Cavichiolo outro por 289 animais no município de Piraquara.<sup>72</sup>

O problema de Antônio Cavichiolo e de Evaldo Graciotto parece ter sido agravado por um “chacareiro” ali perto, nas margens da rodovia BR-116. Há cerca de um mês e pouco, alguns veterinários da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná teriam se deslocado até a divisa do município de Quatro Barras com o município de Colombo para averiguar uma suspeita, há aproximadamente 10 km

---

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> *O Estado*, Florianópolis, 9 de agosto de 1978, p. 13.

de Piraquara, ambos no entorno da capital paranaense. Desta vez, eles não chegaram a tempo. De acordo com alguns vizinhos, os quatro porcos dele “adoecerem de súbito esta semana e depois de mortos foram aproveitados para a fabricação de salame para consumo familiar” em meados de junho.<sup>73</sup>

Segundo as autoridades sanitárias em São Paulo, os criadores da região de Jacarezinho no Paraná estavam também enganados a respeito da suspeita do outro lado da fronteira em meados de junho. De acordo com as informações prestadas por Paulo da Rocha Camargo, por causa da peste suína africana:

Diversas valetas com 1,20 m de profundidade e um metro de largura foram abertas em Ourinhos para receberem os suínos sacrificados, que serão incinerados com óleo diesel. Vinte e dois atiradores vão matar os porcos de Ourinhos com balaços de fuzil e pistola. A partir de amanhã, 3 mil e 700 cabeças serão abatidas, e a matança deverá durar três dias.<sup>74</sup>

Camargo era o secretário da agricultura de São Paulo e estava divulgando dia 20 de junho os primeiros resultados dos exames de laboratório para a peste suína africana no Estado. Além de anunciar positiva a doença no município de Ourinhos, o secretário confirmou no mesmo dia um caso em Roseira, um em Amparo e um em Leme.<sup>75</sup>

Em menos de dez dias, o problema no município de Roseira foi solucionado. No fim do mês, alguns policiais de Guaratinguetá se juntaram a alguns colegas de serviço de Taubaté e teriam sacrificado ao todo 1.200 porcos no município, antes de serem aglomerados em valas e acobertados com camadas de cal e terra. De acordo com as autoridades sanitárias que acompanharam os trabalhos:

---

<sup>73</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5.

<sup>74</sup> *O Estado*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5.

<sup>75</sup> *Idem*.

Todos os animais existentes num raio de cinco quilômetros foram exterminados, sendo atingida a pocilga localizada no quilômetro 253 da Via Dutra, próximo ao restaurante Roseira, com 350 porcos, que não estavam doentes, mas foram sacrificados como medida preventiva.<sup>76</sup>

A destruição no município do Vale do Paraíba teria sido desencadeada a partir da identificação da doença “numa pocilga clandestina no centro de Roseira”. De acordo com Alaor Cassula, estava ocorrendo há alguns dias “uma rigorosa fiscalização para detectar possíveis focos transmissores da doença” em todo o vale. Segundo ele, “as chamadas lavagens para porcos estão sendo enterradas ou incineradas, já que podem conduzir agentes da doença”. Alaor Cassula estava no comando da Delegacia Regional Agrícola de Guaratinguetá. A viagem dos soldados foi curta. De Taubaté foram aproximadamente 60 km, contando a ida e a volta, e de Guaratinguetá menos de 30 para ir e voltar.

Os policiais lotados em Guaratinguetá, entretanto, talvez não tivessem folga no fim de semana. Na quarta-feira, depois de esclarecer o serviço prestado em Roseira e de garantir que “todos os criadores estão sendo alertados para que comuniquem imediatamente qualquer alteração no comportamento dos animais”, Alaor informou que em Aparecida “uma pocilga com 70 animais no bairro do Brejo estaria infectada pela peste africana”. Caso fosse confirmada, Cassula deu a palavra que “todos os animais de Aparecida e do bairro Potim, em Guaratinguetá, deverão ser exterminados”. Menos de 10 km separam um município do outro. Antes disso, na tarde de terça-feira, a Casa da Agricultura de Avaré teria tomado as mesmas providências sanitárias para “14 suínos da Fazenda Vale Verde”, assim que recebera “as análises de um suíno que havia morrido há alguns dias”.<sup>77</sup> O alerta no município de Avaré talvez tenha subido por causa da descoberta da doença em Ourinhos. Ourinhos está a pouco mais de 100 km de Avaré.

---

<sup>76</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 30 de junho de 1978, p. 3.

<sup>77</sup> *Idem*. O Bairro Potim em Guaratinguetá foi tornado município no fim dos anos 80.

Parece que a questão em Avaré morreu por aí. No entanto, para Theobaldo de Oliveira Lório, o problema estava apenas começando no fim de junho. Na última semana do mês, Theobaldo declarou “que todos os suínos da zona urbana serão sacrificados”. Segundo ele, os animais “são de fácil contágio”. Oliveira era o prefeito de Marília e há alguns dias teria participado duma sequência de reuniões do Grupo de Combate à Peste Suína Africana no 9 Batalhão de Polícia Militar no município, com representantes do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Agricultura e de Sindicatos Rurais. Além disso, todos eles tinham decidido por volta do dia 20 de junho que “comandos sanitários” atuassem em propriedades “suburbanas e rurais onde existam suínos” no município. A preocupação das autoridades sanitárias em Marília pode ter sido provocada pela confirmação em Ourinhos e aumentada pela confirmação no município de Assis e pela suspeita em Maracaí. Maracaí está a cerca de 30 km de Assis, Assis a mais ou menos 70 km e Ourinhos a cerca de 90 km do município de Marília.<sup>78</sup>

Paulo da Rocha Camargo, no entanto, estava agitado em São Paulo em meados de junho. Apesar do sucesso da identificação dos primeiros focos no Estado e dos preparativos para o início do sacrifício sanitário em Ourinhos, Paulo tinha uma dúvida. Segundo ele, “ainda não podemos definir se realmente o sacrifício dos rebanhos contaminados é o mais aconselhável”. O secretário da agricultura estava apreensivo com a conclusão dos “exames de vísceras de porcos de outros municípios”. No mesmo dia em que confirmara a doença em Ourinhos, Amparo, Leme e Roseira, Camargo anunciou que havia “suspeitas em Socorro, Araras, Fartura, Serra Negra, Campinas e Maracaí”. O desconforto dele, na realidade, estaria sendo provocado porque as suspeitas tinham sido levantadas “onde se localizam algumas indústrias de produtos derivados de suínos”. Paulo da Rocha Camargo, entretanto, tinha uma questão para resolver antes de mudar de ideia. O sacrifício, segundo ele, fazia “parte do programa pré-estabelecido entre as seis secretarias dos Estados onde a peste está positivada”.

Em Araras, as autoridades sanitárias não esperaram nem pela definição do secretário da agricultura, nem pelo resultado do laudo laboratorial. Elas teriam confirmado o sacrifício em “uma propriedade” naquela mesma terça-feira. Camargo talvez não tenha gostado disso,

---

<sup>78</sup> *O Estado*, Florianópolis, 20 de junho de 1978, p. 6. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 de junho de 1978, p. 3.



apesar do abate de “nove suínos” apenas no município.<sup>79</sup> Não tive notícias do desfecho do caso no município de Amparo, mas o mesmo serviço realizado no município de Leme teria obtido um saldo de 450 animais sacrificados dois ou três dias depois da confirmação oficial da doença, dia 20 de junho.<sup>80</sup>

As autoridades sanitárias em São Paulo quase mataram novamente Paulo da Rocha Camargo do coração no mês seguinte. Cerca de um mês depois, Fernando Marrey saiu duma reunião em São Paulo dizendo que “um porco foi diagnosticado como tendo morrido de peste suína africana, quando na realidade não era nem peste suína”. Fernando estava super agitado por volta do dia 20 de julho:

Estamos sob a ditadura do Departamento de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura que faz questão de que, na dúvida, toda a doença de porco seja peste suína africana. (...) Há apenas um laboratório que faz os exames, na Ilha do Fundão. Os resultados vêm tardiamente e ninguém garante que não se esteja fazendo confusão nas amostras. Temos de duvidar até certo ponto da veracidade dos diagnósticos.<sup>81</sup>

Fernando Marrey tinha se indignado também com a ideia do Ministério da Agricultura de suspender a vacinação contra a peste suína clássica. Segundo ele, “essa recomendação mostra o desconhecimento do Ministro quanto à extensão da peste suína africana e a confusão dessa doença com a peste suína clássica e outras doenças que falsamente são atribuídas como peste suína”. Fernando Marrey era o presidente da Comissão Técnica de Suinocultura da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e a sua fúria estava associada a um suposto foco no município de Pinhalzinho.<sup>82</sup> Pinhalzinho fica perto de Amparo, Socorro e Serra Negra, assim como de Bragança Paulista. Cerca de 30 km são

---

<sup>79</sup> *O Estado*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5.

<sup>80</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 de junho de 1978, p. 3.

<sup>81</sup> *O Estado*, Florianópolis, 22 de julho de 1978, p. 13.

<sup>82</sup> *Idem*.

suficientes para se deslocar de um município para o outro. Todos eles, além disso, não estão distantes do município de Campinas.

Quem também quase sofrera um infarto no mês passado foi Wagner Marchese. Wagner, como Paulo e Fernando, andou se desentendendo com as autoridades sanitárias em São Paulo na segunda metade de junho. Quando o secretário da agricultura do Estado anunciou o sacrifício em Ourinhos por causa da peste suína africana e confirmou a doença em Amparo, Leme e Araras e revelou com preocupação as suspeitas em Socorro, Serra Negra e Campinas, o presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos teria pedido, em São Paulo, “ao Governo o fim do abate indiscriminado”.<sup>83</sup>

Marchese, na verdade, já havia se queixado da atuação das autoridades sanitárias há pelo menos dois dias de se encontrar com Paulo da Rocha Camargo na capital na segunda ou na terça-feira. Ele teria dito no fim de semana que “a situação não é tão grave quanto se tem propalado”:

Tem muito técnico por aí aproveitando a peste suína para aparecer. A doença não representa um risco para a suinocultura nacional, como estão dizendo. O Brasil tem que aprender a conviver com ela, como a França, Portugal e Itália. Além do mais, a peste suína atinge os criadores de porcos que mantêm seus rebanhos soltos, alimentando-os com lixo, sem nenhuma técnica. Não atinge os suinocultores que criam seus animais de maneira científica. Esses, como eu, não temem a peste.<sup>84</sup>

O presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos tinha recém retornado à sua residência em Ribeirão Preto depois duma reunião com suinocultores em Bragança Paulista dia 18. Marrey não deve tê-la perdido. Ele tinha um investimento no município. Marchese, contudo, além de criticar mais uma vez as autoridades sanitárias, achou

---

<sup>83</sup> *O Estado*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 6.

<sup>84</sup> *O Estado*, Florianópolis, 19 de junho de 1978, p. 3.

melhor defender novamente os seus negócios no fim de semana seguinte:

Ninguém, por exemplo, entra na Humus Agrícola sem antes vestir uma roupa especial, previamente desinfetada e calçar botas de borracha. No rebanho não é introduzido porco de origem duvidosa, a alimentação é rigorosamente controlada e até urubus, possíveis transmissores da doença, quando começam a rondar a criação, encontram sempre um funcionário com uma espingarda. Esses cuidados não estão relacionados com a peste suína. É uma rotina nossa e de qualquer suinocultor consciente, que sabe que essas medidas diminuem as probabilidades de doenças atingirem os criatórios.<sup>85</sup>

Na semana anterior, Iridi Leone e Carlos Pelegrini tinham garantido que “a Divisão não recebeu qualquer aviso a respeito da doença na região”. Leone, entretanto, “mostrava-se temeroso com a possibilidade da peste atingir a região” e Pelegrini acreditava que “ela é iminente”. Os dois atuavam na Divisão Agrícola de Ribeirão Preto e também estavam agitados. As autoridades sanitárias tinham levantado uma suspeita de peste suína africana no município de Ribeirão Preto há alguns dias. Por volta do dia 20, eles estavam preocupados, “pois a Humus, além da carne, comercializa matrizes”. Uma semana depois, faltava ainda definir, no entanto, “se clássica ou africana”.<sup>86</sup> Embora residisse em Ribeirão Preto, Wagner Marchese contava a grana que saía de Pitangueiras. De carro, Marchese levava cerca de 30 minutos para visitar o seu empreendimento no município vizinho de Pitangueiras, logo depois do município de Sertãozinho a noroeste.

Valmor Vargas de Barros também estava descontente com a atuação das autoridades sanitárias no Rio Grande do Sul. De acordo com ele, “parte da criação de 35 animais poderia ter sido salva”. Valmor não

---

<sup>85</sup> *O Estado*, Florianópolis, 26 de junho de 1978, p. 6.

<sup>86</sup> *O Estado*, Florianópolis, 19 de junho de 1978, p. 3. *O Estado*, Florianópolis, 26 de junho de 1978, p. 6.

via com bons olhos a “centralização da emissão de diagnósticos e autorizações para as medidas a serem tomadas no combate à peste suína africana”. Segundo ele:

A maioria dos estados produtores, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Paraná, dispõem de órgãos capazes de realizarem os exames dos animais atacados com peste africana, mas o Ministério proíbe que laudos sejam emitidos pelos órgãos regionais, bem como as autorizações para a extinção dos animais.

Valmor Vargas de Barros estava em Porto Alegre por volta do dia 20 de agosto quando protestou contra a “matança de toda a criação” em Três Passos no noroeste do Estado, perto da fronteira com a Argentina. Segundo ele, seis animais de um lote de 15 em fase de terminação teriam sido atacados pela peste no início da segunda semana do mês anterior e em seguida exterminados pelas autoridades sanitárias no município. Barros argumentava que “os demais foram tratados com antibióticos e antitóxicos e que, embora não tivessem respondido à medicação, se recuperaram poucos dias depois através de uma alimentação mais selecionada”. O veterinário lembrou, além disso, que “os 20 suínos restantes não tinham apresentado qualquer sintoma de peste africana” entre a remessa do material no fim da segunda semana de julho e o resultado do laboratório do Rio de Janeiro em meados de agosto.

Valmor coordenava o setor de genealogia da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul e representava a entidade na Comissão de Avaliação da Peste Suína Africana no Estado. A insatisfação dele, segundo consta, era compartilhada por veterinários gaúchos e por outros membros da comissão. Eu não sei se Valmor, assim como seus colegas, andava com a peste suína clássica na cabeça, mas de qualquer modo ele acabou não ficando em cima do muro a respeito da erradicação da doença. Ele afirmou naquele mesmo dia “a

necessidade de se combater a peste africana, sem mantermos a convivência com ela”.<sup>87</sup>

Valmor só deve ter se integrado oficialmente aos três representantes do Ministério da Agricultura, aos dois representantes da Secretaria da Agricultura do Estado e a um representante do Instituto de Pesquisas Biológicas Desidério Finamor depois da segunda semana de julho. Felisbino Beck Kappel, Paulo Salgueiro, José Euclides Severo, Luiz Alberto Pitta Pinheiro e Milton Guerreiro comandavam, respectivamente, a Comissão Regional para a Erradicação da Peste Suína Africana no Estado do Rio Grande do Sul desde meados de junho. No fim da primeira semana de julho, o presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos tinha pedido publicamente “que as normas técnicas de combate à Peste Suína Africana sejam centralizadas na Comissão Nacional”, mas também tinha solicitado que a “Associação Brasileira de Criadores de Suínos passe a integrá-la, da mesma forma que as Associações filiadas passem a integrar as Comissões Estaduais”. Antes disso, um membro da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul já estaria engajado na montagem de postos sanitários na divisa com o Estado de Santa Catarina em meados de junho.<sup>88</sup>

Talvez Hélio Miguel de Rose estivesse tentando salvar algumas criações no norte do Rio Grande do Sul nos primeiros dias de julho. Há cerca de duas semanas, Getúlio Marcantônio teria confirmado algumas suspeitas da doença nos municípios de Guaporé, Casca, São Valentim, Votouro e Nonoai. O secretário da agricultura do Estado, no entanto, teria esclarecido por volta do dia 20 de junho “que o tipo de peste constatada, se africana ou outra, depende de exames em curso”. Em São Valentim, parece que as autoridades sanitárias também não aguardaram o resultado dele para sacrificar os enfermos. No mesmo dia, Marcantônio informou que “foram mortos mais de 100 animais acometidos de febre alta”.<sup>89</sup>

Apesar do escândalo em torno da importação da Agrocere e da reivindicação da entidade, a Associação Brasileira de Criadores de Suínos estava apertando as mãos das autoridades sanitárias no início de

---

<sup>87</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 20 e 21 de agosto de 1978, p. 3.

<sup>88</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 5 de julho de 1978, p. 3. Comissão Executiva Central, op. cit. *O Estado*, Florianópolis, 20 de junho de 1978, p. 5.

<sup>89</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 21 de junho de 1978, p. 5.

julho para o combate à peste suína africana. De acordo com o seu Conselho Técnico:

A Associação Brasileira de Criadores de Suínos, sem desejar criticar as medidas já adotadas pelo Governo, enfatiza a necessidade da adoção de medidas rígidas, para que em hipótese alguma seja admitida a convivência com a Peste Suína Africana. Considerando que todos os focos de Peste Suína Africana surgiram em criações que usam lixo ou resíduos de alimentação humana oriundos de restaurantes e similares em suas criações, a Associação Brasileira de Criadores de Suínos recomenda que essas criações sejam exterminadas.<sup>90</sup>

O Conselho Técnico da entidade era “composto dos diretores técnicos da Associação Brasileira de Criadores de Suínos, dos representantes das Associações de Criadores filiadas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e Minas Gerais e de representantes do Ministério da Agricultura”.<sup>91</sup> Marcantônio já havia se sensibilizado com os criadores de reprodutores de suínos no Rio Grande do Sul há pelo uma semana. Dia 27 de junho, o secretário da agricultura anunciou que estava “elaborando um ante projeto a ser ainda submetido a apreciação do governador Sinval Guazelli visando proibir a utilização de restos de comida para a alimentação dos suínos no Estado”. Ele tinha ido à Assembléia Legislativa e se dirigiu especialmente aos membros da Comissão de Agricultura. Na manhã daquela terça-feira, Getúlio ainda pediu-lhes pressa para “um projeto de lei obrigando todos os suinocultores a vacinarem o seu rebanho contra a peste suína clássica”. Segundo ele, “por não ser obrigatória a vacinação, muitos criadores relaxam e não dispensam ao seu plantel os cuidados sanitários que necessitam”.<sup>92</sup> João Antônio Satte deve ter se sentido bem naquela ocasião. Na semana anterior:

---

<sup>90</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 5 de julho de 1978, p.3.

<sup>91</sup> *Idem*.

<sup>92</sup> *O Estado*, Florianópolis, 26 de junho de 1978, p. 13.

O deputado denunciou a criação de porcos alimentados com lixo na Grande Porto Alegre, citando com exemplos as chacinhas existentes ao longo da auto-estrada Porto Alegre – Osório, principalmente os quilômetros cinco e 17, e sítios localizados na Ilha da Pintada, Ilha dos Marinheiros, Vila Nova e Belém Novo.<sup>93</sup>

---

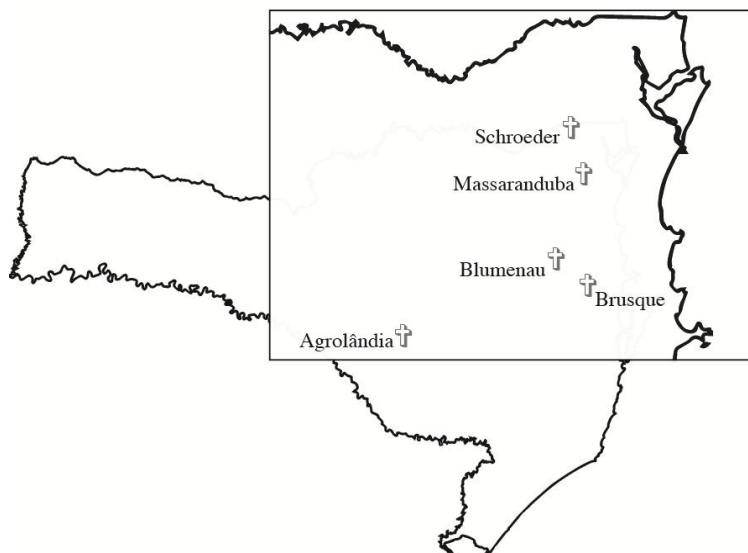
<sup>93</sup> *O Estado*, Florianópolis, 20 de junho de 1978, p. 3.

## MAPA - 2

## Legenda

† Focos confirmados de peste suína africana

Obs: Segundo as autoridades sanitárias, seis amostras deram resultado negativo na região de Blumenau





### 3.3 Serviços constrangedores

Em meados de julho, as autoridades sanitárias chegaram à casa de Oto Dirschnabel e não saíram de lá até o último dia do mês de agosto. Quando o fim do mês de julho se aproximava, elas bateram também na porta das propriedades de um certo Lauro da Silva, Germano Vailatti, Arnaldo Fischer, Arlindo Fischer e Arnaldo Mering. Todos moravam na Rua São Pedro no município de Brusque, no Estado de Santa Catarina. Os cinco vizinhos de Oto Dirschnabel teriam caído nas mãos das autoridades sanitárias por causa dum rastreamento realizado por elas no antepenúltimo dia do mês, “para saber quem esteve em contato com a área do foco”. No dia anterior, as autoridades sanitárias tinham recebido a confirmação laboratorial do material da autópsia dum animal de Oto Dirschnabel. Segundo elas, depois da suspeita, “o baço, a bexiga, o intestino e outras partes” tinham sido remetidos para Florianópolis, de onde foram encaminhados ao Rio de Janeiro pela Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado há cerca de 10 dias.<sup>94</sup>

Um mês depois, uma equipe do primeiro Batalhão da Polícia Militar de Itajaí, sob o comando do capitão Heitor Martins Pinto, se dirigira logo cedo às seis residências e abateu, no último dia de agosto, ao todo 39 suínos. Heitor Martins Pinto teria sido destacado para supervisionar o serviço sanitário no município vizinho pelo coronel Moacir de Oliveira Correa. Sob os olhos de Joel da Costa Pereira e de Antônio Sampaio, ele e seus 10 soldados<sup>95</sup> acabaram incluindo no cálculo total do sacrifício os animais de outra propriedade desconhecida da redondeza.<sup>96</sup>

De acordo com as autoridades sanitárias, o próprio Oto teria procurado Antônio Sampaio na metade de julho para lhe comunicar a

---

<sup>94</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de agosto de 1978, p. 3.

<sup>95</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de setembro de 1978, p. 5.

<sup>96</sup> Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis: 1978, p. 35.

morte de “um leitão” em sua propriedade. Antônio Sampaio atuava como veterinário da prefeitura de Brusque.<sup>97</sup> Oto Dirschnabel talvez tenha realmente se sensibilizado com as autoridades sanitárias ao procurá-lo. Em meados de junho, Carlos Alberto de Melo saiu numa reunião dizendo que “o que nós temos alertado é que os criadores inicialmente devem vacinar seus suínos contra a peste clássica” e que “é importante que caso ocorra alguma mudança na saúde dos suínos, eles mantenham um contato imediato com o médico veterinário da região”.<sup>98</sup>

Carlos Alberto de Melo era veterinário do Ministério da Agricultura e estava no município de Blumenau no fim da segunda semana de junho com Joel da Costa Pereira. Os dois veterinários estavam coordenando um encontro no município entre veterinários autônomos de todo o Vale do Itajaí e veterinários do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura do Estado no dia 13. Veterinários de mais de 40 municípios da região teriam participado dela. Carlos Alberto de Melo e Joel da Costa Pereira, contudo, garantiam que “as doenças que estão ocorrendo atualmente no rebanho suíno do Estado são aquelas comuns, sobre as quais o Ministério e a Secretaria já exercem um controle”.<sup>99</sup> Blumenau fica ao lado do município de Brusque.

Parece que a segunda recomendação das autoridades sanitárias correu a região através dos veterinários, no entanto, Oto Dirschnabel tinha tudo para não ter procurado a prefeitura de Brusque e encontrado o veterinário da prefeitura em meados de julho. O que não faltava na região era desconfiança por parte dos criadores. Pelo menos desde os primeiros dias de julho, eles temiam que pudessem “ter seus animais sacrificados, por marretadas, tiros ou quaisquer outros meios, ainda em condições de serem aproveitados”. Alguns criadores do Vale do Itajaí estavam, além disso, “pedindo maiores esclarecimentos sobre a peste suína africana” durante a primeira semana do mês. Eles queriam “saber se algum animal nos focos registrados morreu em consequência da peste”. Eles tinham ficado sabendo “que apenas os animais foram sacrificados, não sendo divulgada qualquer informação de que única e

---

<sup>97</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de setembro de 1978, p. 5.

<sup>98</sup> *O Estado*, Florianópolis, 14 de junho de 1978, p. 5.

<sup>99</sup> *Idem*.

exclusivamente o vírus foi o causador da morte do animal”.<sup>100</sup> Os animais de Adílio Correa, de Rony Zaniboni e os animais de mais cinco vizinhos deles tinham sido aniquilados naquela semana em Armazém no sul do Estado.

De acordo com as notícias da região, nessa mesma semana, “os criadores de fundo de quintal” estavam também “esperando orientações dos agrônomos e veterinários mantidos pelo governo federal, estadual e municipal para saber identificar os sinais da peste suína africana”. Reclamavam da ausência de “folhetos com orientação sobre os sintomas da peste africana”. Os criadores não queriam ser “acusados de negligentes”.<sup>101</sup> O clima na região era completamente desfavorável para Oto Dirschnabel ter sido inocente na metade do mês. Segundo uma das reportagens do início do julho:

Os criadores vão mais longe, esperando principalmente um esclarecimento sobre a utilização de restos de comida na alimentação dos porcos, pois alegam que em Santa Catarina é mínima a utilização de alimentos importados, e assim não pode ser simplesmente atribuído aos restos o surgimento da peste suína africana. Eles reforçam o crédito popular de que algo mais importante esta por detrás de tudo isto, não afastando inclusive a já anunciada manobra de grandes produtores e frigoríficos para acabar com os pequenos criadores.<sup>102</sup>

Em meados de julho, além disso, havia rumores que “se isto acontecer haverá reclamação geral”. Segundo a reportagem, “inúmeras famílias serão prejudicadas, pois mantêm em muitos casos até cinco porcos, criados em chiqueiros, visando o aproveitamento da banha e carne pela própria família”. Eles custavam a crer que viessem “a ser proibidos de manter porcos”.<sup>103</sup> Há alguns dias, alguns prefeitos se

---

<sup>100</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 7 de julho de 1978, p. 4

<sup>101</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 5 de julho de 1978, p. 3.

<sup>102</sup> *Diário Catarinense*, 7 de julho de 1978, p. 4.

<sup>103</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 22 de julho de 1978, p. 4.

encontraram no município de Rio dos Cedros e teriam discutido “providências para acabar com as criações de porcos dentro dos perímetros urbanos das cidades”. De acordo com os prefeitos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, a iniciativa tinha sentido porque “visa principalmente eliminar os focos onde geralmente os animais são alimentados com restos de comida”. Joel da Costa Pereira e Carlos Alberto de Melo devem ter comparecido ao encontro. Segundo um porta-voz da entidade, eles estavam sendo esperados em Rio dos Cedros no dia 6, como convidados especiais para prestarem “instruções sobre como prevenir que os rebanhos não sejam afetados pela peste suína”.<sup>104</sup>

Cerca de um mês depois, Nilton Nasser anunciou em Blumenau que “a fiscalização em todo o município se fará mais intensamente no perímetro urbano”. Segundo ele, ela estaria “proibindo, dentro deste espaço, a criação de porcos sob quaisquer circunstâncias”. Nilton era o diretor do Centro de Saúde do município e deu a palavra nos primeiros dias de agosto que “quem não respeitar esta determinação terá sua pocilga interditada pelo prazo de 21 dias, e, a partir daí, será exposto às normas legais”. Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores discutiam a aplicação dos códigos de posturas dos municípios.<sup>105</sup>

A inquietação dos criadores, na verdade, já tinha tomado conta da região há alguns dias. De acordo com outra matéria, no fim de junho:

Vários criadores de suínos existentes em Blumenau e nos municípios vizinhos estão enfrentando sérias dificuldades para alimentar a criação, em vista de que não mais receberam restos de comida e lavagem para alimentar os animais. São principalmente pequenos criadores que se valiam de restos de restaurantes, indústrias, hospitais e outros setores, que duma hora para outra, devido à proibição do governo, não mais entregam as sobras para alimentar os porcos. Alguns dos criadores, inclusive com 100, 200 e até 500 animais em chiqueiros disseram que a

<sup>104</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 6 de julho de 1978, p. 9.

<sup>105</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 3 de agosto de 1978, p. 11.

medida do governo proibindo a alimentação dos porcos com restos de comida tudo indica que seja uma manobra de parte dos grandes criadores e frigoríficos, visando adquirir os animais a baixo preço ou então fazer desaparecer os pequenos criadores, que tem outras profissões.<sup>106</sup>

As autoridades sanitárias acabaram chegando a um certo Aquilio Minella em meados de julho. Quase que Heitor foi com alguma experiência de Itajaí para Brusque no fim do mês seguinte. Minella teve sorte. Segundo um funcionário da Secretaria da Saúde do Estado, ele ganhou algum tempo, aproximadamente até o fim da primeira semana de agosto, para que prendesse “todos os porcos da criação, dando-lhes somente ração”. O agente de saúde tinha se deslocado até o local e constatado que “os porcos, na maioria, se alimentam diretamente dos restos de lixo, depositados pelos caminhões da prefeitura”. De acordo com ele, Aquilio Minella criava os animais no “Depósito de Lixo da Prefeitura, no Parque Dom Bosco”.<sup>107</sup>



<sup>106</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, primeiro de julho de 1978, p. 4.

<sup>107</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 19 de julho de 1978, p. 4.

*Diário Catarinense*, Florianópolis, 19 de julho de 1978, capa.

O funcionário poderia ter sido mais duro com Aquilio Minella. Há cerca de uma semana, Humberto Lyra tinha anunciado uma “campanha de prevenção à peste suína africana” em Itajaí. Se dependesse dele, Aquilio Minella não teria tido chance. Humberto era o chefe do Centro de Saúde do município e destacava, dia 7, que ela “tem por objetivo atuar nos monturos públicos com estreita colaboração das autoridades municipais e policiais, no sentido de coibir a criação de suínos nas áreas urbanas, providenciando inclusive o abate dos mesmos, caso sejam localizados”.<sup>108</sup> Humberto pretendia seguir a Portaria conjunta da Secretaria da Agricultura e da Secretaria da Saúde e Promoção Social de meados do mês passado. Ao lado de Amilcar Gazaniga, Humberto já estava engajado no combate à doença dois dias antes dela. Dia 19 de junho, o diretor do Centro de Saúde e o prefeito do município fizeram uma reunião com representantes da Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado e do Departamento de Inspeção de Produção de Origem Animal do Ministério da Agricultura. Eles tinham decidido na ocasião levar “aos criadores completa orientação no sentido de comunicar às autoridades a possível constatação do mal” e informaram também que tudo estava sendo feito para “evitar que os restos de comida de navios procedentes de outros Estados sejam dados aos porcos”.<sup>109</sup> Três semanas depois, Daury Monteiro cumprimentou Antônio Carlos Konder Reis lhe informando que tinha tomado todas as providências no porto de Itajaí. Monteiro era o capitão dos portos do Estado. Segundo ele, uma viatura do Ministério da Agricultura tinha ficado responsável pelo recolhimento e destino do lixo das embarcações.<sup>110</sup>

Um certo Manuel Tomaz também teve sorte. No fim de junho, ele foi acusado pela reportagem do jornal *Diários Associados* de manter “uma criação clandestina de porcos nos fundos da casa”. Manuel morava na “Vila São João, em Capoeiras”, na capital do Estado. O jornal estava cobrando das autoridades sanitárias a “Portaria assinada pelos secretários da agricultura e da saúde, Carlos Antônio Azambuja

---

<sup>108</sup> *O Estado*, Florianópolis, 8 de julho de 1978, p. 5.

<sup>109</sup> *O Estado*, Florianópolis, 20 de junho de 1978, p. 3.

<sup>110</sup> *O Estado*, Florianópolis, 11 de julho de 1978, p. 5.

Loch e Eduardo Cordeiro dos Santos Neto”. Manuel Tomaz, no entanto, acreditava que “a peste suína sempre existiu e foi agora que colocaram esse nome de peste africana”. Manuel criava porcos há dez anos.<sup>111</sup> De acordo com Carlos e Eduardo, as autoridades sanitárias deveriam desde a semana anterior:

- A) Atuar nos monturos públicos, com a estreita colaboração das autoridades públicas municipais e policiais, para:
  - 1. Coibir que se crie animais, principalmente suínos, nesses locais, providenciando, inclusive, o sacrifício dos suínos ali encontrados.
  - 2. Proibir que sejam utilizados restos alimentares, oriundos desses locais, na alimentação animal, mormente na de suínos.
  - 3. Identificar os criatórios de suínos que tenham utilizado tais restos alimentares, inclusive de resíduos de abatedouros sem Selo de Inspeção Federal e, em decorrência, interditá-los pelo período de 21 dias.
  - 4. Providenciar para que, a partir da atuação inicial, todo monturo recém chegado receba tratamento adequado e seja incinerado diariamente.
- B) Atuar junto a bares, restaurantes, rodoviárias, portos, aeroportos, hospitais, escolas, hotéis e similares, afim de:
  - 1. Proibir a utilização de restos alimentares provenientes desses estabelecimentos para alimentação animal, mormente na de suínos e na hipótese de

---

<sup>111</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 29 de junho de 1978, matéria de capa.

detectado qualquer criatório que esteja usando tais resíduos, promover a indispensável interdição da propriedade e, igualmente, a interdição do estabelecimento infrator. (Código Sanitário).

2. Providenciar nos municípios e localidades em que exista serviço de coleta pública de lixo que os restos arrecadados sejam depositados nos monturos públicos, onde receberão o tratamento adequado e onde não haja tal serviço determinar que os detritos em referência sejam enterrados em covas profundas.

<sup>112</sup>

Segundo as autoridades sanitárias, entretanto, a “operação destruição de lixo” não passou de uma “tênue atuação no início, integrada com a Saúde Pública e algumas prefeituras, desaparecendo posteriormente”.<sup>113</sup> Manoel Tomaz, todavia, também se queixou como os criadores do Vale do Itajaí. Segundo ele, ficaria “difícil alimentar os porcos somente à base de ração, porque o preço está muito caro”. De acordo com ele, ninguém queria “mais dar restos de comida”.<sup>114</sup>

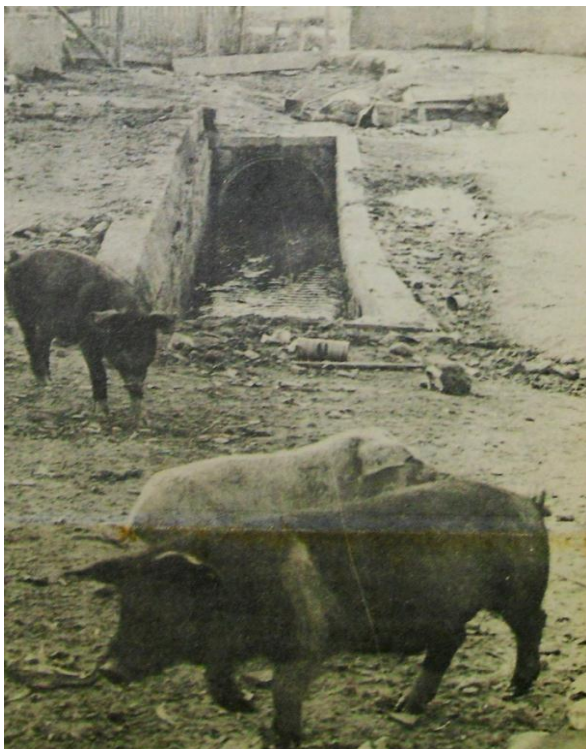
---

<sup>112</sup> Secretaria da Agricultura e Abastecimento/Secretaria da Saúde e Promoção Social de Santa Catarina. “Portaria s/n”, 21 de junho de 1978.

<sup>113</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 15.

<sup>114</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 29 de junho de 1978, matéria de capa.





*Diário Catarinense*, Florianópolis, 29 de junho de 1978, capa.

Joel da Costa Pereira não disse isto, mas duvido que acreditasse na presença da peste suína africana na região. No último dia de agosto, os vizinhos de Dirschnabel “mostraram-se irritados com a atitude da equipe e tentaram reagir” quando Joel da Costa Pereira, Heitor Martins Pinto, Antônio Sampaio e os soldados, e talvez Carlos Alberto de Melo, começaram os preparativos para o sacrifício ao amanhecer no município de Brusque. Segundo os criadores, “após a morte do primeiro leitão da propriedade do Sr. Oto Dirschnabel, nenhum outro suíno morreu”.<sup>115</sup> No mês passado, dois ou três dias depois da confirmação da doença em Brusque, Joel da Costa Pereira parecia sem convicção:

---

<sup>115</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de setembro de 1978, p. 5.

Enviamos à Coordenação de Defesa Sanitária Animal, na capital, um ofício com todos os detalhes a respeito da área contaminada em Brusque. Agora a Coordenação de Defesa Sanitária Animal em Florianópolis irá tomar as decisões para o caso.<sup>116</sup>

Lauro, Germano, Arnaldo, Arlindo, Arnaldo e o vizinho desconhecido argumentavam com Joel e com Sampaio que os animais estavam vivos após um mês e meio da morte do animal suspeito. Procurado por um repórter do jornal *O Estado* três ou quatro semanas antes de Antônio Sampaio realizar o levantamento da suspeita em Brusque, Joel da Costa Pereira havia explicado “o que é a peste”. De acordo com ele:

É uma zoonose virótica, causada por um vírus, altamente contagiosa, hiper aguda, febril e septicêmica do porco doméstico, que se caracteriza por hemorragias pronunciadas nos órgãos internos, mortalidade bem próxima dos 100 por cento e cianose na pele (a pele adquire uma coloração azulada e manchada).<sup>117</sup>

Além de ter ouvido o grunhido de quatro animais mestiços no dia do sacrifício sanitário, mantidos num cercado de alvenaria para consumo caseiro sem assistência técnica, Joel da Costa Pereira sabia que Oto Dirschnabel não tinha vacinado os seus animais contra a peste suína clássica. Ele mesmo, Antônio Sampaio, ou um veterinário incumbido por ele, registraram que o rebanho não tinha vacinação contra peste suína clássica ao preencher o formulário de notificação do caso.<sup>118</sup>

Joel da Costa Pereira se decepçionaria mais algumas vezes depois da confirmação da peste suína africana em Brusque. Em meados

---

<sup>116</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de agosto de 1978, p. 3.

<sup>117</sup> *O Estado*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5.

<sup>118</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 31.

de outubro, a Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina confirmou a doença em Blumenau após 60 dias de espera. Segundo as autoridades sanitárias, o material foi encaminhado dia 17 de agosto de Florianópolis para o Rio de Janeiro. Antes disso, ele ficou aproximadamente 15 dias de molho na capital.<sup>119</sup> Joel aguardava a “confirmação ou não da suspeita” desde o último dia do mês de julho.

No entanto, ele estava otimista em relação a ela. No mesmo dia do despacho de Blumenau, declarou que “difícilmente o exame será positivo, pois os sintomas da morte do animal em nada se comparam com aqueles atacados pelo vírus da peste suína africana”. De acordo com ele, “um leitãozinho da granja da Prefeitura Municipal” havia morrido há alguns dias.<sup>120</sup> Mesmo assim, Joel da Costa Pereira teve que acompanhar o sacrifício de 121 animais da criação da prefeitura depois do dia 17 de outubro, quando receberia a notícia da confirmação.<sup>121</sup> Joel sabia, além disso, que a Secretaria de Agricultura do município havia vacinado o rebanho de reprodutores contra peste suína clássica, mas também sabia que a vacinação tinha sido realizada dia “29 de setembro”, há mais de um mês e meio depois da autópsia do animal suspeito.<sup>122</sup> Ele estava prestando o seu último serviço no combate à peste suína africana na região. Joel era o chefe da Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado na Área de Blumenau.

Depois da segunda semana de setembro, um certo Amim Stazum recebeu pela terceira e última vez as autoridades sanitárias em sua residência no município de Massaranduba. Apesar da crescente agitação na região, parece que Amim Stazum entrou realmente em contato com elas na primeira vez, em meados de junho. Segundo ele:

Algun tempo atrás, um animal morreu e o veterinário veio aqui na minha propriedade fazer a coleta necessária do material para ser enviada ao laboratório. Depois de alguns dias, voltou novamente para fazer a comunicação de que o animal tinha

---

<sup>119</sup> Idem, p. 34.

<sup>120</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de agosto de 1978, p. 14

<sup>121</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op cit. p. 34.

<sup>122</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 29 e 31.

morrido em virtude da Peste Suína  
Africana.<sup>123</sup>

Na última vez, entretanto, Amim Stazum não deve ter oferecido-lhes sequer um cafezinho. As autoridades sanitárias vieram acompanhadas de soldados da Polícia Militar. Quando reapareceram de novo, fizeram também uma visita a quatro vizinhos seus e acabaram recolhendo 138 porcos no total para o sacrifício sanitário.<sup>124</sup> Ele e seus vizinhos ainda tentaram, antes disso, salvar os animais. Amim deve ter prestado atenção nas explicações do veterinário que atendeu a ocorrência na localidade de Ribeirão Vilde. No fim da primeira semana de setembro, um vizinho dele “mais exaltado” disse que “não existe nenhuma peste suína, pois se assim fosse, todos os animais porcos já estariam mortos, pois o primeiro morreu faz mais de 90 dias”.<sup>125</sup> Joel da Costa Pereira provavelmente se interessou do caso, se ele mesmo não fora o veterinário que foi conferir a suspeita. Massaranduba está a menos de 40 km ao norte de Blumenau.

Joel da Costa Pereira também sabia que os animais para abate industrial da raça cruza de Amim Stazum não recebiam assistência técnica regular, como os animais de Oto Dirschnabel, no entanto, tinha conhecimento de que eles tinham sido vacinados contra peste suína clássica, embora a criação também não tinha vínculo com cooperativa ou indústria. Ele devia saber, contudo, que Amim Stazum foi atrás da vacinação dois dias depois do animal que viria a ser suspeito adoecer e quatro dias antes da Coordenação de Defesa Sanitária Animal encaminhar a amostra para o Rio de Janeiro.<sup>126</sup> A quadrícula raça cruza deveria ser assinalada pelo veterinário responsável pela notificação quando fosse verificada “uma raça definida, produto de linha genética com pedigree”, embora sem registros no Pig Book.<sup>127</sup> O Pig Book é o registro da origem dos animais organizado pelas associações de criadores de suínos.

---

<sup>123</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 09 de setembro de 1978, p. 17

<sup>124</sup> Relatório referente aos trabalhos, op. cit, p. 34.

<sup>125</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 09 de setembro de 1978, p. 17.

<sup>126</sup> *Relatório referente aos Trabalhos*, op. cit, p. 29, 31 e 32.

<sup>127</sup> Ministério da Agricultura. “Manual de Procedimento para notificação e informação: peste suína africana”. Brasília, 1978. p. 10.

Na primeira semana de setembro, Edgar Will “quando consultado nada quis dizer, ficando completamente mudo, principalmente quando tomou conhecimento de que se tratava de repórteres”. Segundo alguns vizinhos, ele tinha a expectativa de receber “o quanto antes a indenização pelo abate de seus animais”.<sup>128</sup> Fazia poucos dias que um pelotão de Rio do Sul dera fim a 369 animais, depois dum recorde do laboratório do Rio de Janeiro. As autoridades sanitárias puderam retornar ao local da suspeita no município de Agrolândia em menos de dez dias. Desde o dia 16 de agosto, elas tinham em mãos a condenação do rebanho por peste suína africana.<sup>129</sup>

Alguns contrerrâneos de Edgar Will, entretanto, estavam buscando uma “explicação junto às autoridades sanitárias para o problema”. De acordo com os vizinhos de Edgar, “depois que foi constatado o surto com a morte de alguns porcos, os outros continuaram se alimentando normalmente, não se registrando qualquer novo caso”. Eles estavam inconformados que “todo o rebanho foi sacrificado”. As autoridades sanitárias, no entanto, “nada informaram” segundo os criadores de Agrolândia.<sup>130</sup> Joel da Costa Pereira devia saber, no entanto, que os animais para abate industrial de Will tinham recebido vacinação contra peste suína da Cia Jensen mais ou menos 15 dias antes da colheita da amostra. A suspeita começou na primeira semana de agosto, e parte dos animais sacrificados no município era, na verdade, dum vizinho de Edgar Will.<sup>131</sup> Agrolândia fica a cerca de 30 km do município de Rio do Sul, que por sua vez está a mais ou menos 100 km de Blumenau na direção oeste.

O problema de Joel da Costa Pereira começou, na realidade, em meados de julho, com a cofirmação laboratorial da primeira suspeita na região, aproximadamente 10 dias antes da confirmação em Brusque. José Alcides Menezes, no entanto, talvez tenha desistido do combate à doença por causa disso no mês de agosto. No fim da segunda semana de agosto, José Alcides “disse que se isso for peste todos nós veterinários devemos voltar aos bancos escolares”. José havia sido perguntado sobre “a matança de suínos em Schroeder”. Ele não conseguiu se aguentar. Junto com outros colegas de profissão, José teria visto com os próprios

---

<sup>128</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 6 e 7 de setembro de 1978, p. 7.

<sup>129</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 34 e 35.

<sup>130</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 6 e 7 de setembro de 1978, p. 7.

<sup>131</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 29, 31, 34 e 35.

olhos o sacrifício de “suínos completamente sadios” há poucos dias no município.<sup>132</sup> Há cerca de uma semana, um certo Aldo Passold e doze vizinhos tinham perdido juntos 76 porcos no município. Segundo Aldo Passold, as autoridades retornaram “somente 38 dias depois para abater os animais”. Entre a confirmação da doença no dia 19 de julho e a primeira semana de agosto, Aldo Passold perdeu 43 animais criados para a venda de reprodutores sem vínculo à cooperativa ou indústria.<sup>133</sup>

José Alcides Menezes vinha cumprindo com as suas obrigações no norte do Estado de Santa Catarina. Três ou quatro dias antes da suspeita em Schroeder, por volta do dia 20 de junho, ele alertou os criadores da região sobre os “sintomas da doença”. José Alcides Menezes coordenava o Departamento de Higiene e Inspeção Veterinária da Secretaria de Serviços Públicos da prefeitura de Joinville. O município de Joinville fica ao lado de Schroeder. De acordo com ele:

Febre elevada chegando a 42 graus é o primeiro sintoma da peste africana nos suínos. Durante o segundo dia, os animais ficam abatidos com dificuldades de locomoção, enquanto o coração altera seus batimentos para mais, por minuto a respiração diminui devido ao edema pulmonar, provocando a morte em 72 horas. A morte atinge a 100%.<sup>134</sup>

José Alcides Menezes não cometeu nenhum desacato no início de agosto. Talvez apenas estivesse pensando na peste suína clássica, como Joel da Costa Pereira. Segundo as autoridades sanitárias, Aldo Passold tinha vacinado a sua criação contra a peste suína clássica, embora não costumava receber assistência técnica regular. A vacinação, contudo, tinha sido aplicada cinco dias antes do animal sob suspeita apresentar os primeiros sinais da suposta doença.<sup>135</sup> Carlos Azambuja Loch achava a mesma coisa a respeito da peste suína africana. Em

---

<sup>132</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 13 e 14 de agosto de 1978, p. 5.

<sup>133</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 27, 34 e 35.

<sup>134</sup> *Diário Catarinense*, Florianópolis, 22 de junho de 1978, p. 3.

<sup>135</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op cit, p. 31.

meados de junho, o secretário da agricultura do Estado havia publicado na imprensa um “alerta”. Segundo ele:

A peste suína africana é uma das doenças mais perigosas que ataca a suinocultura. Muito parecida com a peste suína comum, ela tem alto poder mortífero. Ela fulmina um rebanho em questão de poucos dias. E o que é mais grave ainda: não existe vacina nem tratamento contra a peste suína africana. Em nenhum lugar do mundo, nem mesmo nos países adiantados.<sup>136</sup>

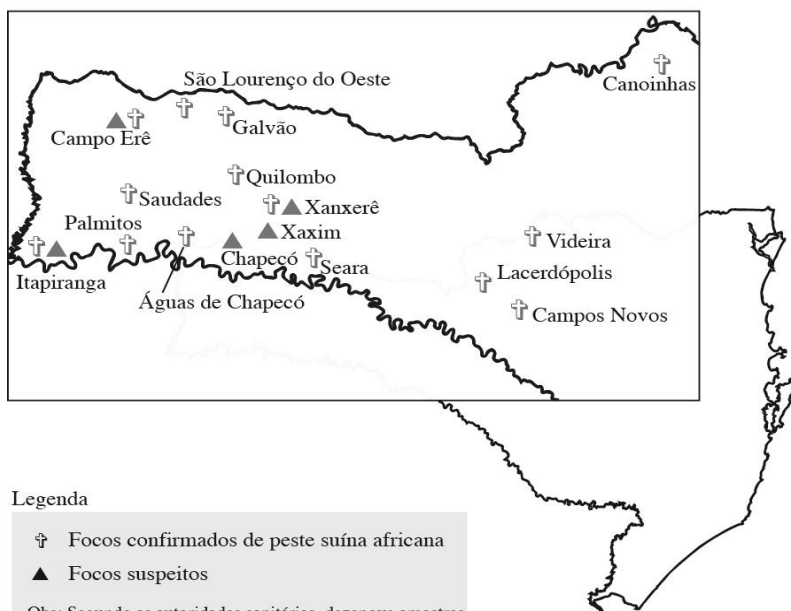
---

<sup>136</sup> *O Estado*, Florianópolis, 18 de junho de 1978, p. 10.





## MAPA - 3



## 4. OS ÚLTIMOS COMBATES

### 4.1 As últimas esperanças

No fim do dia primeiro de setembro de 1978, 159 porcos foram cremados no interior do município de Xanxerê por causa da peste suína africana segundo as autoridades sanitárias. Antes disso, os animais foram amontoados e liquidados ao longo daquela sexta-feira por 10 soldados do Segundo Batalhão da Polícia Militar de Chapecó com tiros de “fuzis de fabricação nacional”, sob as ordens do Segundo Tenente Norival Camelier. Alguns soldados tinham pernoitado no local. Na quinta-feira, três autoridades do Ministério da Agricultura haviam comandado o vaivém duma retroescaveira da prefeitura para a abertura duma vala de aproximadamente 20 metros de comprimento, mais de três de largura e quase três de profundidade. Os tiros nacionais, no entanto, não aplacaram os ânimos dos criadores. O clima no local estava carregado ao mesmo tempo de “tristeza e raiva”. Os “choros e lamúrias de criadores, mulheres e crianças”, assim como uma série de “impropérios” proferida contra os policiais e as autoridades sanitárias, ocorreram na localidade de Beira-Rio, ao lado do povoado São João. Os criadores continuavam não acreditando na peste suína africana.<sup>1</sup>

Durante a manhã de sexta-feira, um caminhão Mercedes-Benz percorrer a redondeza e recolheu todos os animais de oito vizinhos. Em seguida, Ibanor Guzatto, João Villani, Gumercindo Buiani, Raimundo Pagliarini, Nelson Belenone, Domingos Zuchi, Darvin Alberton e David Munsio Compagnoni, ou Compagnolo, se encontraram mais uma vez a certa distância do sacrifício.<sup>2</sup> De acordo com as autoridades sanitárias, o problema deles tinha começado na propriedade de David há cerca de dois meses, com a remessa duma amostra suspeita de peste suína africana para o Rio de Janeiro.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> *O Estado*, Florianópolis, 2 de setembro de 1978, p. 5.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos

Na quinta-feira, Jarbas de Oliveira saiu do município de Joaçaba, perto dali, e foi até lá, mas perdeu o dia conversando com os criadores em Xanxerê. Jarbas de Oliveira comandava a Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina na região oeste. A ideia dele era acalmar as “reações contrárias” para iniciar o sacrifício sem maiores problemas.<sup>4</sup> As autoridades sanitárias poderiam ter acabado com o foco desde o dia 5 de agosto, quando receberam a confirmação da suspeita do laboratório do Rio de Janeiro.<sup>5</sup> Ninguém, ou quase ninguém, entretanto, acreditava na doença na região.

Sem perder a pose, o governador tentou ajudar Jarbas de Oliveira e seus colegas da Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado no fim de semana anterior. Segundo Antônio Carlos Konder Reis, as “dúvidas quanto à presença da peste suína africana no Brasil e em Santa Catarina” não passavam da “busca de ilegítimas vantagens políticas” sobre a “santa ingenuidade dos suinocultores catarinenses”. De acordo com ele, “vozes estranhas” estavam tentando “angariar os votos livres conscientes e honestos da gente boa do interior de Santa Catarina”. Antônio Carlos Konder Reis não tinha encontrado um espelho no município de Maravilha. O governador fez essas e outras “retificações” diante de autoridades municipais, criadores, representantes de sindicatos rurais, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, representantes de cooperativas e de representantes de indústrias após o discurso de Carlos Antônio Azambuja Loch. Segundo o governador, o secretário da agricultura já tinha dito a “verdade” sobre “o que é a denominada peste suína africana”, a partir de “fatos de natureza técnica e científica”. Antônio Carlos Konder Reis estava, com o secretário da agricultura, de passagem por Maravilha no fim de semana anterior.<sup>6</sup>

Era o segundo fracasso do governador em poucos dias. Há cerca de dez dias, Antônio Carlos Konder Reis havia pedido a vários prefeitos que “levassem esclarecimentos aos suinocultores sobre a constatação efetiva da peste suína em Santa Catarina”. Segundo ele, “generalizaram-se as dúvidas” após as “explorações de natureza política”.

---

trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis: 1978. p. 34.

<sup>4</sup> *O Estado*, Florianópolis, primeiro de setembro de 1978, p. 5.

<sup>5</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 34.

<sup>6</sup> *O Estado*, Florianópolis, 27 de agosto de 1978, p. 3.

Representantes dos municípios de Anchieta, Anita Garibaldi, Cunha Porã, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Ipumirim, Itapiranga, Jaborá, Lacerdópolis, Lages, Mondaí, Palma Sola, São Carlos, São José do Cedro e São Lourenço do Oeste tinham ido até a capital no dia 15 de agosto para garantir um orçamento extra, com o intuito de minimizar as dificuldades enfrentadas com a estiagem desde o início do ano.<sup>7</sup>

O governador Antônio Carlos Konder Reis poderia ter ido muito bem à Xanxerê uma semana e pouco depois se quisesse resolver realmente a questão “quanto à existência ou não da peste suína”, ao invés de se deslocar com a sua comitiva até Maravilha. Ele estava em Chapecó um dia antes de se dirigir à Maravilha. Xanxerê fica aproximadamente 40 km de Chapecó, logo depois do município de Xaxim. Se tivesse ido, entretanto, dificilmente repetiria o que disse em Maravilha.

Se quisesse resolvê-la, o governador também poderia ter esticado a sua estadia pela região e ter ido ao município de Palmitos. Em Palmitos, ninguém acreditava na “notícia da peste”. Eu não sei se Antônio Balgner foi à Maravilha no fim de agosto, mas ele não reconheceu a doença em Palmitos no início da segunda semana do mês. Segundo ele, “se lá existe peste africana, então toda a região está contaminada”. Para ele, o que havia matado o único animal suspeito no município foi “alguma intoxicação alimentar ou mesmo a peste suína clássica”. Antônio Balgner presidia o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmitos e conhecia o acusado das autoridades sanitárias. De acordo com ele, um certo Pedro Detoni vinha perdendo alguns animais há três anos, mas os perdia por causa de “doenças normais”. O criador, segundo ele, não tinha preocupações sanitárias.<sup>8</sup>

O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmitos estava defendendo, segundo as autoridades sanitárias, um rebanho de 92 animais destinados ao abate industrial, mas sem vacinação contra a peste suína clássica, sem assistência técnica e sem vínculo a cooperativas ou a indústrias. Antônio Balgner estava ignorando o resultado de laboratório. A confirmação da suspeita tinha saído há quatro dias. A amostra de Palmitos foi embarcada junto com a amostra de Xanxerê para o Rio de Janeiro. Pedro Detoni e 30 vizinhos, no entanto, só perderam todos os

---

<sup>7</sup> *O Estado*, Florianópolis, 16 de agosto de 1978, p. 3

<sup>8</sup> *O Estado*, Florianópolis, 10 de agosto de 1978, p. 14.

seus 467 animais para as autoridades sanitárias <sup>9</sup> depois da primeira semana do mês seguinte, após o sacrifício em Xanxerê. Os policiais que fizeram o trabalho sujo em Xanxerê estavam cotados para também realizar o sacrifício em Palmitos. <sup>10</sup> Palmitos está há cerca de 60 km a oeste de Chapecó.

O governador também tinha outra opção se quisesse resolver as dúvidas na região oeste no fim de agosto. Em São Lourenço do Oeste, Walter Canalli estava inconformado com a acusação de “manter porcos com peste suína africana”, mesmo depois da confirmação do laboratório. Segundo ele, “todos estariam mortos” se estivessem infectados pelo vírus da doença. Walter Canalli se defendeu da injúria argumentando que “os demais porcos, em sua totalidade, permanecem vivos e sem qualquer sintoma da peste”. O criador garantiu, além disso, que os animais recebiam cuidados sanitários e que estavam submetidos a técnicas de manejo. <sup>11</sup>

Assim como Pedro Detoni em Palmitos, Walter Canalli contava com o apoio do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Oeste até o início da segunda semana de agosto pelo menos. Jaime Beltrame achava “um absurdo o resultado do exame”. As autoridades sanitárias sabiam do resultado dele há quatro dias. Ele chegou à capital no quinto dia do mês, junto com o laudo de Palmitos. De acordo com o criador e com o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, tudo começou com a chegada de Léo Carlos da Silveira ao município. Léo integrava a Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina e apareceu em São Lourenço do Oeste nos primeiros dias de julho, quando levantou a suspeita. <sup>12</sup>

Eu não sei se Léo Carlos da Silveira tomou coragem como Jarbas de Oliveira em Xanxerê e retornou a São Lourenço do Oeste para tentar convencer os criadores sobre a existência da doença, nem se ele acompanhou de perto o sacrifício após a primeira semana de setembro, mas seus colegas coordenariam, até o fim do ano, o recolhimento de 461 animais no município por causa da peste suína africana. Walter Canalli e 17 vizinhos perderam os animais para as autoridades sanitárias. Em São

---

<sup>9</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 27, 29, 31, 32, 34 e 35.

<sup>10</sup> *O Estado*, Florianópolis, 2 de setembro de 1978, p. 5.

<sup>11</sup> *O Estado*, Florianópolis, 10 de agosto de 1978, p. 4.

<sup>12</sup> *Idem*.

Lourenço do Oeste, as autoridades sanitárias confirmaram dois focos da doença. O segundo foco no município foi confirmado cerca de duas semanas depois da confirmação da doença na propriedade de Walter Canalli. As autoridades sanitárias confirmaram a segunda suspeita em São Lourenço do Oeste duas semanas após a confirmação da primeira. Walter Canalli talvez já conhecesse o veterinário Léo da Silveira. O suspeito do segundo foco com certeza o conhecia. De acordo com as autoridades sanitárias, a sua criação destinada ao abate industrial, mas sem vinculação com cooperativas ou indústrias, recebia assistência técnica regular da própria Coordenação de Defesa Sanitária Animal. A criação de Walter Canalli, também destinada ao abate industrial e também sem vinculação com cooperativa ou indústria, também recebia assistência técnica regular. Como a Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina se esqueceu de acompanhar a vacinação contra a peste suína clássica no rebanho de Walter Canalli.<sup>13</sup>

Opções não faltavam ao governador Antônio Carlos Konder Reis na região. Um dia depois do encaminhamento da primeira amostra de São Lourenço do Oeste, as autoridades também colocaram num avião em Florianópolis uma amostra duma suspeita do município de Itapiranga, com destino ao Rio de Janeiro. Cinco dias depois da confirmação, organizaram mais duas remessas oriundas do município de duas novas suspeitas. O resultado da primeira saiu dia 18 de agosto. O resultado das outras duas suspeitas saiu em meados de outubro. Até o fim do ano, as autoridades sanitárias retornaram ao município para sacrificar 842 animais de nove propriedades no município. As três criações suspeitas em Itapiranga também se destinavam ao abate industrial. Uma delas, no entanto, estava vinculada a Cooperativa Agropecuária de Itapiranga (Cooperita). Assim como as criações suspeitas em Palmitos e São Lourenço do Oeste, duas delas não estavam protegidas contra a peste suína clássica. As autoridades sanitárias registraram que apenas uma delas estava sem vacinação, no entanto, marcaram o dia das vacinações. Uma delas recebeu vacinação oito dias após o primeiro animal suspeito adoecer. Itapiranga faz divisa com o Rio Grande do Sul e fronteira com a Argentina. São Lourenço do Oeste

---

<sup>13</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 29, 31, 32, 34 e 35.

e Itapiranga foram os únicos municípios do estado a terem mais de um foco registrado pelas autoridades sanitárias no decorrer do ano.<sup>14</sup>

O veterinário Léo Silveira, da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina, talvez também tenha passado pelo município de Galvão no fim da segunda semana de julho. Cerca de 20 km separam o município de Galvão do município de São Lourenço do Oeste. No dia 13 desse mês, as autoridades sanitárias também encaminharam uma amostra com suspeita de peste suína africana dum plantel destinado ao abate industrial sem vínculos com cooperativa ou indústria. Desta vez, no entanto, a assistência técnica regular da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina garantiu a vacinação em dia do rebanho contra a peste suína clássica. Até o fim do ano, o proprietário da criação suspeita e três vizinhos perderam ao todo 310 animais. O resultado laboratorial saiu antes do fim de agosto.<sup>15</sup>

Tito Lívio, César Rojas, Mário Matus, Sérgio Coube, Milton Tiago de Melo, Ivan Rodrigues e José Alberto da Silva Lira também haviam fracassado. No início da segunda semana de agosto, eles “não convenceram a plateia” sobre a doença, nem sobre a implantação dum corredor sanitário para o transporte de animais vivos para o Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Alguns representantes da região levantaram na ocasião uma “dúvida sobre a legitimidade do diagnóstico divulgado pela Universidade do Rio de Janeiro”. Segundo eles, “no oeste catarinense, a ocorrência de mortes é mínima”. Eles argumentavam que “uma das características que comprovam a existência da epidemia é o alto índice de mortalidade das cabeças”. Tito, Sérgio, Ivan e José representavam o Ministério da Agricultura, César o laboratório no Rio, Mário o Banco Interamericano de Desenvolvimento e Milton a Universidade Federal da Bahia. Eles passaram toda a tarde do dia 9 de agosto fazendo isso no Tribunal de Contas do Estado na capital do Estado.<sup>16</sup>

Duas semanas depois, o ministro da agricultura perdeu toda a manhã de sexta-feira tentando fazer a mesma coisa por meio dum “diálogo franco com os produtores”. Segundo ele, as “variações climáticas e a diversidade de tratamento dispensado aos animais”

---

<sup>14</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 29, 31, 32, 34 e 35.

<sup>15</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, 27, 29, 31, 32, 34 e 35.

<sup>16</sup> *O Estado*, Florianópolis, 10 de agosto de 1978, p. 14.

estavam dificultando a precisão das autoridades sanitárias acerca do “comportamento da doença”. Por isso, de acordo com ele, a peste suína africana “ora apresenta alto índice de letalidade, ora baixo, ora é inofensiva a alguns animais”. Sobre a “autenticidade dos exames”, o ministro Alysson Paulinelli garantiu que eles vinham sendo “elaborados duas vezes para impedir qualquer margem de erro”. A respeito da presença de estrangeiros no combate à doença, disse que o país não tinha experiência e que a vinda deles fazia parte de “tratados sanitários da América Latina”.<sup>17</sup> Antônio Carlos Konder Reis esteve em Chapecó no dia 25 de agosto porque foi dar as boas vindas ao ministro da agricultura nesse dia.

O ministro da agricultura sentou-se em Chapecó ao lado do secretário nacional de defesa agropecuária nacional, do governador, do secretário da agricultura, dentre outras autoridades, e ficou diante de presidentes de sindicatos e cooperativas, empresários e criadores no auditório da Secretaria do Oeste. À tarde, no entanto, o ministro voltou a se sentar com Antônio Carlos Konder Reis, Carlos Azambuja Loch, com o prefeito de Chapecó e com as autoridades sanitárias “às portas fechadas” no gabinete da Secretaria de Estado do Oeste. Antes da “palestra” de Alysson Paulinelli de manhã, o governador pegou o microfone e leu para aproximadamente 300 pessoas “um documento subscrito por 39 cientistas brasileiros atestando a existência da Peste Suína Africana”.<sup>18</sup>

O ministro Alysson Paulinelli foi obrigado a ir à Chapecó quando quase ninguém acreditava na doença. A descrença já tinha se espalhado por toda a região no fim de agosto. No dia anterior, ou talvez antes disso, a Cooperativa Regional Arco Íris Ltda insistiu na questão com o ministro e com o governador através dum memorial. De acordo com a cooperativa, havia “um grande abismo entre as afirmações oficiais do que seja a Peste Suína Africana e o que está acontecendo em determinadas granjas, ditas como suspeitas”. Ela acabou não dizendo nada a respeito disso, mas acreditava que por trás da “propalada Peste Suína Africana” havia “tramas comerciais com intuítos ainda não definidos”. Quarenta e sete cooperativas da região acabaram apoiando o combate dela, assinando depois a reivindicação elaborada pelo Comitê

---

<sup>17</sup> *O Estado*, Florianópolis, 26 de agosto de 1978, p. 06.

<sup>18</sup> *O Estado*, Florianópolis, 26 de agosto de 1978, p. 6; *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 26 de agosto de 1978, p. 3.



Educativo da cooperativa.<sup>19</sup> Pedro Detoni, segundo as autoridades sanitárias, não fazia parte de nenhuma cooperativa em Palmitos, no entanto, a Cooperativa Regional Arco Íris Ltda reunia associados de Palmitos, Mondaí e Caíbi.<sup>20</sup> Mondaí e Caíbi são municípios vizinhos e estão ao lado de Palmitos na direção oeste, na fronteira com o Rio Grande do Sul. Pedro Detoni talvez tivesse vizinhos associados à cooperativa.

O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Oeste teve a chance de discutir o problema de Walter Canalli com vários colegas e com outros interessados no último fim de semana do mês de julho. No entanto, ele acabou não se deslocando de São Lourenço do Oeste para Chapecó no antepenúltimo dia do mês. O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmitos, por seu turno, saiu de Palmitos e estava em Chapecó no sábado para se encontrar com outros presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais da região. Ele se encontrou com Rosito Miglioranza, Arlindo Schwarz, Wilson Tissiani, Hélio Klein, Altair Cassol, José Cavasini, Adalberto Mechels, Ramildo Schwartz, Ricardo Maske, Rido Voltz, Luiz Vargas de Lima, Alcides Bonassin, José Konzen, José Mahle, Dorvalino Dariva, Almiro Cadore, Guido Konrath e com Manfredo Sallner. Eles também se encontraram no município, no mesmo dia e no mesmo local, com Vitor Batista Nunes, Eugênio Silvestre Dal Toé, Demétrio Brancher, Nelson Bauermann, Ary Luiz Bodanese, Lino Lidner, Helvino Hoppe, Valdomiro Forcelini, Luiz Arcari, Adão Erchwald, Lotário Lauschner e com João Averbeck.

Todos eles estavam desconfiados dum “tipo de Peste Suína Africana que dizem estar afetando os rebanhos suínos do país”. De acordo com eles, os animais em Santa Catarina permaneciam “até 40 dias na mais absoluta e saudável vivência”, isso “depois dos sintomas da “peste”” e “a despeito dos laudos laboratoriais indicarem tratar-se da Peste Suína Africana”. Eles também não aceitavam a possibilidade de estar “sendo manipulados por irresponsáveis, ou quíça inimigos de

---

<sup>19</sup> *O Estado*, Florianópolis, 25 de agosto de 1978, 5.

<sup>20</sup> PRATES, Arlene Maria Mikot. “Atuação estatal no cooperativismo agrícola catarinense”: o caso da Cooperativa Regional Alfa (1975-1979). Florianópolis: UFSC, 1981. (Dissertação em História).

nossa pátria e de nossa gente” através da “propalada peste suína africana”.<sup>21</sup>

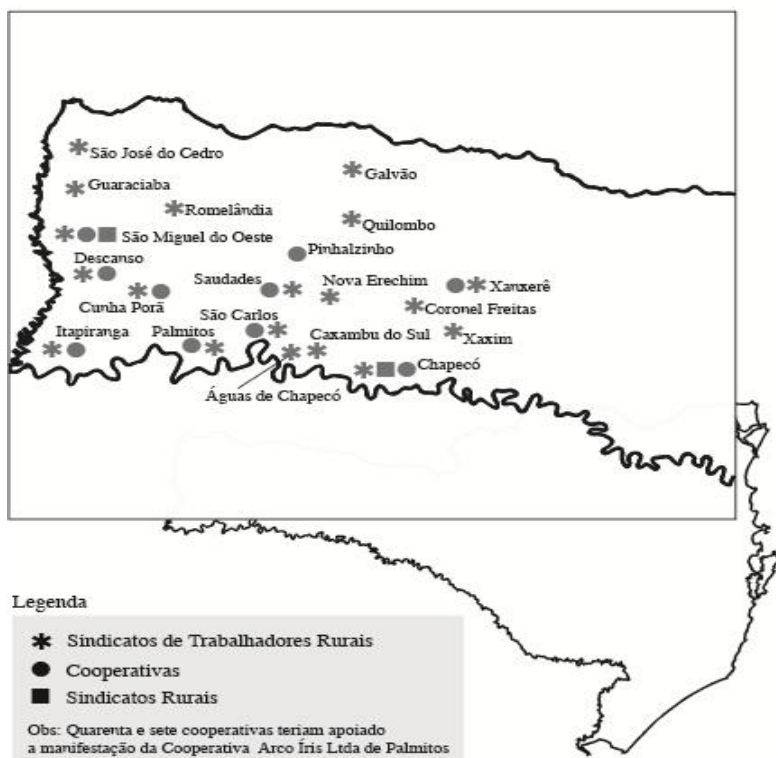
Rosito, Arlindo, Wilson, Hélio, Altair, José Cavasini, Adalberto, Ramildo, Ricardo, Rido, Luiz, Alcides, José Konzen, José Mahle, Dorvalino, Almiro, Guido e Manfredo representavam, respectivamente, o Sindicato de Trabalhadores Rurais dos municípios de Xanxerê, Chapecó, Xaxim, Quilombo, Nova Erechim, Guaraciaba, Itapiranga, Caxambú do Sul, Águas de Chapecó, São Miguel do Oeste, Coronel Freitas, Galvão, Romelândia, Saudades, São José do Cedro, Descanso, São Carlos e de Cunha Porã.

Demétrio, Nelson, Ary, Lino, Helvino, Valdomiro, Luiz, Adão, Lotário e João estavam lá, respectivamente, em nome da Cooperativa Regional Itaipú Ltda de Pinhalzinho, da Cooperativa Regional Auriverde Ltda de Cunha Porã, da Cooperativa Regional Alfa Ltda de Chapecó, da Cooperativa Agropecuária São Miguel do Oeste Ltda de São Miguel do Oeste, da Cooperativa Regional Arco Íris Ltda de Palmitos, da Cooperativa Agropecuária Santa Lucia Ltda de Descanso, da Cooperativa Regional Pindorama Ltda de Xanxerê, da Cooperativa Agropecuária de Saudades Ltda de Saudades, da Cooperativa Agropecuária São Carlos Ltda de São Carlos e da Cooperativa Agropecuária Itapiranga Ltda de Itapiranga.

---

<sup>21</sup> *O Estado*, Florianópolis, 3 de agosto de 1978, p. 9

## MAPA - 4



Rosito também representava a Federação dos Trabalhadores Rurais de Santa Catarina e Ary a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina. Vitor e Eugênio deixaram de lado as desavenças com Rosito e seus colegas. Vitor representava o Sindicato Rural de Chapecó e Eugênio o Sindicato Rural de São Miguel do Oeste. No fim do dia, todos prometeram a Alysson Paulinelli, a Antônio Carlos Konder Reis, a Carlos Azambuja Loch e a Comissão de Erradicação da Peste Suína Africana que não desistiriam da questão até que não conseguissem “vislumbrar a verdade, a justiça e o direito de sobrevivência de dezenas de milhares de famílias rurais”.<sup>22</sup>

Rosito Miglioranza, Antônio Balgner, Adalberto Mechels e Alcides Bonassin deviam ter, especialmente, alguma esperança no fim de julho. A Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina e a Delegacia Federal da Agricultura na capital não tinham ainda em mãos a confirmação da suspeita de Xanxerê, Palmitos, Itapitanga e de Galvão. Elas receberiam o resultado positivo da doença em Xanxerê e Palmitos no sábado seguinte e a confirmação da suspeita em Itapiranga e Galvão duas semanas depois disso.

A esperança deles, além disso, deve ter crescido nos últimos dias. Há poucos dias, a Delegacia Federal da Agricultura em Santa Catarina tinha recebido do Rio de Janeiro “três resultados negativos” de amostras da região. Alcides Bonassin provavelmente estava confiante com o problema no município de Galvão. Alguns dias antes ou alguns

---

<sup>22</sup> Idem. A partir de meados dos anos 60, houve uma corrida municipal para a formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Sindicatos Rurais no Estado de Santa Catarina. Pequenos proprietários podiam legalmente se filiar tanto num como no outro, VERÍSSIMO, Marise da Silveira. “A política agrária nacional e a formação do sindicato dos trabalhadores em Santa Catarina”. In: \_\_\_\_\_. DIAS, José de Souza (Org). Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1988. p. 59-84. De acordo com Zacarias Pedro Schmitz, a animosidade entre eles era fruto de divergências políticas a respeito da representação. Zacarias foi o primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Santa Catarina em. 1968. No município de Caçador, Euclides Canalli e outras pessoas tiveram que correr para se antecipar a iniciativa de Francisco Caetano Bastos. De acordo com ele, Bastos representava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no município e estava articulando em 1967 a transformação da Associação Rural de Caçador em um Sindicato Rural, SILVA, Francisco da Cunha. “Fetaesc”: 40 anos promovendo agricultura sustentável. São José: Fetaesc, 2008.

dias depois de visitar a propriedade de Walter Canalli em São Lourenço do Oeste no fim da primeira semana de julho e de levantar a suspeita no município de Galvão na semana seguinte, as autoridades sanitárias suspeitaram dum caso de peste suína africana no município de Campo Erê. Campo Erê fica aproximadamente há 60 km de Galvão. Antes do fim de julho, autoridades sanitárias desmentiram a suspeita em Campo Erê.<sup>23</sup>

Ninguém de Campo Erê compareceu em Chapecó naquela ocasião, no entanto, talvez o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município tenha se arrependido disso. As autoridades sanitárias voltaram pela terceira vez ao município após a segunda metade de outubro para sacrificar 38 animais de uma propriedade. O criador desconhecido de Campo Erê também tinha uma criação para abate industrial sem vínculo com cooperativa ou indústria, sem assistência técnica regular e sem cobertura contra a peste suína clássica. Segundo as autoridades sanitárias, a segunda suspeita no município começou um mês e meio depois do resultado negativo da primeira suspeita no município.<sup>24</sup>

Adalberto Mechels talvez estivesse mais esperançoso do que Rosito Miglioranza, Antônio Balgner e Alcides Bonassin. Adalberto Mechels não conseguiu se livrar das autoridades sanitárias depois de meados de agosto, mas as autoridades sanitárias também voltaram atrás no município de Itapiranga por volta da última semana de julho. Elas também desmentiram a primeira suspeita no município antes do fim de julho.<sup>25</sup>

Todos que estavam em Chapecó no fim de julho provavelmente também sabiam do desfecho da suspeita levantada no município. Quatro dias antes deles se encontrarem em Chapecó no fim de julho, Ledônio Magliorini voltou à questão. Ele tinha dúvidas se “existe mesmo peste suína africana”. Ledônio disse isso na frente de Vitor Batista Nunes, de outros representantes de frigoríficos, de suinocultores, de prefeitos e de representantes de sindicatos no auditório da Secretaria do Oeste em Chapecó. Ledônio Magliorini era o diretor de compras da Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (como é mais conhecido o

---

<sup>23</sup> *O Estado*, Florianópolis, 28 de julho de 1978, p. 13.

<sup>24</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 27, 29, 31, 32, 34 e 35.

<sup>25</sup> *O Estado*, Florianópolis, 28 de julho de 1978, p. 13.

Frigorífico Chapecó) e presidente da Câmara Municipal pela Aliança Renovadora Nacional. Vitor Batista Nunes, além de presidente do Sindicato Rural do município, era também vereador pela ARENA, e o diretor da Coopercentral (como é mais conhecida a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda). <sup>26</sup> Eu não sei se Vitor Batista Nunes disse algo a respeito disso nesse dia, mas ele e Ledônio Magliorini ainda estavam provavelmente apreensivos com o resultado laboratorial duma amostra colhida no município há mais de um mês.

O nervosismo dos dois havia começado em meados do mês anterior. O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura reabriu dia 19 de junho a entrada de animais para abate na Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó e na Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda depois de “dois dias de inatividade”. As autoridades sanitárias tinham suspeitado na sexta-feira dum “animal detectado em linha de matança que teria apresentado sintomas semelhantes à temida moléstia”. Ledônio Magliorini e Vitor Batista Nunes acreditavam, no entanto, que a “decisão dos técnicos foi precipitada”. Segundo eles, “a doença que vitimou o animal era uma moléstia peculiar em suínos”. <sup>27</sup> Junto com o resultado negativo de Campo Erê e Itapiranga no fim de julho, as autoridades sanitárias revelaram o resultado negativo da suspeita em Chapecó. <sup>28</sup>

Vitor Batista Nunes também havia deixado de lado as desavenças com Ledônio Magliorini. A Cooperativa Central Oeste Catarinense tinha enfrentado Plínio Arlindo de Nes há cerca de quatros. Plínio não via bons olhos a instalação dum frigorífico pela Coopercentral em Chapecó. Plínio era um dos donos do Frigorífico Chapecó. Na época, ele e Atílio Fontana dificultaram a viabilização do negócio no município. Plínio também era o secretário da Secretaria do Oeste, e Atílio Fontana era um dos donos da Sadia e vice-governador de Santa Catarina. O Banco do Brasil, por sua vez, apoiou o negócio, desde que a cooperativa não construísse uma nova planta industrial. Em 1974,

---

<sup>26</sup> *O Estado*, Florianópolis, 26 de julho de 1978, p. 13.

<sup>27</sup> *O Estado*, Florianópolis, 22 de junho de 1978, p. 5.

<sup>28</sup> *O Estado*, Florianópolis, 28 de julho de 1978, p. 13.

o Frigorífico Marafon acabou voltando a enegrecer o céu de Chapecó sob o domínio da Coopercentral.<sup>29</sup>

Os presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais, os presidentes das cooperativas e os presidentes dos sindicatos rurais provavelmente também sabiam que outras três suspeitas da região não haviam sido confirmadas pelas autoridades sanitárias antes de se reunirem em Chapecó no fim de julho. Hélio Klein, Rosito Miglioranza e Wilson Tissiani acabaram não se incomodando com as autoridades sanitárias no mês anterior por causa da peste suína africana. Por volta do dia 20 de junho, a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária desmentiu as suspeitas levantadas nos municípios de “Quilombo, Xanxerê e Xaxim”. Segundo as autoridades sanitárias, os três focos “não foram confirmados pelos exames laboratoriais realizados no Rio de Janeiro”.<sup>30</sup>

Mesmo assim, Hélio Klein e Wilson Tissiani não só se juntaram a Rosito Miglioranza e outros presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais em Chapecó no fim de julho, mas se reuniram em Quilombo com Luiz Vargas de Lima, Altair Cassol, Ricardo Manske, Rainildo Schwartz e Arlindo Schwarz na semana anterior. Os presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais de Quilombo, Xaxim, Coronel Freitas, Nova Erechim, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul e de Chapecó solicitavam, entre outras coisas, que as análises das amostras fossem feitas “por mais de um laboratório, de preferência ligados a países que já enfrentaram o problema, como França, Portugal, Espanha e outros”. De acordo com eles, o laboratório do Rio de Janeiro não estava “assinando os laudos comprobatórios da ocorrência da peste”.<sup>31</sup>

Hélio Klein e Wilson Tissiani também não se incomodariam com as autoridades sanitárias depois de junho, assim como Arlindo Schwarz, Altair Cassol, José Cavasini, Rainildo Schwartz, Rido Voltz, Luiz Vargas de Lima, José Konzen, e Dorvalino Dariva. De acordo com as autoridades sanitárias, nenhum foco foi registrado até o fim do ano em Quilombo, Xaxim, Chapecó, Nova Erechim, Guaraciaba, Caxambu do Sul, São Miguel do Oeste, Coronel Freitas, Romelândia e São José

---

<sup>29</sup> PRATES, Arlene, op. cit. GOULARTI FILHO, Alcides. “Formação econômica de Santa Catarina”. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

<sup>30</sup> *O Estado*, Florianópolis, 21 de junho de 1978, p. 5.

<sup>31</sup> *O Estado*, Florianópolis, 22 de julho de 1978, p. 13.

do Cedro. Eu não encontrei, além disso, mais nenhuma suspeita. Jarbas de Oliveira e seus colegas da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina, entretanto, talvez tenham passado por lá e colhido material suspeito. De acordo com as autoridades sanitárias, 33 materiais ao todo foram coletados na região de Chapecó entre junho e dezembro. Dezenove deles tiveram resultados negativos.<sup>32</sup>

José Mahle e Adão Erchwald, no entanto, devem ter presenciado a movimentação das autoridades sanitárias no município de Saudades. Depois do dia 22 de agosto, elas voltaram com alguns policiais para sacrificar 992 animais de 24 vizinhos no município. O resultado da amostra deu positivo para peste suína africana nesse dia. O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município e o presidente da Cooperativa Agropecuária de Saudades provavelmente ficaram sabendo do problema quatro dias após retornarem de Chapecó. O material para análise foi encaminhado ao laboratório no Rio de Janeiro no dia 3 de agosto. As autoridades sanitárias suspeitaram dum rebanho de 381 animais também destinado ao abate industrial, com vínculo com a Cooperativa Agropecuária de Saudades. A criação do suspeito desta vez recebia assistência técnica da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina e estava protegida contra a peste suína clássica.<sup>33</sup>

Ricardo Manske também teve que enfrentar o problema de perto em outubro. As autoridades sanitárias confirmaram a suspeita do município de Águas de Chapecó na metade desse mês. O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Águas de Chapecó e Vitor Nunes Batista provavelmente sabiam da suspeita desde o último dia de agosto, quando os colegas de Jarbas de Oliveira e de Léo da Silveira, ou eles mesmos, colheram uma amostra no município, dum rebanho com vacinação contra peste suína clássica, mas com um histórico de doença do edema. O suspeito dava conta dum rebanho de 49 animais sem assistência técnica regular, mas também destinado ao abate industrial através da Cooperalfa.<sup>34</sup> Vitor Batista Nunes devia saber do problema em Águas de Chapecó porque a Cooperativa Regional Alfa fazia parte da Cooperativa Central Oeste Catarinense. A Cooperativa Central Oeste Catarinense foi formada no fim dos anos 60 com a união da Cooperativa

---

<sup>32</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 26 e 34.

<sup>33</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 27, 31, 32, 34 e 35.

<sup>34</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, 27, 29, 31, 32, e 34.



Mista Agropastoril de Chapecó, Cooperativa Mista Xaxiense, Cooperativa Mista de Xanxerê, Cooperativa Mista Lajeado Grande, Cooperativa Mista Palmitos, Cooperativa Agropecuária de São Carlos, Cooperativa Laticínios Chapecó e da Cooperativa Mista Modelense. A Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó se transformou na Cooperativa Regional Alfa em 1974.<sup>35</sup> Em Águas de Chapecó, no entanto, o serviço foi rápido. De acordo com as autoridades sanitárias, dois criadores tiveram 76 animais sacrificados até o fim do ano.<sup>36</sup>

## 4.2 O fim das esperanças

O chefe da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina da região de Joaçaba foi à Xanxerê no último dia de agosto de 1978 porque os criadores continuavam resistindo no interior do município. Ibanor Guzatto, João Villani, Gumerindo Buiani, Raimundo Pagliariani, Nelson Belenone, Domingos Zuchi, Darvin Alberton e David Compagnoni não estavam mais sós no fim deste mês. No domingo anterior, eles e inúmeros vizinhos cogitaram “até a usar a força” para impedir o sacrifício dos animais no Distrito de Beira-Rio.<sup>37</sup>

Um certo Ivo Starcher, um certo Adolfo Della Picolla e um certo Alfredo Grando não tiveram as suas propriedades interditadas pelas autoridades sanitárias por causa da suspeita de peste suína africana, mas eles e outros criadores no município estavam revoltados com elas no fim de agosto. Segundo eles, alguns compradores de porcos, como um certo Cláudio Jack, um certo Pedro Pegoraro, um certo Mateus Biasecki e um certo José Ribas da Costa, tinham se tornado ainda mais aviltadores de preços por causa do rebaixamento feito pelos frigoríficos. De acordo com os criadores, os frigoríficos da região não tinham passado a respeitar o preço básico anunciado pelo Ministro da Agricultura para tentar contornar a crise. Além disso, eles estavam se queixando de que os frigoríficos estavam se recusando a aceitar os animais de “toda a região”, com medo de que eles também estivessem afetados pela doença. Ivo Starcher, Adolfo Della Picolla, Alfredo

---

<sup>35</sup> PRATES, Arlene., op. cit.

<sup>36</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, 35.

<sup>37</sup> *O Estado*, Florianópolis, 29 de agosto de 1978, p. 9.

Grande e seus vizinhos estavam tendo que se virar para manter “mais de mil suínos prontos para o abate, estocados nos criatórios” no município, com o “alto custo do milho e da ração”.<sup>38</sup>

Quem deles ainda não soubesse da suspeita de peste suína africana em Xanxerê até o último fim de semana de agosto ouviria de David Muncio Compagnoni naquele domingo que a “causa da morte do suíno foi infecção”. Segundo ele, o animal suspeito acabou morrendo de “hemorragia e infecção” alguns dias depois duma “castração sem cuidados profiláticos e higiênicos”. Eles também ficariam sabendo de David Compagnoni que já havia se passado “82 dias sem que qualquer outro animal apresentasse sintoma da peste” em sua criação. Ibanor Guzzatto, João Villani, Gumercindo Buiani, Raimundo Pagliarini, Nelson Belenone, Domingos Zuchi e Darvin Alberton, por sua vez, também garantiram na oportunidade que “não registraram nenhuma mortandade” em suas criações desde então. De acordo com os criadores, as autoridades sanitárias “se enganaram ao indicar a ocorrência da peste”. Segundo eles, elas “não queriam se rebaixar agora” porque teriam que “modificar a conclusão dos estudos e dos exames laboratoriais”. Eles tinham passado praticamente todo o dia 27 de agosto discutindo o assunto nas margens do Rio Chapecó, há aproximadamente 40 km da sede do município.<sup>39</sup>

O chefe da Coordenação da Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina na região de Joaçaba tentou fazer no último dia de agosto o que o seu colega José Alves de Souza não tinha conseguido há cerca de três semanas. Depois do dia 5 de agosto, José Alves de Souza provavelmente retornou pela segunda vez ao Distrito de Beira-Rio para confirmar a suspeita de peste suína africana, para interditar as propriedades de Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darvin e David e para lhes dizer que os animais seriam infelizmente logo sacrificados por causa da doença. José Alves de Souza era veterinário da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina.

De acordo com Ivo Starcher, Adolfo Della Picolla e Alfredo Grando, a reunião dos criadores realizada no interior do município tinha sido “a primeira verdadeiramente autêntica”. Segundo os “idealizadores”, ninguém do “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

---

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Idem.

Xanxerê”, bem como ninguém da “Prefeitura Municipal”, esteve presente.<sup>40</sup> Eles não devem ter sido convidados para a ocasião.

O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xanxerê também não acreditava na peste suína africana. Rosito Miglioranza negou a existência da “peste suína no município de Xanxerê” na segunda semana de agosto, assim que ficara sabendo da confirmação laboratorial da doença. O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município argumentava que a maior parte dos criadores em Xanxerê seguia as “normas básicas de higiene e profilaxia”. Para ele, David Compagnoni era “uma exceção”. Rosito Miglioranza sustentava, no entanto, que o animal suspeito de David Compagnoni tinha morrido “em decorrência de lombrigas”. Ele próprio teria examinado a “carcaça do animal vitimado” na primeira semana do mês de julho, quando a amostra fora colhida e encaminhada ao Rio de Janeiro, junto com o material coletado de Palmitos e de São Lourenço do Oeste. Rosito, além disso, tinha ficado sabendo dos “próprios técnicos do Ministério da Agricultura” que o governo pretendia “implantar um novo sistema de produção de suínos com técnicas mais sofisticadas”.<sup>41</sup> Nos primeiros dias de junho, criadores, agentes da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, técnicos de fomentos industriais e pesquisadores do Centro Nacional de Suínos se reuniram mais uma vez em Concórdia para traçar diretrizes para a produção de suínos na região oeste do Estado.<sup>42</sup>

Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darwin e David talvez tenham ido, como seus vizinhos, marcar uma consulta odontológica ou médica no sindicato do município nos últimos anos, ou quem sabe encaminhar a aposentadoria. Esperavam, contudo, muito mais de Rosito Miglioranza a partir da segunda semana de agosto. Segundo eles, “quem tinha que fazer a frente” às autoridades sanitárias era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xanxerê. Eles chegaram, entretanto, à conclusão que a “Diretoria também são tudo vendido”. De acordo com eles, “na hora do pega, tão do outro lado”. O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xanxerê escutou de um dos criadores que era para ele “mata nós então, em vez de matar os porcos”. Ele tinha ido atrás do “Presidente do Sindicato” provavelmente alguns

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> *O Estado*, Florianópolis, 10 de agosto de 1978, p. 14.

<sup>42</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 7 de junho de 1978, p. 17.

dias depois da confirmação da doença na criação de David Compagnoni. Eu não sei o que Rosito Miglioranza pensou sobre isto, mas um deles teve uma ideia para combater a doença. Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darwin ou David, cogitou “juntá uma turma, afogar um porco e depois chamar um veterinário” depois disso. A ideia do criador era “pauzeá ele” caso falasse que o bicho tinha morrido de “Peste Africana”.<sup>43</sup>

Apesar de não acreditar na doença, Rosito Miglioranza tinha dado para trás no início da segunda semana de agosto. Cerca de uma semana depois de se reunir em Chapecó com outros presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, com alguns presidentes de cooperativas e dois representantes de Sindicatos Rurais, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xanxerê se opôs a iniciativa dos criadores no município. De acordo com ele, a organização dos criadores iria de encontro com a “sua liderança frente ao sindicato”. Segundo Rosito Miglioranza, os criadores estavam “programando uma passeata” para receber as autoridades sanitárias no dia em que viessem sacrificar os animais em Xanxerê. Além disso, de acordo com ele, havia uma “proibição legal” para a “manifestação pública” dos criadores.<sup>44</sup>

O prefeito de Xanxerê também deve ter sido procurado por Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darwin e David depois da primeira semana de agosto. O prefeito, no entanto, também não deve ter se entusiasmado com qualquer ideia deles nesse sentido. Rovilho Bortoluzzi, aliás, parecia preocupado com a insatisfação dos criadores. Dois dias antes de ter sido ignorado por eles, o prefeito de Xanxerê pediu “atenção para a área interditada” ao secretário nacional de defesa agropecuária. Rovilho Bortoluzzi não perdeu a chance. Ele tinha ido à Chapecó se encontrar com José Alberto da Silva Lira, com Alysson Paulinelli e com Antônio Carlos Konder Reis na sexta-feira.<sup>45</sup>

O prefeito de Xanxerê e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, com isso, acabaram perdendo uma “Festa do Porco” dois dias depois. Cerca de duzentos vizinhos das

---

<sup>43</sup> Comissão Pastoral da Terra. “A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?”, Xanxerê, s/d, p. 6.

<sup>44</sup> *O Estado*, Florianópolis, 10 de agosto de 1978, p. 14.

<sup>45</sup> *O Estado*, Florianópolis, 26 de agosto de 1978, p. 6.

localidades de Vista Alegre, Samburá, Toldo Velho e São João se reuniram com Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darwin, David, Alfredo, Adolfo e Ivo no último domingo de agosto para “comer carne de porco” na propriedade de David Compagnoni. Antes disso, discutiram durante a manhã que a “Peste Africana pode existir em algum lugar, mas não em São João”, hastearam uma faixa, “Nós, os agricultores, não acreditamos na PESTE AFRICANA”, e participaram de uma missa a céu aberto com dois padres da Paróquia de Xanxerê.<sup>46</sup>



*O Estado*, Florianópolis, 29 de agosto de 1978, p. 9.

---

<sup>46</sup> Comissão Pastoral da Terra. “A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?”, op. cit, p. 5 e 6.

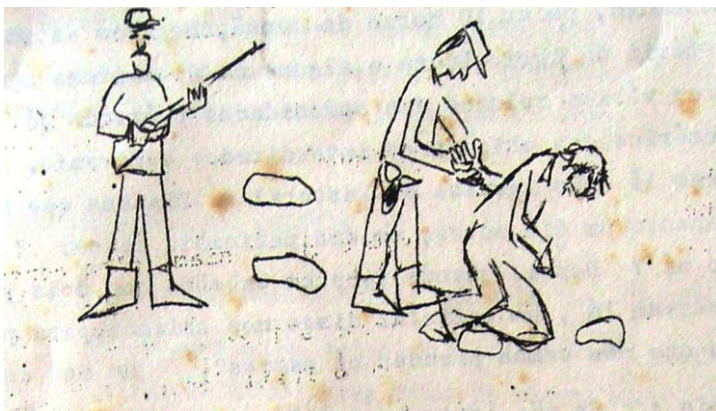


Comissão Pastoral da Terra. “A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?”, p. 5.

Cinco dias depois, entretanto, as labaredas de nó de pinho e de gasolina deram fim aos animais deles no final da tarde. Antes das cinzas baixarem em Xanxerê, um padre de Chapecó conseguiu libertar um agente de pastoral da Diocese de Chapecó. O “vagabundo”, segundo os policiais militares, tinha sido colocado numa das caminhonetes para ser levado à Chapecó. O “sem vergonha” havia aguentado “chutes nas pernas, murros e tapas na cabeça e na altura do ouvido”, depois de levar “chutes e bofetões” a caminho do carro e escutar “cala a boca, seu merda”. O “cachorro” tinha se recusado a entregar a máquina fotográfica ao Tenente que comandava a operação.

Desde cedo, os policiais não tinham ido com a cara de dois “padreiros” que estavam ao lado dos criadores. Um dos policiais tinha ficado indignado que eles “ainda estão aí?”. Fazia pelo menos um dia que dois agentes da pastoral da Diocese de Chapecó estavam no Distrito de Beira-Rio conversando com os criadores. Antes disso, os policiais “tocavam” os criadores de perto da vala aberta no dia anterior. Sempre que eles tentavam se aproximar do sacrifício, os soldados de Chapecó iam “mandando o pessoal prá longe”. Segundo um criador, era “como se eles falassem, sai cachorrada! Sai cachorrada!”. Dois padres de Xanxerê, contudo acabaram saindo ilesos no dia do sacrifício. Os policiais tinham cogitado prender os padres do município que também davam apoio aos criadores junto com os agentes de pastoral da Diocese de Chapecó. Os

policiais não devem ter escutado, felizmente, os elogios dos criadores no dia do sacrifício. Um deles disse que “esses que fazem este serviço deviam ter o mesmo fim desses porcos”. Outro disse que “tão fazendo uma coisa, tipo de banditismo no Brasil”.<sup>47</sup>



Comissão Pastoral da Terra. “A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?”, p. 9.

No dia anterior, cerca de 60 vizinhos haviam tentado impedir o sacrifício mais uma vez. Segundo um deles, não tinha morrido “nenhum porco mais no chiqueiro do David faz 90 dias”. De acordo com ele, “isso é o comunismo no Brasil”. Segundo os criadores, as autoridades sanitárias iriam matar os “porcos no escuro”. Elas não tinham lhes mostrado o “resultado de nenhum exame”, de acordo com eles. Segundo os criadores, mesmo que o resultado do laboratório fosse “negativo”, elas o mudariam para “positivo”. Um deles ainda disse que não iria “mais em reunião da Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina coisa nenhuma”. Ele estava disposto a ir “pro diabo, pros quinto dos inferno”.<sup>48</sup>

<sup>47</sup> Ibidem, p. 7, 8, 9 e 10.

<sup>48</sup> Idem.

Nesse mesmo dia, os criadores tinham se encontrado de novo às pressas assim que “o Sr. Rosito Miglioranza” reapareceu surpreendentemente no Distrito de Beira-Rio. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xanxerê desembarcou na Linha São João no dia que antecedeu o sacrifício com “17 policiais armados de revólveres e fuzis”, com “cinco agentes de segurança” e com uma “Equipe do Ministério da Agricultura”. Eles chegaram divididos em duas Chevrolet C-10, duas viaturas da Polícia Militar de Chapecó, dois carros desconhecidos e em uma Chevrolet Veraneio Verde “sem placa” para iniciar o sacrifício.<sup>49</sup>

Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darwin, David e seus vizinhos estavam combatendo uma doença “tão perigosa” que “não mata os porcos”. De acordo com eles, “sobre ela se ouviam as piores coisas”. Eles aguardaram pacientemente desde o início de julho que ela fosse “matar 100% dos animais afetados ou em contato com ela”. Segundo eles, as autoridades sanitárias tinham lhes dito que não existia “vacina nem cura para a peste africana”. De acordo com elas, por isso era “preciso queimar os chiqueiros”. Além disso, eles escutaram dos “órgãos do governo” que a doença era “mais perigosa do que a Peste Suína Clássica”.<sup>50</sup>

A situação de Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darwin e de David tinha ficado mais difícil depois da metade da segunda semana de agosto, assim como a de Pedro Detoni e seus vizinhos em Palmitos e a de Walter Canalli e seus vizinhos em São Lourenço do Oeste. Por volta do dia 10 de agosto, o “Dr. Ramon Carnero Cabrera” chegou à “conclusão, sem a menor dúvida, sobre a presença do vírus da Peste Suína Africana no país”. Segundo ele, “as diferenças fundamentais existentes entre o vírus da Peste Suína Clássica e o vírus da Peste Suína Africana”, “a garantia do laboratório de referência”, “os métodos de diagnósticos”, “a competência dos diferentes técnicos que faziam esses diagnósticos” e “um contexto epidemiológico, sintomatológico e necrópsico eram perfeitamente compatível com a evolução de uma peste suína africana de caráter sub-agudo”. Para ele, a “aceitação de outras teses diferentes, tendendo a

---

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Idem.



demonstrar o contrário, careciam de fundamento e eram altamente prejudiciais a eliminação do vírus do país”.<sup>51</sup>

Ramon Carnero Cabrera talvez tivesse vindo da França para o Brasil no começo de agosto por causa do protesto dos criadores. A “estada do Dr. Carnero” no Estado foi, todavia, uma reivindicação do “Sindicato das Indústrias de Carne e Derivados de Santa Catarina”.<sup>52</sup> Ramon tinha sido recebido nos últimos dias pelos “diretores das empresas” em Joaçaba, Concórdia, Chapecó, Blumenau e em Criciúma, entre o dia primeiro e o dia 09 de agosto. Ramon discutiu “a presente epidemia” com eles, com os “veterinários e engenheiros agrônomos” delas, com os veterinários da “Secretaria” e com as “entidades federais”, ficando um ou dois dias em cada município. De acordo com ele, “os diretores visitados” não criaram caso. Segundo ele, eles tiveram “facilidade de compreensão do problema e uma aceitação realista dos fatos”.<sup>53</sup>

A situação de Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darvin e de David tinha, na verdade, ficado preta no início de agosto, assim como a de quase todos os suspeitos no Estado. As “boas instalações e a tecnologia” de alguns frigoríficos tanto no “oeste, no norte e no sul do Estado” encheram os olhos de Ramon Carnero Cabrera. Ramon também gostou da parte de “transformação e condicionamento” de “um certo número de indústrias suínas”. Segundo ele, no entanto, elas tinham um “ponto fraco”. De acordo com o veterinário do Laboratório de Investigações Veterinárias de Maisons Alfort, boa parte da matéria-prima delas não provinha de “granjas integradas ou fomentadas”, com “controle veterinário quase permanente do seu quadro profissional”. Havia, segundo ele, “ao lado” delas, “outros tipos de granjas, inclusive sem cercas”, sem “pedilúvios, rodolúvios, postos de desinfecção, banheiros, troca de roupas para o pessoal e etc”. Para ele, elas tornavam a “convivência perigosa do ponto de vista epidemiológico”. Para evitar isso, Ramon sugeriu a “criação de

---

<sup>51</sup> “Ofício s/n”. Dr. Ramon Carnero Cabrera, agente científico do Laboratório Central de Investigações Veterinárias, França, ao Exmo Sr. Dr. Carlos Antônio de Azambuja Loch, Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 10 de agosto de 1978. Tânia Maria de Paula Lyra defendeu a ideia da “peste suína africana de baixa mortalidade” no Boletim de Defesa Sanitária Animal de 1979.

<sup>52</sup> Secretaria da Agricultura. “Ofício s/n”, primeiro de agosto de 1978.

<sup>53</sup> “Ofício s/n”. Dr. Ramon Carnero Cabrera, op. cit.

quarentenas relativamente separadas” nos frigoríficos até que se chegasse “a solução ideal de integração ou fomento total”.<sup>54</sup>

Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darwin, David e seus vizinhos combatiam a peste suína africana em um rebanho também destinado ao abate industrial, mas sem vinculação à cooperativa ou indústria. David Compagnoni tinha em sua propriedade 20 animais com vacinação em dia contra a peste suína clássica, embora a sua criação não recebesse assistência técnica regular, segundo as autoridades sanitárias.<sup>55</sup>

Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darwin, David e seus vizinhos não se convenceram com a nova explicação. Antônio Carlos Konder Reis e Carlos Azambuja Loch tentaram convencer em Maravilha, pela última vez, o “suinocultor do Oeste catarinense” sobre o “grau denominado subagudo” da doença, cinco dias antes do sacrifício em Xanxerê. O governador acreditava que ele tinha a “capacidade moral e intelectual para aceitar a realidade da presença da Peste Suína Africana em nosso país e em nosso Estado, e, de acordo com as recomendações da técnica, de acordo com o critério científico, lutar, combater e vencer”.<sup>56</sup>

Eu não sei se Jarbas de Oliveira, José Alves de Souza e seus colegas da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina se convenceram disso. Apesar de fazerem o seu serviço, eles mesmos tinham dúvidas a respeito da peste suína africana em Santa Catarina. Segundo Ramon Ramon Carnero Cabrera, alguns “esclarecimentos sobre o trabalho de diagnóstico e sobre a evolução da enfermidade, em sua atual forma sub-aguda” poderiam criar “condições favoráveis para a eliminação da enfermidade”. Ramon acreditava que isso “daria origem a um movimento de consciência profissional coletiva diante dum perigo real”. Ramon tinha encontrado “um sentimento de desconfiança sobre a existência real da Peste Suína Africana no país” em sua viagem pelo interior do Estado.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 27, 29, 31, 32.

<sup>56</sup> *O Estado*, Florianópolis, 27 de agosto de 1978, p. 3.

<sup>57</sup> “Ofício s/n”. Dr. Ramon Carnero Cabrera, op. cit.

Segundo o veterinário francês, “a existência no país e no Estado de Santa Catarina do vírus da Peste Suína Africana tinha provocado nas classes profissionais sentimentos diversos, desde a aceitação do fato até a sua negação”.<sup>58</sup> João Traverso, como Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Domingos, Darvin e David, esperava ficar frente a frente com uma “doença devastadora”. Jarbas e José Alves trabalhavam com ele na Coordenação de Defesa Sanitária Animal na região oeste do Estado. De acordo com João Traverso, a doença era transmissível “até pelo carrapato, por pássaros, sapatos, pneus, lixo e moscas”. João aguardava a “mortalidade na faixa de 95 a 100%”. Por isso, garantiu no início da última semana de junho em Joaçaba que havia formado “equipes, a fim de detectar com urgência, na finalidade de cortar o mal”. João Traverso estava procurando tranquilizar “prefeitos”, “presidentes de Câmaras de Vereadores”, “agrônomos e veterinários da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina”, “representantes dos frigoríficos”, “sindicatos rurais” e “empresários da Associação dos Municípios do Meio-Oeste Catarinense” nas dependências da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense no município de Joaçaba. Segundo ele, até então só tinham “ocorrido casos clássicos”. De acordo com ele, “o terrível vírus da Peste Suína Africana” não tinha “qualquer relação com o vírus da peste suína clássica”.<sup>59</sup>

Vitor Detoni admitiu no fim da primeira semana de agosto que o animal poderia ser, “em certos casos, portador do vírus da Peste Suína Africana, sem, entretanto, adquiri-la”, mas ele não ficara completamente convencido com as explicações de Ramon Carnero Cabrera. Dois dias depois da passagem dele pela região, ele procurou prestar esclarecimentos sobre a doença. Ele não falou em porcentagem, contudo, reiterou que “a Peste Suína Africana é realmente uma doença devastadora, que dizima rebanhos inteiros de suínos”. Vitor supervisionava Jarbas de Oliveira, José Alves de Souza, João Traverso e a atuação de mais sete veterinários em 32 municípios da região oeste.<sup>60</sup>

João Barros tinha a mesma expectativa deles, ao menos até meados de junho. Barros não acreditava que pudesse ver os sintomas “imperceptíveis” da doença. Ele esperava que o animal atingido fosse

---

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 23 de junho de 1978, p. 15.

<sup>60</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 9 de agosto de 1978, p. 4.

morrer em “menos de 48 horas”. Barros estava colaborando com a Coordenação de Defesa Sanitária Animal na região pelo setor de educação sanitária da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina <sup>61</sup> Luiz Irapuan Campelo Besso e Walter Brunetti provavelmente não esperavam outra coisa desde o fim de maio, caso não fosse possível detê-la com as barreiras sanitárias. Eles não disseram nada a respeito, mas deveriam estar com Vitor, Jarbas, João Traverso, João Barros e outros veterinários em Joaçaba no dia 7 de junho discutindo o combate à doença. <sup>62</sup> No decorrer da segunda metade de 1978, as autoridades sanitárias montaram barreiras fixas em estradas nos municípios de Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste, São Domingos, Ponte Serrada, Matos Costa, Porto União, Canoinhas, Três Barras, Mafra, São Bento do Sul, Garuva, Joaçaba, Tangará, Salto Veloso, Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Angelina, Palhoça, Santa Rosa de Lima, Lauro Müller, cinco em Armazém e duas em Água Doce, além de sete barreiras móveis. <sup>63</sup>

Ramon Carnero Cabrera teve que se esforçar no começo de agosto. A desconfiança sobre a peste suína africana estava por toda parte. De acordo com ele, “a interdição e a destruição dos focos estavam sujeitas as leis e decisões da Administração Superior, mas deveriam contar com o apoio, sem hesitação nenhuma, da classe dos administrados”. Segundo ele, “o veterinário clínico deveria crer, sem hesitação, na presença do vírus da Peste Suína Africana no país e no Estado de Santa Catarina” para “comunicar as suas suspeitas às autoridades e enviar as amostras ao laboratório”. <sup>64</sup> Todos os veterinários, no entanto, aguardavam uma coisa só. Eles esperavam uma “doença altamente contagiosa, hiperaguda, febril e septicêmica dos suínos domésticos”, pelo menos desde os primeiros dias de julho. Os veterinários devem ter imaginado, então, que observariam “hemorragias nos órgãos internos”, “cianose da pele” e “letalidade aproximada de 100%”. Eles sabiam, por um lado, que teriam poucas chances de ver os animais ainda doentes nos “casos hiperagudos”. A morte não daria, “às vezes, qualquer sinal aparente de doença, exceto febre e ocasionais lesões macroscópicas que mal chegam ser aparentes”. Por outro lado, sabiam que teriam chance de observar “hipertermia abrupta e severa”,

---

<sup>61</sup> *O Estado*, Florianópolis, 11 de junho de 1978, p. 11. *Ata*, op. cit.

<sup>62</sup> *Ata da reunião realizada no Grupo Executivo de Produção Animal*.

<sup>63</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 12 e 13.

<sup>64</sup> “Ofício s/n”. Dr. Ramon Carnero Cabrera, op. cit.

“áreas cianóticas na pele e nas orelhas e noutras extremidades”, “pulsão e respiração acelerados”, “corrimentos nasais e conjuntivais muco purulentos”, “vômito e diarreia”, “queda de temperatura” e “prostração” nos “casos agudos”, desde que fossem rápidos. Os veterinários só tinham até o “sétimo dia” a partir da febre. Depois disso, segundo o secretário nacional de defesa agropecuária do Ministério da Agricultura, não haveria tempo para mais nada. De acordo com José Alberto da Silva Lira, depois disso, os veterinários deveriam esperar só pela “morte” dos animais.<sup>65</sup>

Apesar das dúvidas, as autoridades sanitárias também acabaram retornando ao município de Lacerdópolis no mês de setembro. Luiz Lago provavelmente argumentou com elas, assim como David Compagnoni, por exemplo, que “desde a morte dos quatro animais de forma estranha nenhum outro animal morreu em razão da moléstia”. Segundo o criador, “apenas dois leitões, ainda lactantes”, acabaram morrendo. Para Luiz Lago, isso era “normal nesse estágio”. A esposa dele ainda tentou salvar um animal para fazer banha. Segundo ela, o estoque para o consumo de casa já tinha acabado.<sup>66</sup> Luiz Lago tentou salvar a sua criação para abate industrial com vacinação em dia contra peste suína clássica, mas sem assistência técnica regular e sem vinculação com cooperativa ou indústria. As autoridades levantaram a suspeita no último dia de julho.<sup>67</sup>

No entanto, as autoridades sanitárias voltaram ao município desta vez com o Tenente Djalma Dimas. Djalma Dimas coordenou o sacrifício e a cremação dos animais de Luiz Lago e de cinco vizinhos no dia 8 de setembro. Luiz Lago perdeu cerca de 100, Ivo Lago uns 80, Santo Zanaro perto de 70, João Pasquali uns 20, Anselmo Lorasqui aproximadamente 50 e um certo Viola em torno de 70 porcos. De acordo com Hamilton Ricardo Farias, presidente da Comissão de Erradicação da Peste Suína Africana em Santa Catarina, os criadores de Lacerdópolis não resistiram ao sacrifício na localidade de São Carlos, há cerca de 5 km da sede do município. Segundo ele, os criadores não estavam “mais criando problemas para a realização dos abates sanitários”. De acordo com o presidente da comissão, os criadores já

---

<sup>65</sup> Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n 006”, 4 de julho de 1978.

<sup>66</sup> *O Estado*, Florianópolis, 9 de setembro de 1978, p. 9.

<sup>67</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit. p. 29, 31, 32 e 34.

estavam “mais conscientizados do problema” e tinham se acalmado com as “indenizações na boca do cofre”.<sup>68</sup> Eu não sei quantos soldados Djalma Dimas levou consigo à Lacerdópolis, mas, desta vez, “12 elementos da Coordenação de Defesa Sanitária Animal” acompanharam o sacrifício.<sup>69</sup> Lacerdópolis fica aproximadamente 15 km de Joaçaba. As autoridades sanitárias podem ter presenciado em peso o sacrifício em Lacerdópolis por causa da distância entre a sede da Coordenação de Defesa Sanitária Animal da região e o foco da doença, mas podem também ter acompanhado o desfecho do caso por causa da disposição dos criadores em Xanxerê. Fazia apenas uma semana que as autoridades sanitárias tinham saído de lá.



*O Estado*, Florianópolis, 9 de setembro de 1978, p. 9.

Eu não sei quanto tempo levou para todos os criadores receberem a indenização pelos animais sacrificados em 1978, mas os criadores de São Lourenço do Oeste, Galvão e de Itapiranga não a receberam, pelo menos até a metade da segunda semana de novembro. O Banco do Brasil teria retido “parte ou o todo do pagamento feito pelo

---

<sup>68</sup> *O Estado*, Florianópolis, 9 de setembro de 1978, p. 9.

<sup>69</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 7 e 8 de setembro de 1978, p. 4.

Ministério da Agricultura, a fim de cobrir débitos provenientes de financiamentos feitos para a exploração suinícola”.<sup>70</sup>

Antes disso, as autoridades sanitárias também voltaram ao município de Campos Novos na última semana de julho. Eles provavelmente ouviram de Ariovaldo Bernardon a mesma coisa que escutariam de Luiz Lago no primeiro dia da segunda semana de setembro e de David e seus vizinhos uma semana antes. Ariovaldo Bernardon acreditava, como eles, que os animais não estavam com a “peste suína africana”. Segundo o criador, desde a autópsia, “há quase 32 dias”, não havia ocorrido “morte de nenhum suíno”. Ariovaldo, no entanto, também foi obrigado a recebê-las há cerca de 25 km do centro do município no dia 25 de julho. Augustinho Brezolla, “outro suinocultor”, por outro lado, não teve juízo, mas teve sorte. Os policiais acabaram sacrificando apenas os cerca de 260 animais da “Granja Bernardon”. Augustinho comentava na ocasião que “isto não passa de manobras de empresas multinacionais”.<sup>71</sup> Ariovaldo Bernardon não disse nada, mas talvez ele e Augustinho Brezolla tivessem conhecimento do mais novo investimento no município. Um padre teria sido convidado na semana anterior para “benzer a granja de um agricultor”. Um vizinho deles estaria prestes a receber algumas matrizes híbridas.<sup>72</sup> Ariovaldo Bernardon também criava porcos para abate industrial, mas com assistência técnica regular da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina, embora sem vacinação contra a peste suína clássica e sem vínculo com cooperativa ou indústria. As autoridades sanitárias suspeitaram da criação de Ariovaldo no início do mês.<sup>73</sup> Eles puderam ir embora de Campos Novos no mesmo dia. Joaçaba está a mais ou menos 50 km de Campos Novos.

Depois da penúltima semana de agosto, as autoridades sanitárias precisaram fazer uma viagem um pouco mais longa. Elas voltaram, pela segunda ou terceira vez, ao município de Seara até o fim do ano para sacrificar 202 animais de cinco propriedades. Mais uma vez, as autoridades sanitárias não se importaram com a vida dos animais do

---

<sup>70</sup> *Moção*. In: \_\_\_\_\_. Anais do Primeiro Congresso de problemas na suinocultura. Rio de Janeiro, novembro de 1978, p. ??

<sup>71</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Florianópolis, 25 de julho de 1978, p. 4.

<sup>72</sup> Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, julho e agosto de 1982.

<sup>73</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit. p. 29, 31, 32 e 34.

foco suspeito. De acordo com elas, somente um animal tinha morrido dos 42 da criação do desconhecido no município até o dia do sacrifício. Elas levantaram a suspeita em Seara no fim da segunda semana de julho. O desconhecido também criava porcos para abate industrial, com vacinação em dia contra a peste suína clássica, mas também sem assistência técnica regular e sem vínculo com cooperativa ou indústria.

<sup>74</sup> Eu não sei se Norival Canelier e seu destacamento realizou o sacrifício depois dos problemas em Xanxerê, mas eles já estavam de sobreaviso para o serviço em Seara quando estavam a caminho de Xanxerê. As equipes de reportagem dos jornais, como as autoridades sanitárias, não disseram nada sobre o caso desta vez.

O jornal *O Estado*, o *Jornal de Santa Catarina* e o jornal *Diário Catarinense* dos Diários Associados, assim como as autoridades sanitárias, disseram menos ainda sobre outro caso “onde detectou-se Peste Suína Africana em Santa Catarina, entre junho e dezembro de 1978”. As autoridades sabiam do caso confirmado no município de Videira. As autoridades sanitárias, no entanto, não precisaram pegar de novo a estrada e retornar ao município até o fim do ano. Elas acabaram deixando em branco a estatística dum “Animal em Linha de Matança”. Não foi por causa da distância. Videira fica a uns 60 km de Joaçaba.<sup>75</sup>

### 4.3 Vitórias e derrotas

A vida de Rosito Miglioranza, bem como a de Antônio Balgner, Jaime Beltrame, Arlindo Schwarz, Wilson Tissiani, Hélio Klein, Altair Cassol, José Cavasini, Adalberto Mechels, Ramildo Schwartz, Ricardo Maske, Rido Voltz, Luiz Vargas de Lima, Alcides Bonassin, José Kozen, José Mahle, Dorvalino Dariva, Almiro Cadore, Guido Konrath e a de Manfredo Sallner, dentre outros presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais, nunca mais seria a mesma depois do combate à peste suína africana no estado Santa Catarina.

Os presidentes de vários sindicatos de trabalhadores rurais de Santa Catarina tomaram coragem cerca de dois anos depois. Rosito

---

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 35.



Maglioranza acabou sendo ovacionado por aproximadamente 15 mil agricultores no dia 15 de outubro de 1980 no município de Chapecó.<sup>76</sup> No dia anterior, Arlindo Schwarz tinha garantido que toda a produção de suínos seria retida no campo pelos criadores caso o Ministério da Agricultura não fixasse um preço mínimo por kilo que cobrisse, no mínimo, o custo de produção dos criadores. Segundo Arlindo, os criadores estavam dispostos, se fosse preciso, a organizar piquetes nas estradas para barrar a entrega dos animais aos frigoríficos. De acordo com ele, Ângelo Amaury Stáble não tinha cumprido a promessa feita no ano anterior. O ministro da agricultura tinha-lhes prometido um preço mínimo para o suíno em outubro de 1979.<sup>77</sup> Ângelo Amaury Stáble entrou no lugar do ministro Alysson Paulinelli em março daquele ano.

Rosito Miglioranza e Arlindo Schwarz, junto com os seus colegas, não conseguiram salvar os animais dos criadores das autoridades sanitárias em 1978, contudo, eles salvaram a própria pele. Eu não sei se Rosito Miglioranza se manteve na presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Xanxerê, mas ele ainda era o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Santa Catarina no fim de 1980. Eu também não sei se os demais presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais permaneceram no cargo até esse ano, mas Arlindo Schwarz ainda estava à frente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Chapecó.<sup>78</sup> Os presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais não acreditavam na peste suína africana em 1978. Aliás, eles protestaram junto às autoridades. O apoio à resistência dos criadores, entretanto, poderia lhes custar os cargos. De acordo com Zacarias Pedro Schmitz, alguns representantes dos trabalhadores rurais tinham ligações com o Departamento de Ordem Política e Social no estado. Zacarias foi advertido pelo menos uma vez sobre o apoio que prestara a um protesto de trabalhadores rurais nos anos 70. Zacarias foi o primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Santa Catarina.<sup>79</sup>

Desta vez, os presidentes não tinham muita escolha. Antes ou depois de Rosito Miglioranza, José Gomes também foi aplaudido de pé

---

<sup>76</sup> *O Estado*, Florianópolis, 16 de outubro de 1980, p. 5.

<sup>77</sup> *O Estado*, Florianópolis, 15 de outubro de 1980, p. 5.

<sup>78</sup> *Idem*.

<sup>79</sup> SILVA, op. cit.

em Chapecó. Sob um sol de rachar, o bispo de Chapecó “criticou severamente o achatamento frequente dos preços do porco”. Os criadores também escutaram dele que “a peste suína africana que dizimou os rebanhos de suínos brasileiros foi um embuste, uma grande mentira para espoliar os produtores rurais”.<sup>80</sup> Rosito Miglioranza, Arlindo Schwarz e seus colegas não devem ter se surpreendido com isso. José Gomes não tinha saído do lado dos criadores em 1978. No fim de outubro daquele ano, depois de sofrer ameaças, ele e seus colegas da Diocese de Chapecó se manifestaram oficialmente “contra os mecanismos para prejudicar os pequenos agricultores, como a estória da Peste Suína Africana”. De acordo com eles, “alguns políticos e pessoas investidas de autoridade andaram falando indevidamente sobre o trabalho da Igreja e usando até mentirosamente o nome dos padres em conversas pessoais e comícios”.<sup>81</sup>

José Gomes não teria desperdiçado as chances que tivera para falar sobre a doença na segunda metade de 1978. Numa delas, ele estimulou os criadores a se unirem para colocar “esta gente para correr”. José lhes falou que eles poderiam dizer as autoridades sanitárias, “se vierem por aqui”, que a peste suína africana “é mentira e que foi o Bispo que disse”. O bispo de Chapecó estava no município de Abelardo Luz naquela oportunidade e também tinha lhes dito que “os grandes frigoríficos, as secretarias da agricultura e o governo querem matar os porcos, mentindo”. Segundo ele, todos eles tinham se “combinado com os veterinários”.<sup>82</sup> Eu não sei se as autoridades sanitárias levantaram alguma suspeita no município de Abelardo de Luz, mas elas não registraram nenhum foco lá. Abelardo Luz fica perto de Xanxerê, ao norte. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xanxerê não teve a ousadia de retornar à propriedade de David Compagnoni no dia do sacrifício, mas, com certeza, ele ficaria sabendo no dia seguinte que Wilmar D’Angelis tinha sido salvo na última hora da Veraneio esverdeada sem placa por José Gomes.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> *O Estado*, Florianópolis, 16 de outubro de 1980, p. 5.

<sup>81</sup> UCZAI, Pedro. (Org). “Dom José Gomes”: mestre e aprendiz do povo. Chapecó, 2002, p. 186 e 188.

<sup>82</sup> Idem, p. 189 e 190.

<sup>83</sup> Idem, p. 184.



Comissão Pastoral da Terra. “A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?”, p. 10.

Aquela quarta-feira ensolarada em Chapecó não foi um dia fácil para Rosito Miglioranza, Arlindo Schwarz e seus colegas. Rosito não entrou em polêmicas, mas Alfredo Lang não se aguentou quando chegou a sua vez de pegar o microfone. Antes ou depois de Rosito, Alfredo Lang teria condenado a distribuição de “uma nota classificando de pelegos os sindicalistas presentes ao encontro”. Alfredo Lang era advogado da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Santa Catarina. Desde cedo, “uma ala dissidente da Comissão Pastoral da Terra” estaria atacando os trabalhadores de “todas as regiões do Estado” que desembarcavam de caminhões, caminhonetes, carros e ônibus em frente às catracas do Estádio Regional Índio Condá.<sup>84</sup> Arlindo Schwarz também não deve ter gostado disso. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina, quem “aproveitou para distribuir um folheto criticando as diretorias do sindicato” foi “um grupo de agricultores do interior de Chapecó”.<sup>85</sup>

Ramildo Schwartz deve ter gostado menos ainda daquela movimentação pela manhã. O presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caxambu do Sul, ou seu sucessor, estava prestes a enfrentar pela primeira vez uma eleição no município. Eu não sei se Ramildo

<sup>84</sup> *O Estado*, Florianópolis, 16 de outubro de 1980, p. 5.

<sup>85</sup> Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, dezembro de 1980, n 9, p. 6.

Schwartz foi à Chapecó com cerca de 200 representantes de sindicatos de trabalhadores rurais de todo o estado, mas ele já devia saber em meados de outubro que logo teria pela frente uma “chapa de oposição” em Caxambu do Sul. Ela estava inscrita para a eleição sindical no município no mês seguinte.<sup>86</sup> A manifestação dos sindicalistas em Chapecó acabou não sendo suficiente para manter Ramildo Schwartz na presidência do sindicato do município. Foi a primeira vez que uma chapa de oposição venceu no oeste da Santa Catarina.<sup>87</sup>

Rosito, Arlindo e seus colegas também tinham que resolver outras questões que agitavam a região em 1980. José Gomes insistiu na união dos agricultores naquele dia em Chapecó. Segundo ele, a união deles não poderia ser “resumida apenas na luta por melhores preços” para os animais. Antes dos trabalhadores tomarem em passeata a Rua Clevelândia, a Avenida Getúlio Vargas, a Rua Quintino Bocaiúva e a Rua Nereu Ramos até a Clevelândia novamente, José Gomes tinha lhes falado também sobre a importância da reforma agrária.<sup>88</sup> José Gomes e seus colegas estavam envolvidos há cerca de três meses com a ocupação da Fazenda Burro Branco por trabalhadores sem terra no município de Campo Erê.<sup>89</sup> Talvez José Gomes não tenha dito nada sobre isto, mas os sindicatos de trabalhadores rurais da região também tinham pela frente o problema dos agricultores diante dos projetos das barragens do Rio Uruguai e a questão das mulheres agricultoras.<sup>90</sup>

A vida dos frigoríficos também nunca mais seria a mesma depois do combate à peste suína africana em Santa Catarina. Mesmo assim, os frigoríficos da região não aguentaram muitos dias sem os animais dos criadores não integrados no fim de 1980. O Sindicato das Indústrias da Carne e Derivados de Santa Catarina topou pagar um preço melhor aos criadores a partir do dia 3 de dezembro daquele ano, desde que fossem “oferecidas às indústrias cooperativas e privadas operações de crédito através do EGV e AGF”, “agilizadas as negociações visando

---

<sup>86</sup> Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, outubro de 1980, n 8, p. 11.

<sup>87</sup> POLI, Odilon. “Leituras em movimentos sociais”. Chapecó: Editora Argos, 2008. 2 edição revisada

<sup>88</sup> *O Estado*, Florianópolis, 16 de outubro de 1980, p. 5.

<sup>89</sup> MELO, Cristiane Dias de. “Terra para quem nela trabalha”: a ocupação da fazenda Burro Branco (1980). Florianópolis: UFSC, 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

<sup>90</sup> POLI, op. cit.

o mercado para exportação de carne suína” e fosse “organizada e desenvolvida uma campanha nacional de estímulo ao consumo de carne suína, banha e outros derivados”.<sup>91</sup> Alguns caminhões tinham conseguido furar as barreiras dos criadores nas estradas da região. Os frigoríficos tentaram contornar “o boicote da venda de suínos” com os seus criadores integrados. Com “medo”, os criadores integrados não deixaram de entregar os animais prontos para o abate entre o dia 25 de novembro e o dia 2 de dezembro de 1980.<sup>92</sup> Desde o fim dos anos 60, algumas empresas da região vinham investindo na subordinação do trabalho dos criadores através dos seus sistemas de integração. Uma vez integrados às indústrias, os criadores se obrigavam a seguir as normas de criação das empresas.<sup>93</sup> Há poucos dados sobre isto, mas tudo indica que os frigoríficos da região nunca tinham tido tantos criadores integrados em 1980.<sup>94</sup>

Os criadores integrados tinham saído praticamente ilesos das autoridades sanitárias em 1978. Ibanor, João, Gumercindo, Raimundo, Nelson, Darwin, David e seus vizinhos das localidades de São João, Toldo Velho, Sambura e Vista Alegre em Xanxerê estavam desconfiados disso. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xanxerê e o prefeito do município perderam a chance de discutir isso com eles e com dois padres do município no fim de agosto, poucos dias antes do sacrifício. Antes do churrasco e do futebol, os criadores de Xanxerê debateram que “as grandes empresas não corriam o risco de ter as propriedades dos seus integrados interditadas” pelas autoridades sanitárias, assim como havia “discriminação entre os produtores autônomos e aqueles integrados ao sistema de produção das grandes empresas” a respeito da liberação de créditos para a produção. A empresa Perdigão e a empresa Seara entraram na roda de discussão dos criadores em Xanxerê.<sup>95</sup> De acordo com eles, “os caminhões das

---

<sup>91</sup> Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, dezembro de 1980, n 9, p. 6 e 7

<sup>92</sup> Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, julho e agosto de 1981, n 13, p. 14 e 15.

<sup>93</sup> BELATO, Dinarte. “Os camponeses integrados”. Campinas: Unicamp, 1986. (Dissertação em História).

<sup>94</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. “Formação econômica de Santa Catarina”. Florianópolis, 2007.

<sup>95</sup> *O Estado*, Florianópolis, 10 de agosto de 1978, p. 14.

empresas andavam livremente prá todo lado buscando e levando porcos” sem problema nenhum.<sup>96</sup>



Comissão Pastoral da Terra. “A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?”, p. 3.

Os criadores da região oeste acabaram criando um canto sobre isso:

Deixemo de plantá feijão

Governo não garante não.

Plantando só soja e milho.

Quem ganha são os grandalhão.

E agora vem este governo.

Trabalhando não sei pra quem.

---

<sup>96</sup> Comissão Pastoral da Terra. “A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?”, *op. cit.* p. 4.

Mas saiba que a nós não engana.

Esta peste africana.

Conosco não tem.

Não vemo mais galinha gorda.

Andando nos nosso terreno.

Nós semo tudo integrado.

Pagando os galinheiro.

Eu acho que semo tudo empregado.

Dos grande lá do estrangeiro.

Passemos a criá uns porquinho.

Pro banco não pôr nós em cana.

Mas prá acabá com o colono.

Inventaram esta peste africana.

E agora vem este governo.

Trabalhando não sei pra quem.

Mas saiba que a nós não engana.

Esta peste africana.

Conosco não tem.

Pra nós esta peste não vinga.

Tomemo uma pinga e vamos festejar.<sup>97</sup>

No fim de 1978, as autoridades sanitárias em Santa Catarina agradeceram as prefeituras municipais, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina, a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária, a Associação Catarinense de Criadores de Suínos e a Associação das Indústrias de Carne e Derivados do Estado de Santa Catarina. As autoridades sanitárias também agradeceram a “TRANSBASIL – Linhas Aéreas S.A”. De acordo com elas, a empresa “transportou gratuitamente todos os materiais para o diagnóstico laboratorial no Estado do Rio de Janeiro”.<sup>98</sup> Alguns meses antes, Vitor Fontana reapareceu na Secretaria da Agricultura de Santa Catarina. Vitor Fontana tinha voltado ao local depois de aproximadamente um mês de afastamento. Vitor Fontana estaria de saída da pasta porque pretendia disputar uma vaga na Câmara em Brasília. Ele resolveu, no entanto, dar uma passada lá em meados de junho para prestar assessoria sobre a “gravidade” da peste suína africana no estado. O combate à peste suína africana em Santa Catarina tinha ficado nas mãos de Carlos Antônio Azambuja Loch. Carlos Antônio Azambuja Loch substitui Vitor Fontana em maio na Secretaria da Agricultura, cerca de um mês antes das autoridades sanitárias suspeitarem dos primeiros focos de peste suína africana no estado.<sup>99</sup> Vitor Fontana tinha uma ligação umbilical com a empresa Sadia, que por sua vez era a dona da empresa aérea Transbrasil. Vitor Fontana não foi o primeiro a representar pessoalmente as agroindústrias da região oeste dentro da Secretaria da Agricultura.<sup>100</sup>

As autoridades sanitárias registraram apenas um caso de peste suína africana com integração a indústrias no estado depois do problema com Edgar Will no município de Agrolândia. No dia 22 de agosto, elas confirmaram a doença num rebanho do Fomento Fricasa no município de Canoinhas, sem vacinação contra a peste suína clássica. O proprietário acabou recebendo uma indenização por 397 animais e o

---

<sup>97</sup> Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, julho e agosto de 1982, p. 9.

<sup>98</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 16.

<sup>99</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 17 de junho de 1978, 5.

<sup>100</sup> ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.



vizinho dele por 973 até o fim do ano.<sup>101</sup> Os criadores no município, no entanto, também não acreditavam na existência da peste suína africana em Santa Catarina. Dificilmente eles passariam a acreditar nela depois do resultado laboratorial. No início de julho, os criadores também já haviam colocado “dúvida no exame”. As autoridades sanitárias da Coordenação de Defesa Sanitária Animal da região de Mafra tinham recém colhido a amostra.<sup>102</sup> Canoinhas fica aproximadamente há 60 km do município de Mafra, quase na divisa com o Paraná. As autoridades não registraram mais nenhum foco na região, no entanto, os criadores tinham uma preocupação a mais. A polícia de Mafra estava investigando em agosto “os vivaldinos do planalto norte”. De acordo com ela, eles estavam aplicando o “golpe da peste suína”. Eles estariam se apresentando como “fiscal do Ministério da Agricultura” para levar “os porcos para serem examinados”.<sup>103</sup>

Eu não sei se Edgar Will continuou trabalhando para a Cia Jensen no município de Agrolândia, nem se o desconhecido no município de Canoinhas permaneceu trabalhando para o Frigorífico Canoinhas em Canoinhas depois do sacrifício sanitário em 1978. Nem se José Willermann passou a trabalhar no município de São Martinho exclusivamente para o Frigorífico Sul Catarinense em Criciúma depois de também perder os animais para as autoridades sanitárias. Os criadores de Xanxerê e seus vizinhos da região oeste talvez estivessem em Chapecó em outubro de 1980, com faixas e cartazes contra o baixo preço do porco<sup>104</sup>. No fim do mês seguinte, entretanto, talvez eles não tivessem forças para formar piquetes para exigir dos frigoríficos o aumento do preço dos animais. Agora, quem sabe, os próprios criadores tivessem dado para trás. Gostaria de saber o destino dos criadores que combateram a peste suína africana há cerca de dois anos. Talvez tenham se integrado às indústrias da região.

---

<sup>101</sup> *Relatório referente aos trabalhos*, op. cit, p. 27, 31, 32 e 34.

<sup>102</sup> *O Estado*, Florianópolis, 8 de julho de 1978, p. 5.

<sup>103</sup> *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 9 de agosto de 1978, p. 6.

<sup>104</sup> UCZAI, op. cit.



## 5. EPÍLOGO

As autoridades sanitárias da Delegacia Federal da Agricultura em Santa Catarina e as autoridades sanitárias da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado de Santa Catarina fizeram justiça com os criadores em dezembro de 1978, assim que elas conseguiram “silenciar todos os focos surgidos” no estado. Elas agradeceram a colaboração das prefeituras municipais (embora tenham se esquecido do prefeito de Armazém), da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina, da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária, da Associação Catarinense de Criadores de Suínos e a colaboração da Associação das Indústrias de Carne e Derivados do Estado de Santa Catarina, mas não agradeceram a colaboração dos criadores pelo combate à peste suína africana no estado durante os meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro de 1978.<sup>1</sup> Nenhum sacrifício deve ter ocorrido depois disso até o fim do ano.

Segundo as autoridades sanitárias, os próprios criadores dos focos confirmados de peste suína africana levantaram as suspeitas da doença em Santa Catarina. Somente a suspeita no município de Canoinhas teria sido levantada por um veterinário. Depois disso, no entanto, os criadores nunca mais acreditaram nas autoridades sanitárias. Em todas as regiões do estado, eles esperaram em vão, cerca de vinte, trinta, quarenta, cinquenta e sessenta dias, pela morte dos animais, enquanto aguardavam o resultado do laboratório. De acordo com as autoridades sanitárias, a peste suína africana deveria liquidar os animais em poucos dias. Os criadores, entretanto, ainda continuaram esperando em vão pela morte dos animais por mais alguns dias, até que o dia do sacrifício chegasse.

Alguns criadores não tinham dúvidas a respeito da doença que atingia os seus plantéis. Eles acreditavam que as autoridades

---

<sup>1</sup> Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis: 1978.

sanitárias estavam fazendo confusão entre a peste suína africana e a peste suína clássica. Ao contrário da peste suína africana, a peste suína clássica não era uma doença desconhecida deles. Alguns criadores conviviam, ou já tinham convivido, com ela. As autoridades sanitárias, por sua vez, também a conheciam. A peste suína clássica era combatida por elas pelo menos desde o fim da década de 40 no estado. Apesar disso, as autoridades sanitárias insistiram na questão, mesmo em criações sem vacinação contra a peste suína clássica. Elas sabiam que a metade das suspeitas confirmadas de peste suína africana no estado de Santa Catarina foi levantada em criações sem cobertura contra a peste suína clássica. Outros criadores de focos confirmados, entretanto, acreditavam que a morte de um ou outro animal da sua criação não tinha a ver com nenhuma doença. Para eles, a perda de alguns animais era natural. A resistência dos criadores também foi motivada pelas especulações que rondavam as suspeitas de peste suína africana. Desde o início do combate à doença, eles suspeitavam que haviam interesses de empresas estrangeiras por trás do combate à peste suína africana. Contudo, passaram também a suspeitar que o governo pretendia acabar com as criações que não tinham vínculos diretos com as indústrias. Apenas duas suspeitas foram confirmadas em criações integradas às indústrias.

As autoridades sanitárias no estado de Santa Catarina agradeceram também, com “destaque todo especial”, a Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina no fim de 1978, especialmente pela atuação eficiente da Polícia Militar no combate à peste suína africana no estado. As autoridades sanitárias foram, no entanto, ingratas com o trabalho dos policiais militares nos focos. Eu não consegui acompanhar o desfecho do sacrifício sanitário em vários municípios, mas tudo indica que todos os criadores resistiram até o último instante, com ou sem o apoio da vizinhança, de padres, de sindicatos de trabalhadores rurais, de cooperativas, de prefeitos ou de parlamentares. Duvido que as autoridades sanitárias conseguissem, de forma “tranquila”<sup>2</sup>, sacrificar os animais dos criadores sem a ajuda dos policiais militares. No município de Xanxerê, elas dariam, com certeza, meia-volta caso estivessem sozinhas para o sacrifício. Não foi sem querer que os policiais militares de Chapecó levaram consigo até Xanxerê um veraneio “sem placa, como essas que sequestram pessoas em diversas cidades, levando para torturar”. Apesar disso, talvez nem

---

<sup>2</sup> Idem.

eles acreditassem na doença. O agente de pastoral da Diocese de Chapecó teria encontrado dentro da veraneio esverdeada “um garrafão de vinho e duas garrafas de pinga, tudo vazio”<sup>3</sup>, quando ficou trancado lá.

As autoridades sanitárias também foram injustas com os veterinários em dezembro de 1978, tanto com os veterinários autônomos quanto com os veterinários dos órgãos oficiais do estado. Alguns veterinários não acreditavam na peste suína africana em Santa Catarina. Assim como alguns criadores, alguns veterinários acreditavam que a doença estava sendo confundida com a peste suína clássica. Outros não disseram nada a respeito, mas cogitaram voltar atrás na suspeita, mesmo após a confirmação da doença pelo laboratório. De qualquer modo, todos os veterinários imaginavam que a peste suína africana não pouparia os animais dos focos por causa da sua natureza. O ceticismo dos veterinários, aliás, começou bem cedo. O chefe da Coordenação de Defesa Sanitária Animal de Santa Catarina foi obrigado a intimá-los ao combate à doença em junho. Duvido, além disso, que eles engoliram a tese de Ramon Carnero Cabrera sobre o comportamento atípico da doença para explicar a vida dos animais nos focos. Os veterinários em Santa Catarina, apesar disso, também foram homenageados pelas autoridades sanitárias pela colaboração ao combate à peste suína africana no estado.

Alguns criadores, entretanto, tiveram sorte na segunda metade de 1978 em Santa Catarina, apesar do ímpeto da Associação Brasileira de Criadores de Suínos. As autoridades sanitárias não se preocuparam com os criadores sem vínculos com o abate industrial. O criador do bairro Capoeiras em Florianópolis e o criador do lixão em Itajaí, por exemplo, tinham tudo para perder os seus animais para elas. As autoridades sanitárias, no entanto, não investigaram os casos, assim como deixaram em paz inúmeros criadores da região de Lages, por exemplo. Segundo elas, apenas dois criadores com animais com peste suína africana não se preocupavam em vendê-los, no fim das contas, para as indústrias do ramo. De acordo com as autoridades sanitárias, além disso, quase a metade dos focos confirmados com peste suína africana no estado recebia alguma assistência técnica regular. Josélio de Andrade Moura não apenas ignorou a “confusão” que estaria sendo feita

---

<sup>3</sup> Comissão Pastoral da Terra. “A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?”, *op. cit.* p. 6 e 10.

pelos jornais em todo o país, como também ignorou aquilo que mais prezou: as fontes oficiais. Segundo ele, todos os focos secundários da doença foram diagnosticados em “criatórios carentes de tecnologia, onde a alimentação básica dos animais era constituída de restos de comida de restaurantes”.<sup>4</sup> Também vale lembrar, por outro lado, que pressão foi o que não faltou por parte de algumas indústrias quando as autoridades sanitárias suspeitaram da doença em seus frigoríficos. As autoridades sanitárias acabaram tendo que rever as suspeitas. As suspeitas acabaram, coincidentemente, sendo desmentidas por elas.

Por fim, não imaginava que as autoridades sanitárias tivessem tantos problemas no estado de Santa Catarina no decorrer de 1978. Elas, no entanto, decerto já imaginavam isso. Porque, afinal, acompanharam, dia após dia, a repercussão do combate à peste suína africana nos jornais? Alguns sacrifícios ocorreram depois da agitação no município de Xanxerê, mas, depois disso, elas só levantaram mais uma suspeita confirmada da doença no estado, cerca de dez dias depois. As dúvidas generalizadas e a resistência dos criadores tinham tornado o combate à peste suína africana em Santa Catarina insustentável.

Só pode ter sido por isso que as autoridades sanitárias a deixaram de lado no ano seguinte. Elas teriam encontrado apenas um caso de peste suína africana em Santa Catarina em 1979. Como em 1978, os animais teriam sido sacrificados.<sup>5</sup> Elas esqueceram-se dela também no ano seguinte. Nenhum caso de peste suína africana teria sido registrado em todo o país em 1980.<sup>6</sup> Parece que Tânia Maria de Paula Lyra também sofreu da mesma coisa que Josélio de Andrade Moura. Segundo a autora, 28 focos de peste suína africana teriam sido diagnosticados pelo famoso laboratório e extintos em Santa Catarina em 1979.<sup>7</sup> Ela, como ele, também não disse de onde tirou isso. No fim de

---

<sup>4</sup> MOURA, Josélio de Andrade. *A Peste Suína Africana no Brasil: a epidemiologia, os registros históricos, a erradicação da doença e o desenvolvimento da suinocultura nacional pós-ocorrência*. Brasília: 2009. (Dissertação em Ciências Animais). UNB, p. 45.

<sup>5</sup> Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília, 1979. p. 12 e 13.

<sup>6</sup> Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília, 1980, p. 9.

<sup>7</sup> LYRA, Tânia Maria de Paula. “Programa de combate à peste suína”. São Paulo: Comunicação Científica, 1983. p. 39-45.

1980, entretanto, as autoridades sanitárias teriam iniciado a institucionalização, curiosamente, do combate oficial à “peste suína” em todo país, após a “fase emergencial de atuação em todos os focos de Peste Suína Africana, identificados em 1978 e 1979”. A atuação das autoridades sanitárias visava mesmo assim “erradicar a Peste Suína Africana”, mas também “controlar a Peste Suína Clássica”, principalmente nos estados do sul.<sup>8</sup>

No fim de 1981, no entanto, as autoridades foram, ao mesmo tempo, justas e injustas com os criadores em Santa Catarina. Segundo elas, os criadores já teriam se conscientizado do Programa de Combate à Peste Suína após as “medidas restritivas de 1978 que foram exploradas pela imprensa”.<sup>9</sup> Os criadores reivindicaram a erradicação da “peste suína clássica”<sup>10</sup> em outubro do ano anterior no Estádio Índio Condá em Chapecó e Lauro Colisseli e seus vizinhos se agitaram novamente contra a “peste africana”<sup>11</sup> em junho de 1981 no município de Cunha Porã.

Há, contudo, mais coisas para fazer do que propriamente para dizer sobre o combate à peste suína africana no Estado de Santa Catarina. Fico imaginando, por exemplo, a agitação dos criadores, a agitação nas prefeituras, nos sindicatos de trabalhadores rurais e nas cooperativas, o constrangimento dos veterinários e dos policiais militares, principalmente nos casos que permanecem pouco conhecidos. Isso tudo pode estar em suas memórias, em páginas de outros jornais, em gravações de rádio, e assim por diante. Há ainda muito mais para fazer em outros Estados.

---

<sup>8</sup> Ministério da Agricultura. “Brasil, livre da peste suína africana”. Brasília, 1984. p. 13.

<sup>9</sup> Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília, 1981. p. 70.

<sup>10</sup> *O Estado*, Florianópolis, 16 de outubro de 1980, p. 5.

<sup>11</sup> Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, Ano 3, n 12, maio e junho de 1981, p. 10.





## REFERÊNCIAS

### *Fontes*

#### **Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis**

*Diário Catarinense*, Florianópolis, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1978.

*Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1978.

*O Estado*, Florianópolis, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1978 e outubro de 1980.

*O Planalto*, Lages, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1978.

#### **Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**

RAMOS, Jaime de Arruda. “O Serviço de Defesa Sanitária Animal no Oeste Catarinense”. In: \_\_\_\_\_. PERFEITO DA SILVA, Zedra. (Org). Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1950.

#### **Biblioteca Nacional de Agricultura, Brasília**

Comissão Central de Coordenação para Erradicação da Peste Suína Africana. “Portaria n 006”, 04 de julho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Comissão Executiva Central para Erradicação da Peste Suína Africana. “Portaria 002”, 19 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n 001”, 31 de maio de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Ministério da Agricultura. “Portaria n 412”, 23 de maio de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Ministério da Agricultura. “Decreto n 81.798”, 15 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Ministério da Agricultura. “Portaria n 543”, 27 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n E/ZOO 006”, 04 de julho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Ministério da Agricultura. “Manual de Procedimento para notificação e informação: peste suína africana”. Brasília, 1978.

Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n 003”, 18 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Ministério da Agricultura. “Portaria n 488”, 16 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n 004”, 19 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Ministério da Agricultura; Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. “Portaria n 006”, 4 de julho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

Presidência da República, “Decreto n 81.798”, 15 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. “Legislação Peste Suína Africana”, s/d.

### **Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves, Concórdia**

“Anais do Primeiro Congresso de Problemas da Suinocultura”. Rio de Janeiro, 1978.

“Ata da reunião realizada no Grupo Executivo de Produção Animal”, 31 de maio de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos

desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Coordenação de Defesa Sanitária Animal; Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina. “Ofício Circular nº 35”, 6 de junho de 1978. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Coordenação de Defesa Sanitária Animal/Secretaria da Agricultura e Abastecimento. “Ofício Circular nº 36”, 7 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Ofício Circular nº 39”, 12 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Delegacia Federal da Agricultura. “Ofício nº 35”, 29 de maio de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Governo do Estado de Santa Catarina. “Decreto n 5.095”, 9 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília, 1977.

Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília, 1979, n especial.

Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília, 1980.

Ministério da Agricultura. “Boletim de Defesa Sanitária Animal”. Brasília, 1981.

Ministério da Agricultura. “Brasil, Livre da Peste Suína Africana”. Brasília, 1984.

“Ofício s/n”, 10 de agosto de 1978; “Dr. Ramon Carnero Cabrera, agente científico do Laboratório Central de Investigações Veterinárias, França, ao Exmo Sr. Dr. Carlos Antônio de Azambuja Loch, Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina”, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 10 de agosto de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa

Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Secretaria da Agricultura. “Ofício s/n”, primeiro de agosto de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento. “Ofício n 549”, 6 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento, “Portaria n 19”, 12 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento. “Portaria n 021”, 16 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento/Secretaria da Saúde e Promoção Social de Santa Catarina. “Portaria s/n”, 21 de junho de 1978. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura; Delegacia Federal em Santa Catarina; Secretaria da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina; Serviço de Defesa Sanitária Animal; Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal; Coordenação de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina. “Relatório referente aos trabalhos desenvolvidos no Estado de Santa Catarina para profilaxia e combate à peste suína africana”. Florianópolis, 1978.

### **Comissão Pastoral da Terra, Florianópolis**

Comissão Pastoral da Terra. “A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?”, Xanxerê, s/d.

Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, outubro de 1980, Ano 2, n 8.

Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, dezembro de 1980, Ano 2, n 9.

Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, Ano 3, n 12, maio e junho de 1981.

Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, Ano 3, julho e agosto de 1981.

Comissão Pastoral da Terra (Santa Catarina). “Cheiro de Terra”, Ano 4, julho e agosto de 1982.

### **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Florianópolis**

BITTENCOURT, E. “Elementos de suinocultura: porco tipo-carne”. Brasília: INCRA, 1972.

Ministério da Agricultura. “Peste suína africana”. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1964, p. 25 e 26.

### ***Bibliografia específica sobre peste suína africana***

LYRA, Tânia. “La erradicación de la peste porcina africana en el Brasil, 1978-1984” *Revista Científica y técnica*. nº1, vol 25, 2006, Paris. A autora era integrante do Ministério da Agricultura na época.

In: \_\_\_\_\_. “Programa de combate à peste suína”. São Paulo: Comunicação Científica, 1983. p. 39-45.

MOURA, Josélio de Andrade. *A Peste Suína Africana no Brasil: a epidemiologia, os registros históricos, a erradicação da doença e o desenvolvimento da suinocultura nacional pós-ocorrência*. Brasília: 2009. (Dissertação em Ciências Animais). UNB.

TOKARNIA, Carlos, et al. “O surto de peste suína africana ocorrido em 1978 no município de Paracambi, Rio de Janeiro”. *Pesquisa Veterinária Brasileira*. nº 4, vol 24, 2004, Rio de Janeiro. p. 223-238.

VIANA, Francisco Cecílio. “História e Memória da Peste Suína Africana no Brasil”: passos e descompassos. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2008.

### ***Bibliografia Geral***

ALVES, Maria Helena Moreira. “Estado e oposição no Brasil”. Bauru: Edusc, 2005.

AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense: da Guerra aos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”. São Paulo: PUC, 1991. (Tese em Educação).

BACELLAR, Carlos; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). “Fontes Históricas”. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

BELATO, Dinarte. “Os camponeses integrados”. Campinas: Unicamp, 1986. (Dissertação em História).

BEN, Fernanda. “Trabalhadores da indústria frigorífica”: trabalho, tradição, política e protesto, Chapecó, 1967-1982. Florianópolis: UFSC, 2005. (Dissertação em História).

CARREIRÃO, Yan de Souza. “Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945-1979”. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

COMASSETTO, Leandro Ramires. “ACCS - Associação Catarinense de Criadores de Suínos”: 50 anos. Chapecó: 2010.

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina. “Uma trajetória de conquistas”: os quarenta anos do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina. Florianópolis: Rettec Artes Gráficas, 2009.

DIAS, José de Souza (Org). Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1988.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.

\_\_\_\_\_. “As agroindústrias de carne do sul do Brasil”. São Paulo: USP, 2002. (Tese em geografia humana).

GOULARTI FILHO, Alcides. “Formação econômica de Santa Catarina”. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

HALL, Michael. História oral: os riscos da inocência. In: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo/Depto. de Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo. DPH, 1992. p. 157-160.

HOBSBAWM, Eric. “Sobre história”. São Paulo: Cia das Letras, 2007. 2 edição/2 reimpressão.

LOUREIRO, Maria Rita (Org). “Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil”. São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados, 1981.

MARTINS, Celso. “Os quatro cantos do sol”: Operação Barriga Verde. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Boiteux, 2006.

MELO, Cristiane Dias de. “Terra para quem nela trabalha”: a ocupação da fazenda Burro Branco (1980). Florianópolis: UFSC, 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso em História).



PAULILO, Maria Ignez Silveira. “A integração no sul do Estado de Santa Catarina”. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987. (Tese em Antropologia Social).

PEREIRA, Moacir. “Imprensa e poder em Santa Catarina”. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1992.

POLI, Odilon. “Leituras em movimentos sociais”. Chapecó: Editora Argos, 2008. 2 edição revisada.

PRATES, Arlene Maria Mikot. “Atuação estatal no cooperativismo agrícola catarinense: o caso da Cooperativa Regional Alfa (1957-1979)”. Florianópolis, 1981. (Dissertação em História).

PREZOTTO, Leomar Luiz. “A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à Legislação Sanitária”. UFSC, 1999. (Dissertação em Agroecossistemas).

ROCHA, Elton Batista. “Organizações rurais de base no oeste catarinense”: os vários movimentos que ocorreram no século XX. Florianópolis: UFSC, 1985. (TCC em História).

SEIFFERT, Raquel Quadros. “Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos”. Florianópolis: UFSC, 1990. (Dissertação em Sociologia Política).

SILVA, Francisco da Cunha. “Fetaesc”: 40 anos promovendo agricultura sustentável. São José: Fetaesc, 2008.

UCZAI, Pedro. (Org). “Dom José Gomes”: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002. p. 189-190.

### ***Internet***

[www.oregionalsul.com.br](http://www.oregionalsul.com.br). “Adílio Sebastião Corrêa será homenageado com o nome da Taça de futebol de campo de Armazém”, 19 de abril de 2012.

[www.jvanguarda.com.br](http://www.jvanguarda.com.br). “Ex-prefeito de Urussanga falece aos 76 anos”, 17 de junho de 2010.

[www.cooperzem.com.br](http://www.cooperzem.com.br)

